

Hic Rhodus. Crisis capitalista, polémica y controversias.

No 2 (2)

Tabla de contenidos

Dossier: Mito y realidad del kirchnerismo

El régimen de la crisis permanente. Un balance de nueve años de kirchnerismo [PDF](#)

Diego Bruno

Inflación en Argentina y limitaciones del “modelo” kirchnerista [PDF](#)

Martín Trombetta

Estatalismo y marxismo. A propósito de la llamada “Ley de Medios” [PDF](#)

Cristian Henkel, Julián Morcillo

Progresismo, ciencia y capitalismo en el Mercosur y más allá. Apuntes polémicos. [PDF](#)

Pablo Rieznik

Artículos

Lenin y el debate de la socialdemocracia sobre la cuestión nacional (1912-1916) [PDF](#)

Ariel Eidelman

Capitalismo y catástrofe [PDF](#)

Ciro Mesa Moreno

Reseñas

La Revolución de Mayo y Verdades y mitos del Bicentenario, de Norberto Galasso (2010) [PDF](#)

Christian Rath

Marea roja. La familia de la izquierda argentina, de Daniel Kohen (2010) [PDF](#)

Martín Mangiantini

El mal: el modelo K y la Barrick Gold, de Miguel Bonasso (2011) [PDF](#)

Federico Arguto

Political Theories of Decolonization, de Margaret Kohn y Keally McBride (2011) [PDF](#)

Adrián Viale, María Laura Weiss

La historización de la actividad en los *Manuscritos de 1844*

Gustavo Chataignier Gadelha

Universidad Paris VIII - Pontificia Universidad Católica de Río de Janeiro (PUC-Rio)

gustavo.chat.gad@gmail.com

Resumen

A partir dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* de Karl Marx, nos voltaremos ao conceito de “alienação”, entendido como exteriorização do sujeito – que se produz e se perde. Para tanto, em um primeiro momento, tentaremos mostrar a apropriação marxiana do conceito de alienação; posteriormente, debateremos as relações entre natureza e história; finalmente, desembocaremos na “superação” sistêmica e planejada (não “natural”) do sentimento de perda si, desenvolvida nas definições do termo “comunismo”.

Introdução

Nosso esforço se concentrará em problematizar a noção de “natureza” como fiadora da nova posição filosófica de Marx. O chamado “naturalismo” humano retira a pertinência analítica de qualquer face a face entre sujeito e objeto e joga o homem nos domínios da contingência e da vida social – para além, portanto, do fatum. Nesse sentido, veremos que o conceito hegeliano de “alienação” se presta a estruturar, ainda que de maneira negativa, a teoria de uma processualidade da ação. Em outra frente, observaremos que Feuerbach é mobilizado no desmonte do idealismo hegeliano – para em seguida ver sua teoria da sensibilidade se conjugar com determinações concretas.

Alienação

Se o conceito de alienação se fazia sentir no Zeitgeist pós-hegeliano, a apropriação de Marx visa a respeitar as especificidades dos fenômenos abordados. Ao se levar em conta que cada domínio de pesquisa (ou zona ontológica positiva) exige regras autônomas ou relativamente autônomas, Marx se faz valer do preceito da “determinação”:

“Tudo isso é fundado na essência da alienação: cada esfera me aplica uma norma diferente e contrária (...) pois cada uma é uma alienação determinada do homem e cada uma retém uma esfera particular da atividade alienada (...)” (Marx, 1972: 1-2 e 104).

Marx se recusa a apreender a história pelo viés do espírito hegeliano, onde a teoria e o real se identificam. Nesse momento, o projeto de “crítica impiedosa de toda ordem estabelecida”¹ (Marx, 2005: 43) ganha contornos mais definidos. Segundo a expressão de Renault, trata-se de um “criticismo sistemático”, forjando o conceito de crítica graças à articulação de “camadas” de crítica (não só empíricas, mas também referenciadas a uma pluralidade de objetos de conhecimento). A ligação

“da crítica das formas de consciência e daquelas [críticas] de seus objetos, (...) [constitui] um sistema de críticas onde se encadeiam crítica da filosofia, crítica da religião, crítica da filosofia do direito, crítica da política, crítica da sociedade civil”. E, muito em breve, crítica da economia política (Renault, 1995: 55).

O importante é saber se tais exteriorizações específicas, tanto como mediação produtora de efeitos quanto elemento que movimenta o capital, são esferas estanques ou se entre elas há uma tendência comum devido a pelo menos uma causa comum.

A reapropriação da objetividade proposta por Hegel faz com que o mundo sensível se torne um conjunto de “essências espirituais”. O “caráter humano da natureza e da natureza engendrada pela história” são certamente “produtos” – do espírito. Todavia, já que o conceito de alienação em Hegel se presta a uma leitura dúbia, a Fenomenologia permanece uma “crítica escondida”, pois não inteiramente desenvolvida. As seções consagradas à “consciência infeliz” e à luta das consciências são consideradas por Marx como alguns desses elementos críticos cuja forma permanece ainda alienada, separada de seu referencial – crítica do Estado, da religião, da vida civil etc. . Num primeiro momento, contudo, a “crítica” é comparada a uma “crítica positiva em geral”, fundada sobre os

argumentos de Feuerbach. O que se explica uma vez que este soube levar a cabo uma “crítica humanista e naturalista positiva”. Assim, a crítica a Hegel se fazia tanto mais necessária quanto seus epígonos não a fizeram, “o que é uma inevitável falta de seriedade, pois mesmo crítico, o teólogo permanece teólogo”.

Marx está pronto para saudar a grandeza de Feuerbach. Ele levanta três pontos decisivos de sua filosofia: 1) a filosofia não passaria da “religião transposta ao pensamento”, religião esta cuja existência releva da alienação da essência humana sensível; 2) Feuerbach teria fundado o “verdadeiro materialismo”, da mesma maneira que a “ciência real”, pois, escreve Marx, a relação de “homem a homem” se torna a base da teoria; 3) finalmente, como consequência, o positivo, que se autoconstitui, toma o lugar de uma negatividade que aspira ao absoluto (Marx, 1972: 131-2, 2-3 e 34). A essência verdadeira sendo, para Feuerbach, antropológica, os Princípios da filosofia do futuro postulam que a essência do homem é a “comunidade”, em uma relação entre os homens cuja realidade equivale à “distinção entre o mim e o ti” (Feuerbach, 1973: 198). O que Marx faz é, senão historicizar as relações humanas (o que é o caso nas Teses sobre Feuerbach²), ao menos estabelecer a maneira pela qual as relações sociais se constituem em um espaço produtor de interssubjetividade.

Não obstante, ao invés de sumariamente considerar os *Manuscritos de 1844* como um texto feuerbachiano, seria mais conforme a sua letra interpretá-lo como uma reelaboração da alienação, novidade advinda com Marx, mais do que supor uma aplicação do conceito em objetos diferentes (Angaut, 2008: 60-1 e 53). Isso posto, o momento marxiano é deveras jovem hegeliano; porém, em seu movimento de diferenciação, traça um “laço distendido” em relação a esse grupo de pensadores e sobretudo a Hegel. A estratégia de Marx consistiria em um duplo esforço afim de se distanciar de uma filosofia que se refugia na abstração e então se inscrever em uma tradição crítica que poderia “liberar as potencialidades” de uma filosofia voltada para a efetividade (Buée, 2008: 49), e portanto para a história. No que tange nossa exposição, nos consagraremos às exposições sobre Hegel (majoritariamente no terceiro dos manuscritos), para em seguida trabalharmos nossa análise.

Se a crítica que Feuerbach dirige a Hegel a respeito da inversão religiosa³ é um dado para Marx, não é menos evidente que esse último não teme saudar, literalmente, a “grandeza da Fenomenologia” e de seu “resultado final”, mostrando a “dialética da negatividade como o princípio motor e criador”. Quer-se dizer com isso que Hegel “capta a produção de si do homem como um processo, a objetivação como desobjetivação, como alienação e superação dessa alienação”. Em uma palavra, o homem objetivo tem por essência o “trabalho” enquanto atividade natural. O homem se manifesta pela exteriorização de suas forças, o que implica a pressuposição da ação de outros homens “como resultado da história”. Essa troca só é possível porque um e outro, homem e natureza, se comportam como objetos e são postos, como resultados, enquanto objetos (Marx, 1972: 132).

Marx, quando descreve a perda objetiva da essência humana pela história em convergência com a experiência subjetiva desse processo, “permite convergir a filosofia crítica da história dos jovens hegelianos com a crítica social concreta dos socialismos e dos comunismos da época” (Renault, 2008: 22-3).

Uma vez que o trabalho é aquilo que fornece a essência do homem, o “produto” que dele resulta é, imediatamente e em termos hegelianos, estrangeiro a seu produtor, “como uma potência independente”. Lidamos com um trabalho “fixo, concretizado em um objeto”. Essa dinâmica incluída no capitalismo é vivida “como a perda para o operário de sua realidade, a objetivação [é vivida] como a perda do objeto ou assujeitamento a ele, a apropriação como a alienação, o desinvestimento”. Ademais, o que Marx anuncia, sem que o demonstre nos Manuscritos, é que “todas essas consequências se encontram nessa determinação: o operário está, no que concerne o produto de seu trabalho, na mesma relação que diante de um objeto estranho” (Marx, 1972: 57). Nisso que parece não ser mais do que uma descrição, Marx estabelece uma diferença entre a alienação e a objetividade do processo de trabalho:

“Essa última é um traço característico do trabalho em geral (...), enquanto que a alienação é um fenômeno que resulta da divisão social do trabalho no seio do capitalismo, do nascimento do chamado trabalhador livre, que deve trabalhar com meios de produção estranhos a ele”, os quais encara como uma potência estranha (Lukács, 1981: 361).

Em uma natureza naturalizada (quer dizer, inserida em um processo que inclui o homem), propriedade e riqueza ligam-se à fonte subjetiva, a saber, ao trabalho. Essa “revolução copernicana” na economia (Autin, 2008: 119) arranca a propriedade do domínio da pura natureza e não a concebe mais como um “simples estado de coisas exterior ao homem”. Eis porquê, “sob a cor de um reconhecimento”, os economistas nada mais faziam além de avançar, em teoria, a exploração do homem pelo homem. Seus primeiros estudos acerca de Adam Smith levam Marx a ver que, no escossês, o homem é definido em relação à propriedade privada. Smith teria perdido a “relação de tensão com a essência exterior” da propriedade – que se apresenta como uma “energia cosmopolita, universal”, transpondo barreiras e desejando ser absoluta e única (Marx, 1972: 79-80).

Longe de ser realizada, a essência genérica se vê deslocada: o indivíduo apenas poderia, imediatamente, interiorizar e aceitar essa separação. A “vida real” se enraíza nos indivíduos em comunidade, e a ideologia se aloja nesse terreno. O vivido se desabrocha no domínio da representação. Confrontado a objetos outros do que aqueles teológicos propriamente ditos – tais como o salário, a renda da terra e o capital –, Marx utiliza a grade de Feuerbach não para distinguir a economia da religião, mas para pôr à prova suas efetividades. Por isso a “extensão do conceito de alienação” pode exercer uma “função sintética”, na medida em que, de um ponto de vista metodológico, consciência e vida real se reúnem em um mesmo esquema crítico. Isso suspende, por outro lado, as ontologias específicas: “Pois ele [Marx] não se contenta mais de referenciá-la [a alienação] a uma causa social, ele sublinha também seus efeitos sobre a vida coletiva” (Autin, 2008: 115-6 e 123-5).

Marx expõe assim a “estreiteza” da *Fenomenologia*, notadamente em seu último capítulo, sobre o saber absoluto. Examinado “do ponto de vista da economia política moderna”, Hegel repara apenas o “lado positivo” do trabalho. Essa constatação permite que Marx escreva que “o trabalho é o vir a ser para si do homem no interior da alienação ou enquanto homem alienado”. Em Hegel, a alienação não pertence senão à consciência, o que lhe permite colher em sua filosofia todas aquelas que a precederam⁴. Com efeito, a supressão da objetividade transforma o homem em um ser espiritual. Contra a abstra-

ção, Marx afirma que o “homem é da natureza do si”, como cada uma de suas “forças essenciais” e de seus órgãos: “É, antes, a consciência de si que é uma qualidade da natureza humana, do olho humano etc., e não a natureza humana que é uma qualidade da consciência de si” (Idem, *Ibidem*: 132-4). Desenha-se assim a especificidade do conceito marxiano de alienação, haja vista que Marx declara “o primado da alienação prática sobre sua expressão teórica”.

Natureza e História

Posto que Hegel pertenceria ao campo da economia política e a única crítica válida sendo a de Feuerbach, Angaut sugere a fundação de uma “crítica da economia política em Feuerbach” (Angaut, 2008: 55 e 66-7) – mas, acrescentemos, com Hegel. Todavia, retoma Angaut, Marx não poupa sequer Feuerbach, pelo fato de ter desconhecido as implicações de um trabalho que é certamente mais concreto do que a categoria de “sensibilidade”. Em um determinado momento, Marx enumera domínios distintos da objetividade no seio da alienação, tais como a política, a arte e a literatura. Dentre eles, a “indústria” se conecta ao “movimento geral”, por duas razões: primeiro e mais geralmente, pela coincidência da indústria com a atividade humana, em seguida porque a forma da indústria corresponde a um momento determinado dessa atividade:

“Na indústria material corrente – pode-se concebê-la tanto como uma parte do movimento geral em questão, quanto se pode conceber esse próprio movimento como uma parcela particular da indústria, pois toda atividade humana até aqui foi trabalho, portanto indústria, atividade alienada de si mesma –, temos diante de nós, na forma de objetos concretos, estranhos, úteis, sob a forma da alienação, as forças essenciais do homem objetivadas”.

Na mesma passagem que acabamos de citar, Marx afirma que a indústria, “ainda que em uma forma alienada”, é a “base” da vida humana, tanto em ato quanto em instauração da realidade. Essa relação humana à natureza não é nada mais do que a “revelação exotérica das forças essenciais do homem” (Marx, 1972: 94-6). Como finalmente explica Angaut, não há pureza no encontro entre homem e natureza, já que os homens intervêm efetivamente na natureza. Dito de outra maneira, a essência sensível (e comunitária) não se torna efetiva senão pela mediação do trabalho que a renova no tempo. Notemos aqui o fato de que a superação do humanismo feuerbachiano não recai na superação de “toda antropologia”. De agora em diante teríamos que ver com uma “antropologia naturalista” (Angaut, 2008: 66-8). O recurso à história se justifica na medida em que esta é “ela mesma uma parte da história da natureza, do processo de transformação da natureza do homem”.

Se a natureza é determinante em todos os domínios do vivo, todos seres são dotados de “forças essenciais objetivas” e “materiais”, cuja exteriorização cria “objetos reais e naturais” em um “mundo objetivo real”. Pois a consciência de si não coloca senão a “coisidade”, e não a “coisa real”, posto que aquela permanece independente. Enquanto “criação”, o ato de colocar (ou pôr) uma coisa só se cristaliza “em aparência”, escreve Marx, munido de um vocabulário saído das querelas intestinas do hegelianismo. O homem que “aspira e expira” as “forças da natureza” se erige em sujeito do ato de posição: “é a subjetividade das forças essenciais objetivas, cuja ação deve então ser igualmente obje-

tiva". Dizer que se trata da objetividade revém a afirmar que a objetividade faz parte do homem: este é posto por objetos ou, conclui Marx, "ele é natureza". A atividade não é pura pois cria objetos. Por isso que ora o "naturalismo consequente", ou "humanismo", reúne o idealismo e o materialismo, ora deles se distingue. Assim, esse tipo de naturalismo é o único em condições de "compreender o ato da história universal".

Em se seguindo o texto de Marx, vê-se que "o homem é imediatamente ser da natureza", sendo assim portador de "forças naturais" e de "forças vitais", o que faz dele um ser "ativo". Por outro lado, ele é igualmente um ser "passivo", na medida em que é "dependente e limitado", ou seja, seus objetos encontram-se ao seu exterior, sendo destinados a suprir suas "demandas". A necessidade de uma relação é naturalizada: "Um ser que não possui sua natureza fora de si não é um ser natural, não participa do ser da natureza". É preciso haver um objeto como terceiro termo (entre o homem e a natureza ou mundo). Isso explica a relação de alteridade (diferença e ligação) implicada no contato com o objeto: outro que o homem, o torna "outro": eu sou seu objeto. Essa união impõe outra dimensão dos sentidos: "Possuir sentidos significa padecer". Juntos, atividade e passividade engendram a "paixão": "A paixão é a força essencial do homem, que tende energicamente em direção a seu objeto" (Marx, 1972: 96 e 136-8).

Segundo a leitura de Renault, demandas e paixões designam uma "experiência da falta", expressão da "finitude humana" (Renault, 1995: 58). Nesse momento, esse é o sentido da alienação para Marx: a alienação, que não é mais restrita à busca si pela consciência, exterioriza-se, sim – mas se liga, de maneira concreta, às demandas não satisfeitas, a começar por aquelas de ordem fisiológicas.

A ideia de produção, do e pelo sujeito, se torna normativa. Logo, o fato "extra econômico" dessa dinâmica consiste na liberdade (relativa) para a produção daquilo que satisfaz tais demandas: não se precisa da totalidade do tempo de produção para se suprir as necessidades. Existe o tempo ocioso (Bensaïd, 1999: 435), aliás, sempre caçado pelo capital. Seja como for, é por meio da mais extrema passividade, passando pela maior das privações, que a natureza se deixa ver. A experiência da "natureza em mim", escreve Haber, é portadora de minhas primeiras percepções de relações, forças e tendências do homem no mundo; bem encaminhada, libera o "movimento autônomo do pensamento e da ação" em seu emaranhado imanente. Ao fim e ao cabo, se trata de "antes, uma natureza que, na alienação, me reenvia, no vácuo, às condições reais de minha potência de agir e à sua vulnerabilidade, mas também a meus pertencimentos e a minhas dependências positivas" (Haber, 2008: 138 e 130).

No intuito de aprofundar a interpretação hesseana de Feuerbach, Marx se reporta à "categoria do ter" (Marx, 1972: 91), cuja origem vem da "sede de ser" (Hess apud Angaut, 2008: 57) distinto, o que explicaria a formação do egoísmo. Se a abstração das forças humanas desemboca na construção de Deus graças a uma auto-anulação, a pobreza é, de imediato, um "déficit de ser" antes de passar ao domínio do ter (Angaut, 2008: 57). Leiamos a seguinte passagem de Marx não em um tom de espiritualismo digno de filmes de terror, mas a partir da exigência material de uma igualdade de condições para a inscrição e a criação de possibilidades humanas na vida de todos e de cada um:

"Vê-se como o homem rico e a demanda humana rica tomam o lugar da riqueza e da

miséria da economia política. O homem rico é ao mesmo tempo aquele que necessita de uma totalidade de manifestações da vida humana. O homem em quem sua própria realização é uma necessidade interior, como demanda. Não somente a riqueza, mas também a pobreza do homem, recebem igualmente – no socialismo – uma significação humana e por conseguinte social. Ela [a pobreza] é a ligação passiva que faz com que os homens sintam a demanda da maior das riquezas, o outro homem. A dominação do ser objetivo em mim, a explosão sensível de minha atividade essencial é a paixão, que aí se torna atividade de meu ser”.

Porém, é preciso logo acrescentar o fato segundo o qual o ser natural do homem é humano ou que, para os homens, as coisas não existem imediatamente enquanto natureza:

“Assim como tudo aquilo que é natural deve nascer, do mesmo modo o homem tem também seu ato de nascimento, a história, mas esta é para ele uma história conhecida e, logo, enquanto ato de nascimento, um ato de nascimento que se supera a si mesmo conscientemente. A história é a verdadeira história natural do homem – (voltar a isso)” (Marx, 1972: 97 e 138).

Efetivamente, a posição filosófica do Marx de então se coaduna com o “naturalismo”. Stéphane Haber define o termo como a preexistência, em relação a fatos sociais e culturais, daquilo que ainda se liga a esses elementos ou fatos – “e que pode assim permitir avaliar normativamente suas manifestações”. Tal posição seria em um só tempo “teoricamente defensável” e corresponderia a uma “forma de vida desejável”, em todas implicações do termo, vida esta incarnada, segundo Marx, pelo comunismo. O importante não é, contudo, fundar a crítica das relações de mercado e da alienação sobre uma “instância supostamente fixa, unívoca”, apta a distinguir o bem do mal. Eis a razão pela qual cabe ao conceito de alienação de se debruçar sobre uma natureza não fixa, não fixada e não fixável (Haber, 2008: 129-30).

Igualdade de chances e uso comum

Marx escreve, sem meias palavras, que o “comunismo” é a “abolição positiva da propriedade privada”. Em outros termos, a apropriação da essência humana é mantida em estagnação pela propriedade privada. Temos uma desalienação, um “retorno a si” do homem enquanto “ser social”: “retorno consciente que se operou em se conservando toda a riqueza do desenvolvimento anterior”. O comunismo assim descrito é a

“verdadeira solução do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem, a verdadeira solução da luta entre a existência e a essência, entre a objetivação e a afirmação de si, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero. Ele é o enigma da história resolvido e se sabe como tal solução” (Marx, 1972: 87).

O que salta aos olhos é que Marx pensa a superação da natureza não como o “triunfo do Sujeito”, mas como a “reafirmação da natureza” (Haber, 2008: 137), ou seja, a exploração da natureza se seculariza. Nesse contexto, Bensaid opõe uma “dessacralização” da natureza a seu “desencantamento” alienado: “O capital cria tão só, em formas ainda religiosas de fetichismo, as précondições de uma secularização da existência humana liberada de seus pesadelos místicos”⁵. Além disso, de saída, a separação entre “sujeitos de

direito” e “objetos de conhecimento” só pode ser estranha à “unidade dialética do sujeito e do objeto”: os objetos são “híbridos”. Eles são naturais e sociais – e então a história é um processo de hibridização – ou, ainda, eles hibridizam os processos de naturalização e de humanização. Esse constante vai e vem encontra abrigo nas Teses sobre Feuerbach, que rejeitam em um só tempo o materialismo passivo e a atividade mística⁶ (Bensaïd, 1999: 441-4). É portanto legítimo pensar a natureza como “totalidade do real”. Esse status não a dispensa de forma alguma do movimento. Ela não poderia, tampouco, permanecer imutável: esse verdadeiro “campo dos possíveis” se renova pela ação. Por contraste, “diante dessas potencialidades naturais, as alienações aparecem como aquilo que são: alienações históricas e sociais, ligadas às relações sociais que dividem os homens em classes diferentes e opostas” (Vadée, 1998: 451-2).

Nos *Manuscritos*, Marx descreve essa sociedade de, por assim dizer, essências em relação, como a “verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo realizado da natureza”. Desde então o “vir a ser do humanismo teórico” de Feuerbach é superado sob a forma do comunismo – pois é ele que “reivindica a vida humana real como sua propriedade”. Este se distingue daquele enquanto “humanismo prático”, pois efetivamente produtor de realidades e relacional. Cada uma dessas figuras do humanismo é operante apenas com uma mediação: no caso do ateísmo, era questão da negação da religião; no que tange o comunismo, ele se mediatiza pela negação da propriedade privada. Todavia, explica Marx, “é somente com a supressão desse meio termo – que é contudo uma condição preexistente necessária – que nasce o humanismo partindo positivamente dele mesmo, o humanismo positivo”.

Quando Marx engloba o comunismo na rubrica do humanismo, é questão de uma relação ao objeto capaz de ativar aquilo que é próprio à realidade humana (Marx, 1972: 89, 143 e 91). Como lembra Angaut, tal objeto não se delineia para a consciência, mas “é o produto de uma prática produtiva, de um trabalho” (Angaut, 2008: 70). Para além da meta de uma objetividade separada, a exteriorização humana que retroage sobre os atores se forma através do contato com a natureza. Os “sentidos humanos”, como os cinco sentidos ou mesmo o espírito e o amor, não são dados uma vez por todas: eles “não se formam senão graças à existência de seus objetos, graças à natureza humanizada” (Marx, 1972: 93-4). O dito vir a ser natural passa pelas “demandas”, cuja realização se dá por meio da atividade: temos imediatamente que ver com o reconhecimento do desejo (natural) do outro. No quadro da sociedade, a inserção em um “constrangimento constrangedor”⁷ e cego, no sentido de imposição de limite que contraria, bem como um retorno ao positivismo, devem ser evitados. O “natural socializado” é, antes de mais nada, algo advindo, quer dizer, um “natural preservado e prolongado, uma força vivificante incorporada às relações sociais” (Haber, 2008: 136).

Eis portanto a “necessidade da mediação pelo trabalho” (Angaut, 2008: 70). Uma vez sendo o trabalho uma capacidade natural (primeira e universal) do homem, a natureza abandona o monismo não opositivo, e mesmo o trabalho perde o sentido do ato heróico pelo qual o “novo mundo” é estabelecido. A síntese histórica é a melhor prova desse parecer: “Uma história que, por diversos lados, é a continuação por outros meios da natureza, o processo pelo qual a natureza pode se realizar” (Haber, 2008: 44).

Nos dirigimos à exterioridade necessária da natureza, à qual se junta a história anterior: dessa conjugação surgem, ao acaso, os possíveis. Vadée estima que o conceito de aliena-

ção é presente ao longo de todo pensamento de Marx, sem que isso abale seu materialismo. Desse ponto de vista, a alienação é uma “necessidade” que emana dos homens, como uma “potência social” que impõe aos indivíduos malgrado eles mesmos. Não obstante, por meio de uma dialética da ação e das condições, a abstração se torna inexpressiva. Pois essa necessidade contém a possibilidade de sua superação, haja vista que as condições materiais (naturais e sociais) da ação são indissociáveis da atividade (Vadée, 1998: 51). Da mesma maneira, o pensamento histórico é elevado ao patamar do político: “A historicização do pensamento é a presença nele, contraditória e irreduzível, do protesto e da justificação” (Renault, 1995: 62-5).

Convém nos lembrarmos que a propriedade privada é uma composição entre trabalho e capital, em princípio colocada sob um regime de exterioridade. Assim sendo, o comunismo não pode pura e simplesmente fazer tudo explodir. Pedimos calma ao amigo leitor que porventura chegou até aqui: não se trata de reformismo. Muito pelo contrário, Marx se define como crítico do “comunismo grosseiro”, bem próximo do socialismo realmente (in)existente – e, concomitantemente, das platitudes sobre o a democratização via o progresso técnico ou pela imaterialidade da informação. A leitura de Marx pode portanto nos revelar aquilo que há de suspeito nesses discursos pretensamente “libertários”. O que o comunismo toma como prerrogativa seria um retorno à natureza das demandas, inscritas na contingência da história. Porém, na forma grosseira, não passa de uma generalização da relação mercantil.

Marx critica o “gosto de igualdade”, o que Nietzsche teria amado caso o tivesse lido. Trata-se de uma falsa abolição da propriedade privada, posto que “o mundo da cultura” é simplesmente liquidado “pelo retorno à simplicidade contrária à natureza do homem pobre e sem demanda, que não somente não superou o estado da propriedade privada, como sequer chegou a esse estágio”. A única igualdade à qual se postula é a igualdade salarial; o reconhecimento por outro passa pela mediação do trabalho. Trata-se certamente da esfera do “sensível”. Contudo, acrescenta Marx, do sensível alienado. Nesse sentido, Marx desmistifica a propriedade privada, como sendo a forma sensível pela qual o homem se torna objetivo para si mesmo através de sua “expressão vital” – pois a exteriorização da “expressão vital”, como potência social desconectada de demandas e expectativas, pode tornar o homem estranho a si mesmo: ocorre aí a perda dessa expressão (Marx, 1972: 85-6, 88 e 90-1).

Ora, a força de trabalho é, com certeza, uma força vital. O problemático é que, soldada ao capital, “nessa humanidade, a determinação se nega sem se abolir”. Dito de outra maneira, as faltas produzidas e determinadas pelo capital não enriquecem a humanidade (Bensaïd, 1999: 435).

Notas

1 Texto de 1843.

2 Que se pese a atividade “prático-crítica” da primeira das Teses (Marx, 1968 : 31).

3 O número de comparações possíveis é enorme. Nós lemos com grande proveito *Lire les Manuscrits de 1844*, dirigido por Emmanuel Renault. Assim, cita-se a respeito de Feuerbach: “Para enriquecer Deus, o homem deve se fazer pobre; para que Deus seja, o homem deve nada ser” (Feuerbach, 1973: 87). Pode-se ler em Marx: “Mais o homem põe as coisas em Deus, menos ele as guarda em si mesmo”. O operário perde então seu objeto (Marx, 1972: 58). Em ambos os casos, testemunha-se a perda de si na produção de si.

4 O pensamento se toma por imediato – no sentido de ser válido por si mesmo –, o que deixa seu objeto intacto: “De um lado, essa existência que Hegel supera ao transferi-la à filosofia não é portanto a religião, o Estado, a natureza real, mas já a religião, na qualidade de objeto do saber, a dogmática e, também, a jurisprudência, a ciência política e a ciência da natureza”. Contudo, Marx entrevê aí uma abertura interpretativa: “De um lado, ele [Hegel] se encontra portanto em oposição tanto ao ser real quanto à ciência imediata não filosófica ou os conceitos não filosóficos desse ser. Em seguida, ele contradiz os conceitos correntes”. Assim, a superação seria em Hegel a expressão alienada da “objetivação real” do homem (Marx, 1972: 142-3).

5 Voltar à natureza, “back to the tribe”, aproveitando o jocoso título de uma das sutis e esclarecedoras colunas jornalísticas do filósofo Vladimir Safatle (Folha de São Paulo, 17 de maio de 2011): talvez seja a mais propalada das ilusões contemporâneas. Reportagens de rincões intocados revelam em verdade a espetacularização do “exótico” – próximo graças à mediação das comunicações e sua organização mercantil. Por seu turno, o discurso acerca de produtos hortifrutigranjeiros “orgânicos” se fia na ilusão de que, na escala do mercado, é possível chegar ao imaculado valor de uso sem se passar pelo valor de troca. No jargão da filosofia, o fenômeno, no ato em que aparece, em sua emergência, se destaca de um fundo e com ele se relaciona de um novo modo: eis sua possibilidade inovadora. Essa dinâmica sintomática é ontologicamente relacional, não existindo, portanto, pureza. O único elemento natural em questão é o “aparecer”, já que a natureza é, sempre, “histórica”.

6 Colhamos, dentre outras possibilidades, a tese VI: “Feuerbach resolve a essência religiosa na essência humana. Mas a essência do homem não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (Marx, 1968: 33).

7 No original, “contrainte contrariante”.

Referencias

- Angaut, Jean-Christophe (2008), « Un Marx feuerbachien ? », en Emmanuel Renault (org.), *Lire les Manuscrits de 1844*, Paris: PUF/Actuel Marx – Confrontation
- Autin, Gautier (2008), « Religion et économie », en Emmanuel Renault (org.), *Lire les Manuscrits de 1844*, Paris: PUF/Actuel Marx – Confrontation
- Bensaïd, Daniel (1999), *Marx o intempestivo*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Buée, Jean-Michel (2008), « Les critiques de Hegel entre 1843 et 1845 », en Emmanuel Renault (org.), *Lire les Manuscrits de 1844*, Paris: PUF/Actuel Marx – Confrontation
- Feuerbach, Ludwig (1973), *Manifestes philosophiques*, Paris: PUF/ Épipiméthée
- Haber, Stéphane (2008), « ‘Le naturalisme accompli de l’homme’ : travail aliéné et nature » en Emmanuel Renault (org.), *Lire les Manuscrits de 1844*, Paris: PUF/Actuel Marx – Confrontation
- Hegel, G. W. F. (1975 e 1983), *Phénoménologie de l’esprit tomos I e II*, Paris: Aubier-Montaigne
- Marx, Karl (1972), *Manuscrits de 1844*, Paris: Éditions sociales
- Marx, Karl (2005), *Philosophie*, Paris: Gallimard/Folio
- Marx, Karl e Engels, Friedrich (1968), *L’idéologie allemande*, Paris: Éditions sociales
- Renault, Emmanuel (1995), *Marx et l’idée de critique*, Paris: PUF/ Philosophies
- Renault, Emmanuel (2008), « Introduction – Comment lire Les Manuscrits de 1844 ? », en Emmanuel Renault (org.), *Lire les Manuscrits de 1844*, Paris: PUF/Actuel Marx – Confrontation
- Vadée, Michel (1998), *Marx penseur du possible*, Paris: L’Harmattan

La crisis del capitalismo en Argentina desde los años '70 ¹

Gustavo Burachik

Universidad Nacional del Sur

burachik@criba.edu.ar

Resumen

En la década del '70 comienza una nueva etapa histórica del modo de producción capitalista. En este artículo se analizan las características de la evolución económica de Argentina en las nuevas condiciones de la economía mundial en dicho período. En la primera parte se identifican y caracterizan las principales transformaciones ocurridas en el proceso de producción y en el de valorización del capital. Se analiza asimismo la restructuración del capital y de la propia burguesía. En la segunda parte se identifican y estudian cualitativa y cuantitativamente las contracciones del producto bruto (crisis) ocurridas desde 1976. Se extrae de este análisis información relevante para evaluar la vitalidad del proceso de acumulación en el presente período histórico. Se discute, además, en qué medida los rasgos económicos esenciales del período abierto en 1976 están presentes o, al contrario, se han revertido en la última fase de ascenso capitalista iniciada en 2002.

Introducción

El objetivo de este trabajo es ofrecer un panorama de las principales transformaciones y de las crisis del capitalismo en Argentina desde mediados de la década del '70. La exposición se apoya en la revisión y discusión de la bibliografía existente y, en particular, en el análisis de la información estadística disponible.

En la primera parte se analizan dos aspectos de la reestructuración del capitalismo en Argentina. Por un lado, los cambios ocurridos en la esfera del proceso de trabajo lo que comprende, a su vez, las transformaciones desarrolladas en el ámbito de la producción material y las que incumben a la valorización del capital. Por el otro, las alteraciones identificables a nivel de los capitales individuales; la concentración y centralización, la orientación sectorial de la inversión y la articulación internacional de las empresas.

La segunda parte analiza un conjunto distinto de información estadística. Está centrado en las crisis ocurridas desde 1976 y se propone calcular y comparar históricamente su frecuencia temporal, intensidad y tiempo requerido de recuperación. Este análisis aporta material adicional relevante para la caracterización del período histórico.

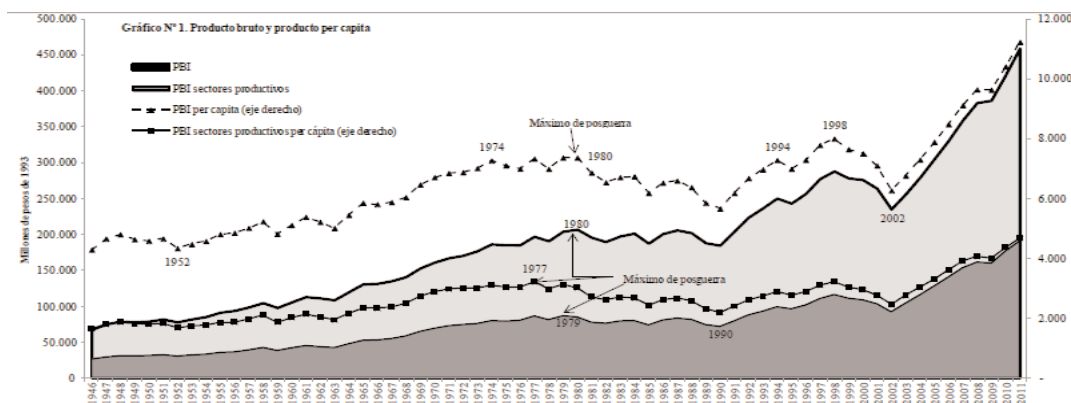
Todos los fenómenos que se analizan en este trabajo son sólo la expresión local de las transformaciones y tendencias que ha experimentado y sigue experimentando la economía mundial desde el agotamiento del período expansivo de la segunda posguerra. Con todo, el análisis de las raíces internacionales de estos procesos no será abordado aquí.

En la tercera parte se ofrece un resumen de los puntos principales y una reflexión general. Se añade, al final, el listado de todas las series estadísticas utilizadas y sus fuentes.

1. Principales ejes de la reestructuración capitalista desde mediados de los años '70

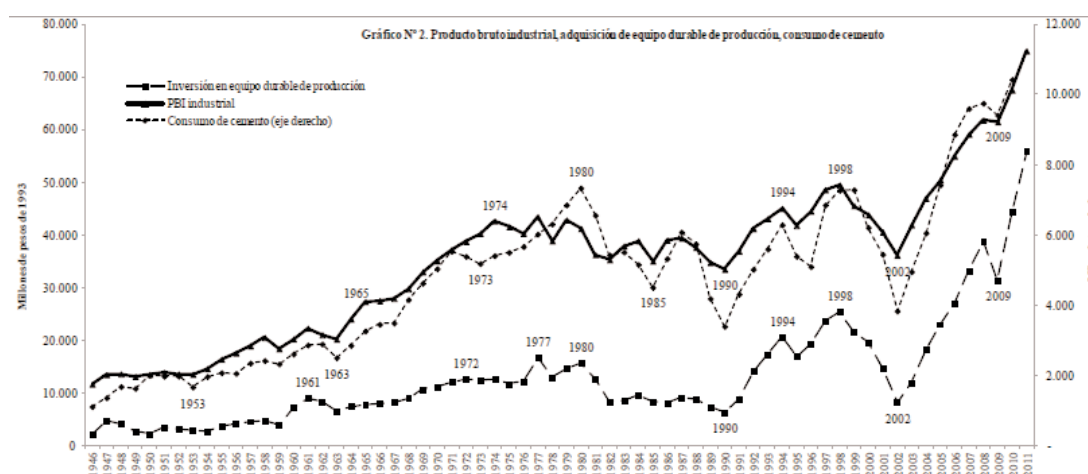
a. Aumento de la volatilidad

En el gráfico que se presenta a continuación se observa un cambio en la trayectoria de las variables relacionadas con la producción. Esta circunstancia pone de manifiesto el ingreso del proceso de acumulación a un nuevo período histórico.

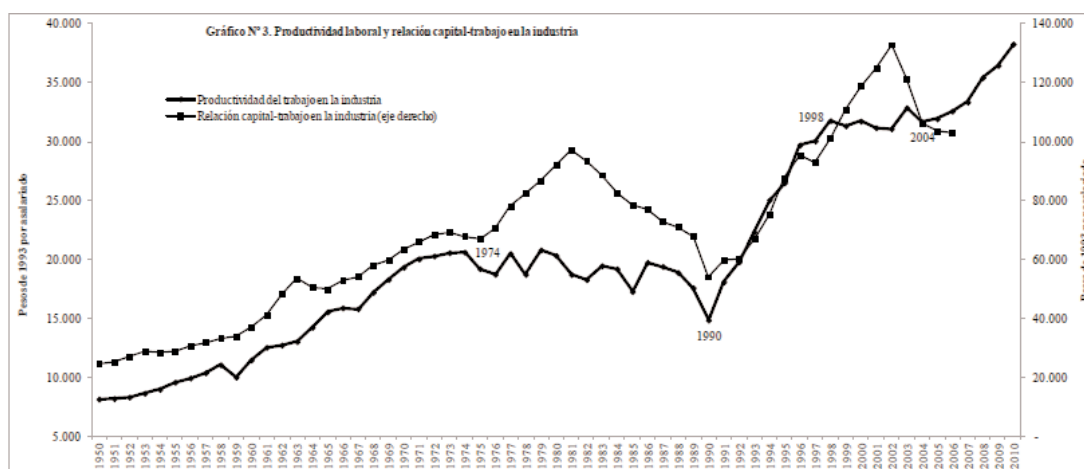


Las curvas modifican su forma, en general, al mismo tiempo o un poco antes de alcanzar sus máximos niveles como se aprecia en el caso del PBI per cápita. La naturaleza de este cambio en la trayectoria de las variables resulta evidente: hasta el punto de inflexión su evolución estaba dominada por una tendencia ascendente respecto de la cual las oscilaciones cíclicas representaban interrupciones breves y de segundo orden. A partir del año de quiebre este orden se invierte: las oscilaciones de la coyuntura pasan a un primer plano y se observan períodos contractivos de inédita duración y magnitud. Así, agotadas las posibilidades de expansión industrial que brindaron el mercado interno protegido y la promoción estatal, la economía ha ingresado en los '70, como todo el planeta, en un período histórico signado por dramáticas oscilaciones y grandes crisis.

El siguiente gráfico, en el que se representan variables vinculadas con la inversión y con la producción industrial, muestra el mismo patrón.



Y lo mismo se observa en la serie de productividad laboral en la industria y en el indicador de composición técnica del capital que presenta un claro quiebre a partir de la caída de la Tablita de Martínez de Hoz en 1982.



En suma, el ingreso a un nuevo período histórico está señalado por un incremento de la volatilidad de la producción y la acumulación.

b. Achatamiento de la curva de desarrollo capitalista

El crecimiento neto que ha tenido lugar en medio de estas grandes oscilaciones ha sido bajísimo, comparado con el período cuyo agotamiento y crisis dio inicio, a mediados de los '70, a esta nueva etapa. Para dar una idea aproximada de la magnitud de la desaceleración de la economía se ha confeccionado la siguiente tabla en la que se compara el crecimiento anual promedio desde el fin de la Segunda Guerra Mundial (1951 en algunos casos) hasta el máximo alcanzado en la posguerra, con el crecimiento anual promedio registrado desde entonces hasta la actualidad (último dato disponible).

Tabla N° 1. Tasas de crecimiento, promedio de tasas anuales (en %)

	Posguerra	Nuevo período	Períodos comparados
PBI	3,6	2,8	1946/80 vs 1981/2011
PBI per cápita	1,8	1,6	1946/80 vs 1981/2011
PBI sectores productivos ² /	4,0	2,7	1946/79 s 1980/2011
PBI sectores productivos per cápita	2,4	1,3	1946/77 s 1978/2011
PBI industrial	4,8	1,9	1946/77 s 1978/2011
Productividad laboral en la industria	4,0	2,0	1951/74 vs 1975/2010
Inversión en equipos durables de producción	12,4	6,6	1946/77 s 1978/2011
Stock de equipos durables de producción	5,1	-0,2	1951/81 vs 1982/2006
Stock de equipos durables de producción por asalariado	4,6	0,6	1951/81 vs 1982/2006
Consumo de cemento	6,0	2,6	1946/80 vs 1981/2011

Fuentes en el listado de variables al final del trabajo

El ritmo promedio de expansión se ha reducido fuertemente en todas las variables clave del proceso de acumulación. A decir verdad, la evolución del PBI per cápita en el nuevo período histórico subestima la magnitud real de la desaceleración del PBI agregado porque surge de una tasa de crecimiento poblacional mucho más baja que la de los años de la posguerra³.

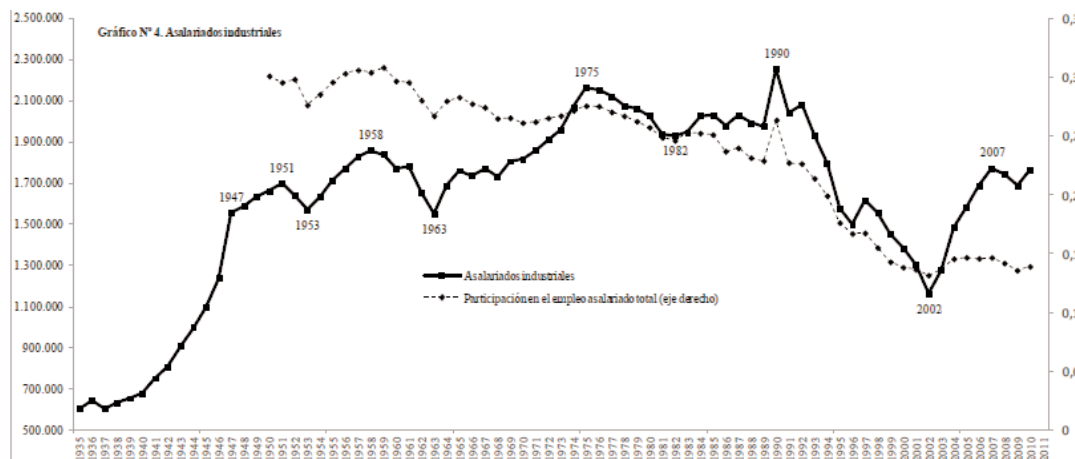
La desaceleración ha sido particularmente aguda en los sectores productivos (en particular en la industria), en la inversión y, como consecuencia de esto último, en la productividad de la industria manufacturera. En todos estos casos la tasa de crecimiento se ha reducido en aproximadamente 50%.

Es importante notar la coincidencia entre los datos de consumo de cemento y las restantes series de inversión ya que se trata de una estadística muy simple basada en cantidades físicas de un producto homogéneo y de muy fácil registro dado que es producido en un reducido número de plantas. Esta información, que está exenta de todas las complejidades de la estimación de las cuentas nacionales, ratifica las observaciones referidas a las demás series en lo relativo al cambio de forma y a la drástica caída de su ritmo de expansión.

En suma, a partir de la segunda mitad de los '70 se han vuelto más pronunciadas las fluctuaciones de la producción y la inversión y ha disminuido apreciablemente la línea de tendencia en torno de la cual estas oscilaciones tienen lugar.

c. Estancamiento de la tecnificación, contracción de la fuerza de trabajo industrial

Tuvieron lugar en el nuevo período histórico iniciado a fines de los '70 sustanciales transformaciones en la esfera del proceso laboral. Hay dos conjuntos de datos reveladores. Por un lado, la contracción absoluta de la fuerza de trabajo en la industria⁴.



En la posguerra se observa una sucesión de fases de ascenso interrumpidas por períodos de contracción de duración y (hasta cierto punto) magnitud crecientes; -7% en 1953/52, -16% en 1958/63, 11% en 1975/82. Con todo, hasta 1975 la tendencia del empleo industrial era creciente porque los impulsos ascendentes de las fases expansivas predominaban sobre los contractivos de las fases recesivas. Esta tendencia desaparece en el período histórico iniciado a finales de los '70. El nivel del empleo asalariado en la industria se encuentra en la actualidad en un nivel inferior al de mediados de los '70⁵.

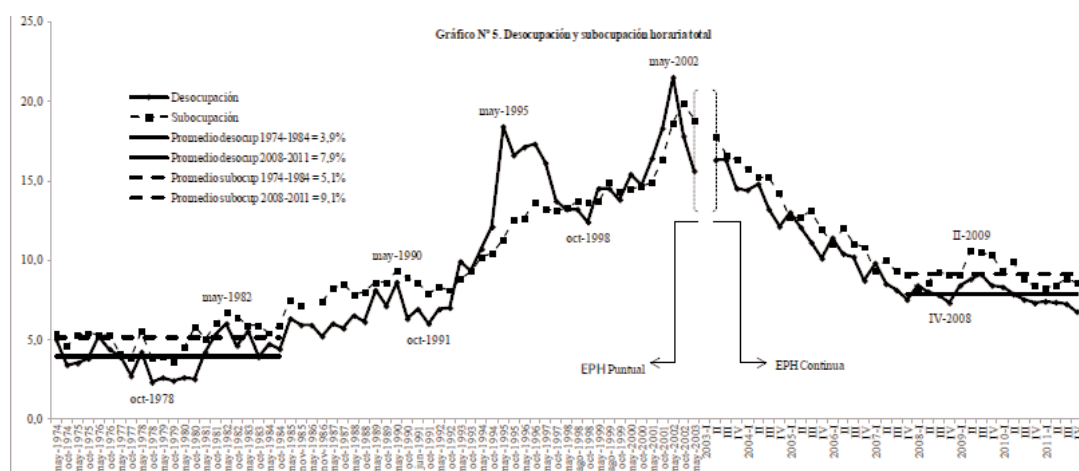
Por otro lado, como se muestra en la tabla 1, el stock de equipos durables de producción y la relación entre dicho stock y la masa de fuerza de trabajo en la industria (un índice aproximado de la relación capital/trabajo en dicho sector⁶) han tenido un crecimiento neto nulo en las últimas tres décadas.

Como resultado de estos fenómenos la composición técnica en la industria experimentó un verdadero colapso a partir de la crisis de la tablita de Martínez de Hoz que duró hasta 1990. En realidad, durante esos 9 años el valor del acervo de equipos (gráfico 8 más adelante) disminuyó en términos absolutos (las altas no compensaron los retiros y la desvalorización de los equipos existentes), una evolución apenas concebible para una economía que está siendo objeto de una acción bélica en gran escala.

La recuperación de la inversión y en los '90, por su lado, ha sido caracterizada en los estudios como un fenómeno acotado y selectivo de reequipamiento, confinado a un puñado de sectores y empresas (Bonvecchi y Porta, 2003). De hecho, casi 60% del incremento del stock de equipos durables de producción entre 1990 y 2006 expresa, en realidad, un aumento del rubro "material de transporte". El otro componente, el de "maquinaria y equipos" sólo creció 22% a lo largo de esos 16 años⁷.

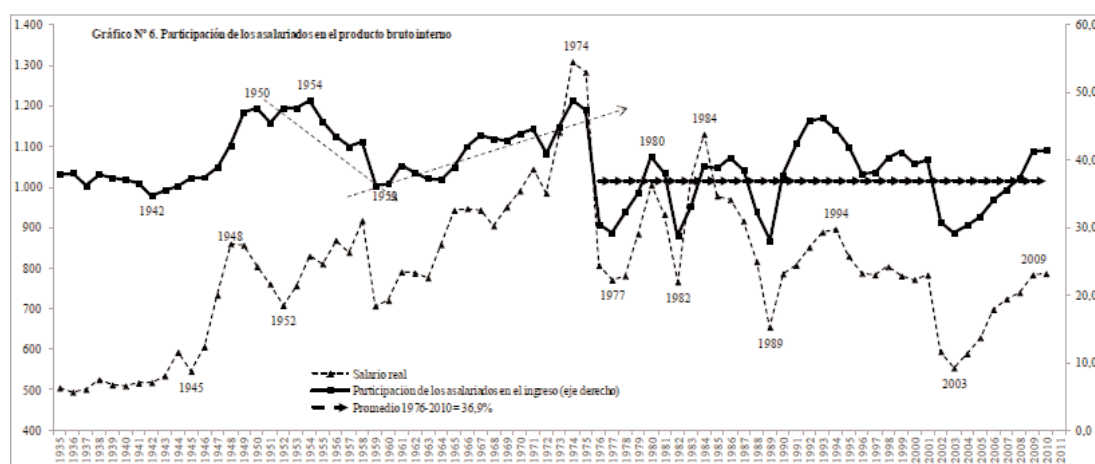
Se desprende de estos hechos que el repunte simultáneo de la productividad laboral y la composición técnica en la industria a partir de 1991 (gráfico 3) constituye el resultado combinado de un proceso de reequipamiento relativamente débil con una drástica elevación de la tasa de explotación de la fuerza de trabajo.

El empeoramiento de las condiciones en que se contrata y se pone en funciones la fuerza de trabajo se vincula, a su turno, con la ampliación del ejército industrial de reserva, otra característica destacable del período histórico abierto a mediados de los '70. El gráfico 5 muestra un salto apreciable en el nuevo período histórico; la tasa de desocupación promedio de 2008/11 duplica a la de 1974/84 y la de subocupación se incrementa un 80%.



d. Aumento de la explotación

En el gráfico 6 se muestra la participación de la masa salarial en el PBI. Este indicador es tomado aquí como un índice aproximado de la tasa de explotación en la medida en que da una idea del ritmo de crecimiento de las ganancias respecto del de los salarios.



Resulta evidente el cambio en la forma de esta curva cuya evolución estuvo dominada por tendencias de fondo hasta 1974; decreció desde la caída de Perón hasta alcanzar su menor nivel con la crisis de 1959 (luego del plan de “estabilidad y desarrollo” de Frondizi) y tendió a recuperarse entre 1960 y 1974. Esta tendencia ascendente (expresión de una creciente movilización obrera y juvenil) no se ha visto alterada por las fuertes oscilaciones por las crisis de 1962/63, 1966/67 y 1972.

A partir de mediados de los años '70 la trayectoria de este indicador cambió de un modo drástico; la media se redujo apreciablemente ⁸, la serie se tornó estacionaria (tendencia nula) y su evolución pasó a estar dominada exclusivamente por las fluctuaciones de corto plazo del proceso de acumulación.

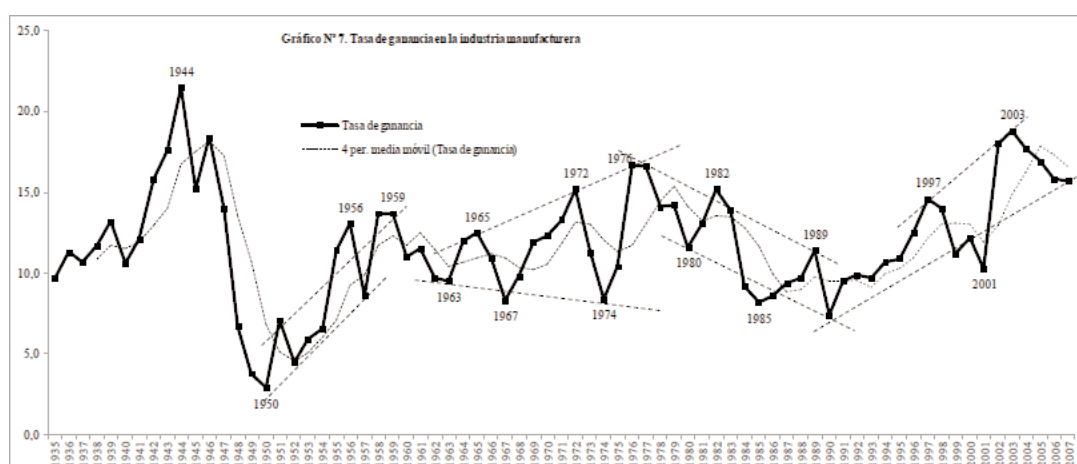
La participación de la masa salarial en el ingreso es igual al producto del costo laboral (salarios deflactados por los precios implícitos del PBI) y la inversa de la productividad laboral. Ambos componentes han contribuido a la disminución verificada en las últimas décadas; el salario aumentó menos que el volumen de mercancías producidas por obrero y que los precios de estas mercancías (Graña y Kennedy, 2008).

El perfil cíclico de la serie tiene, además, un significado social. Los fortísimos saltos ascendentes de la tasa de explotación (caídas de la participación salarial) que tuvieron lugar en 1975/77, 1982, 1985/89 y 1995/2003 ponen de manifiesto las embestidas del capital sobre el costo laboral y la renovada capacidad de la burguesía para imponer licuaciones salariales drásticas y fulminantes mediante la devaluación de la moneda. Las recuperaciones subsiguientes, por su parte, dan testimonio de la respuesta del movimiento obrero.

El gráfico también muestra la evolución del salario real cuyo comportamiento se modifica drásticamente a partir de la crisis de 1975. En un contexto de ampliación del ejército industrial de reserva, de aumento de la explotación, precarización y flexibilización laboral, el poder adquisitivo del salario ha mostrado una clara tendencia negativa. Un rasgo saliente de este período histórico consiste en que el salario pagado por los capitalistas resulta inferior al valor de la fuerza de trabajo. Surge de aquí un flujo de plusvalía extraordinaria que se añade a los generados por la extensión de la jornada, la intensificación del esfuerzo laboral y la propia reducción del valor de la fuerza de trabajo como resultado del progreso técnico (Graña y Kennedy, 2008).

e. Retroceso y recuperación de la tasa de ganancia en la industria manufacturera

Esta variable se presenta en el gráfico 7. La evolución de la tasa de ganancia hasta 1950 resulta bastante clara; ascendió mucho durante la guerra y se desplomó en 1945/50. A partir de allí la estimación realizada por Iñigo Carrera (2007 y 2008) muestra abruptos cambios. Para volver más visibles los movimientos tendenciales de esta variable se muestran en el gráfico la tendencia de sus puntos extremos y se añade un promedio móvil de 4 años.



La rentabilidad en la industria estaba disminuyendo al estallar la crisis de 1975⁹. No hay cambios en la forma de esta curva a partir de los '70. Lo que sí se modifica es la tendencia. Con la asunción de la dictadura en Marzo de 1976 y como consecuencia de las primeras medidas (devaluación, congelamiento salarial), de la intervención de los sindicatos y de la represión de las luchas obreras, la tasa de ganancia alcanzó su máximo valor en casi tres décadas. A partir de allí, no obstante, su trayectoria ha sido en general negativa hasta principios de los años '90. Tuvo lugar entonces una fase de recuperación que, en promedio, continúa hasta hoy. La tasa de ganancia industrial se encuentra actualmente (2007 es el último dato) en los embriagadores niveles que había alcanzado en los años de terror videliano¹⁰.

La información volcada en la tabla 2 permite dilucidar qué transformaciones explican el descenso de los '80 y la recuperación de los '90¹¹.

Tabla N° 2. Componentes de la tasa de ganancia de la industria. Valor al final del periodo/valor al inicio del periodo

	Capital adelantado			Valorización del capital				Tasa de ganancia
	Fijo	Circulante	Total	(Producto de valor + consumo)	(-) Costo laboral	(-) Capital fijo consumido	(=) Ganancia	
1990/1976	0,94	1,11	0,95	0,64	0,80	0,94	0,42	0,44
2003/1990	0,81	0,63	0,79	0,99	0,45	0,81	1,94	2,46
2003/1976	0,75	0,71	0,75	0,63	0,36	0,75	0,82	1,09

Fuente. En base a estimaciones de Iñigo Carrera (2007 y 2008).

La reducción de la tasa de ganancia industrial en el período 1976/1990 es resultado de una caída abrupta de la masa de ganancia en un contexto de estancamiento del valor del capital adelantado. Como se ve, la reducción de costos de producción no pudo evitar el derrumbe de la masa de ganancias porque la declinación del valor producido fue muy superior.

La recuperación de la tasa de ganancia en 1990/2003, por su parte, reposa en dos procesos complementarios. Por un lado, el abaratamiento de los elementos materiales del capital ha llevado a una reducción del capital adelantado pese a la recomposición del

parque de maquinaria¹². Por el otro, la drástica disminución de los costos de producción ha elevado la masa de ganancias, pese al estancamiento del valor total producido. Como se comentó más arriba, la disminución de los costos laborales y el pago de salarios inferiores al valor de la fuerza de trabajo explican una parte importante de este ahorro de costos.

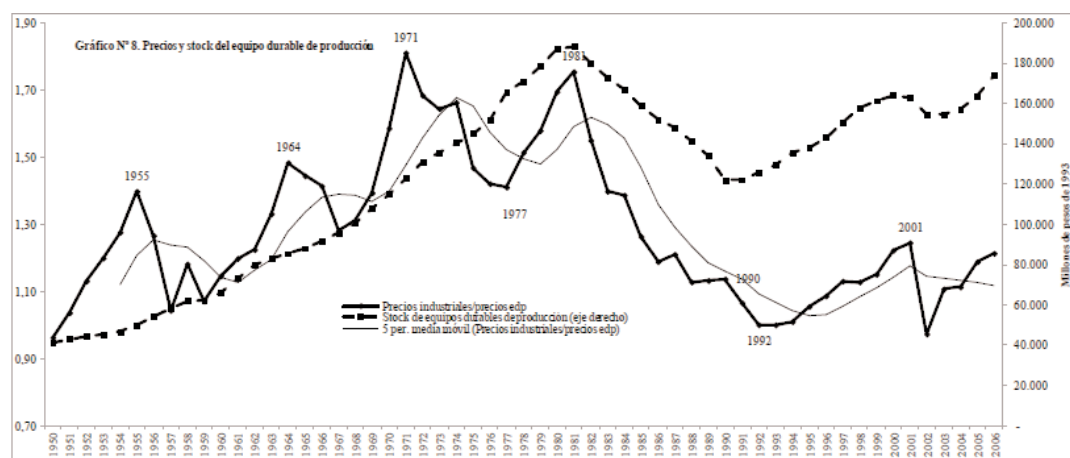
En suma, la recuperación de la tasa de ganancia desde los '90 reposa en varios elementos articulados entre sí; aumento de la composición técnica del capital cuyo efecto sobre los costos ha sido contrarrestado por el abaratamiento de los elementos materiales del capital, aumento aún mayor de la explotación del trabajo y disminución del costo laboral. Se entiende por ello que los ejes de la reestructuración capitalista en estos años hayan residido en las políticas de apertura arancelaria (que permitieron importar el abaratamiento de los elementos materiales del capital que tuvo lugar en el mercado mundial) y en aquellas que han permitido disminuir el costo laboral y aumentar la tasa de plusvalía.

Ciertamente, la tasa de ganancia del período post-devaluación (calculada en términos de valor trabajo) es similar a la vigente en 1976 pero tanto el valor del capital adelantado como la masa de ganancias son menores. Lo primero (reducción del valor del capital) se debe al abaratamiento de los elementos materiales que constituyen el capital; lo segundo (reducción de la masa de ganancias) responde a que la caída del valor producido excede a la disminución de los costos de producción¹³.

Salta a la vista el carácter defensivo, históricamente regresivo y parasitario del proceso de recomposición de las ganancias del capital en la industria.

f. Abaratamiento de los elementos materiales del capital

En el gráfico 8 se representan dos series estrechamente vinculadas entre sí; la relación entre los precios de las mercancías industriales y los precios de los equipos durables de producción adquiridos por el capital industrial y la evolución del stock de estos equipos.



Hasta mediados de los '70 los precios de las mercancías industriales crecían más rápidamente que los de los equipos de producción, lo que se expresa en el ascenso de esta curva hasta 1975. En forma simultánea tendía a elevarse el parque de maquinarias productivas. Esta tendencia se invirtió durante los 80; los equipos se encarecieron con respecto a las mercancías industriales al tiempo que el stock de maquinarias se contrajo por la bajísima inversión bruta y la depreciación de los equipos ya instalados. En los '90 los precios volvieron a evolucionar a favor de los compradores de equipos productivos contribuyendo con ello a compensar el efecto adverso del reequipamiento industrial sobre la tasa de ganancia (incremento de la composición técnica del capital).

g. Restructuración del capital y de la burguesía

Es preciso identificar e ilustrar aquí cuatro fenómenos centrales; el aumento de la concentración y centralización de los capitales, el avance relativo de la producción orientada al mercado mundial y el funcionamiento cada vez más parasitario del capital expresado en la pérdida de peso relativo de la producción material (respecto de los llamados "servicios") y en el aumento del atesoramiento de riqueza social sustraída del circuito del capital productivo.

i. Concentración y centralización

A partir de la dictadura de 1976 la concentración y centralización del capital experimentaron una drástica aceleración.

Este proceso tiene dos aspectos complementarios. En primer lugar, la destrucción de capitales en crisis o su absorción por otros de mayores dimensiones y capacidad financiera. Como el período estuvo atravesado por drásticas y prolongadas caídas de las ganancias, de la demanda (o su captación creciente por las mercancías importadas), estrangulamiento del crédito, etc., la atmósfera económica fue particularmente propicia para las quiebras de empresas en diversos sectores de actividad. Fue producido así el nutriente que sirvió de alimento a la drástica expansión relativa del gran capital con capacidad de autofinanciamiento y/o acceso al crédito internacional desde los años '70.

Diversos estudios han señalado el crecimiento excepcional de un reducido conjunto de grandes conglomerados a partir de 1976 y, en menor medida, durante los '80 (Azpiazu y otros, 1986; Ortiz y Schorr, 2006). Una de las bases de esta expansión la adquisición de empresas existentes más débiles y de negocios en los que las corporaciones multinacionales desinvertieron en los años de crisis.

El segundo aspecto del proceso de concentración y centralización reside en el crecimiento interno efectuado por las grandes empresas mediante nuevas inversiones. Como se mostró en el apartado anterior, la inversión ha sido en promedio muy débil y hasta 1990 los principales proyectos productivos fueron solventados en una medida significativa por el propio erario público por medio de subsidios y desgravaciones. Así ocurrió con las nuevas fábricas de insumos industriales (papel, petroquímica, siderurgia) ¹⁴ que se encuentran entre los muy escasos nuevos proyectos industriales implementados en el período abierto con la dictadura militar. Otras esferas de nueva inversión para el gran capital han sido el sector automotriz (específicamente, su segmento terminal), el ensamble de productos electrónicos en Tierra del Fuego, el cultivo y procesamiento de semi-

llas oleaginosas, la producción de biocombustibles y la mega minería.

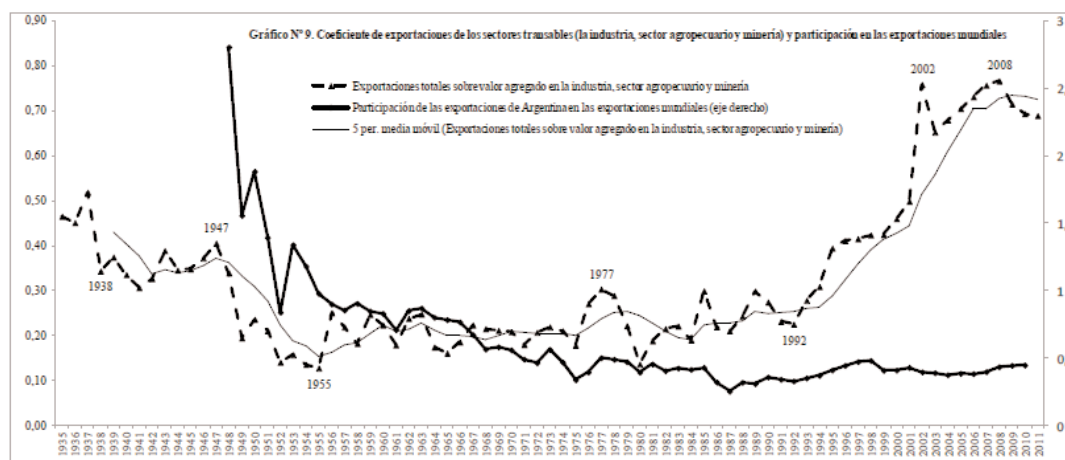
La concentración y centralización continuó creciendo luego de 1990. El peso del valor agregado de las 500 empresas más grandes sobre el valor agregado de total del país pasó de 14% en 1993 a 23% en 2008. La participación de estas grandes corporaciones en las exportaciones totales pasó de 56% en 1993 a 77% en 2003 (Indec, 2007 y 2010).

En suma, el período histórico iniciado a mediados de los '70 corresponde a un largo proceso de reestructuración capitalista que combinó estos tres elementos; una amplia destrucción de capitales obsoletos, una acotada y selectiva irrupción de nuevos capitales y de renovación del parque de maquinarias y una acelerada centralización.

ii. Integración al mercado mundial

Es preciso destacar aquí tres aspectos interrelacionados. En primer lugar, el avance del capital multinacional en la propiedad de las grandes empresas. La reestructuración del capital mostró, hasta principios de los '90, un crecimiento de las grandes empresas y conglomerados de capital nacional en el marco de una relativa retracción de la inversión extranjera. Luego se produjo una expansión relativa del gran capital multinacional en todas las ramas de actividad. En la actualidad, casi la totalidad de las utilidades obtenidas por las 500 compañías de mayor tamaño corresponde a empresas de capital extranjero (Indec, 2010).

En segundo lugar, se ha reforzado drásticamente el peso de las exportaciones como destino de la producción. Este fenómeno, a su vez, es el resultado de varios factores. Uno, de la penetración generalizada del capital internacional que integra las filiales o licenciatarias a sus redes globales o regionales de distribución y abastecimiento. Dos, del aumento de los precios de exportación en especial en los '70, fines de los '80 y a partir de 2003. Tres, de la destrucción de una amplia franja de capitales cuya producción se orientaba exclusivamente al mercado interno. Esto implicó la desaparición simultánea de los puestos de trabajo, los salarios y la correspondiente demanda de consumo allí generados.



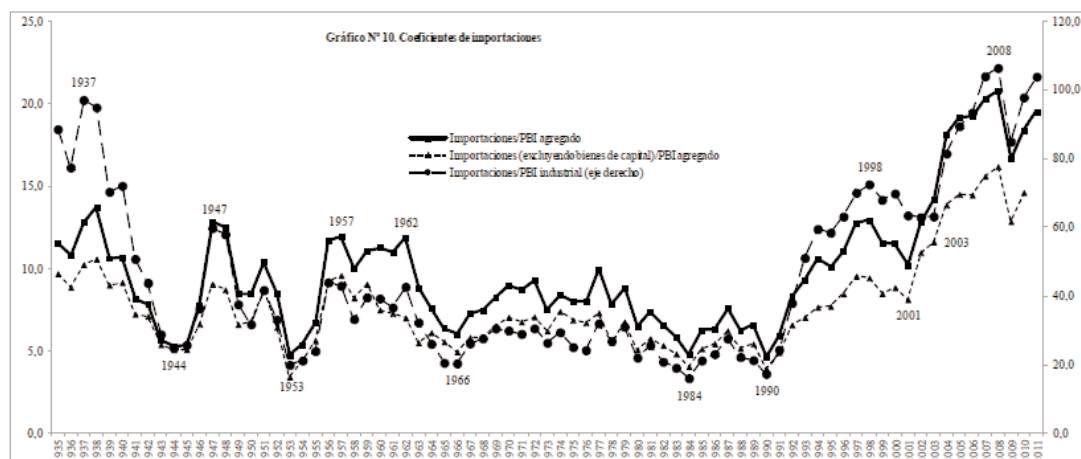
El gráfico 9 representa el cociente entre las exportaciones y la producción física de los sectores (transables) que las generan (agropecuario, industria y minería). Es claro el largo estancamiento relativo de las exportaciones desde la segunda mitad de los '50 hasta principios de los '90 y su acelerado incremento a partir de entonces. Otras estimaciones oficiales referidas al sector industrial confirman esta tendencia; el cociente de exportaciones sobre valor de producción en la industria pasó de 10% en 1993/95 a 25% en 2006/10¹⁵.

Es preciso destacar que el aumento de la orientación exportadora del capital no ha resultado de una ampliación general de los mercados (interno y externo) sino, al contrario, de un crecimiento sectorialmente localizado y circunscripto a la producción con salida exportadora. Ciertamente, el valor de la producción exportada se multiplicó por 8,7 en dólares corrientes y por 3,6 en dólares constantes entre 1975 y 2002 (año en que se alcanzó el máximo coeficiente de exportaciones). Pero la producción física del sector transable sólo aumentó 5% entre 1975 y 2002.

El coeficiente de exportaciones no es un reflejo de una revitalización de la producción capitalista sino de la profunda depuración y crisis que afectó a gran parte de las empresas que operaban en estos sectores a partir de la segunda mitad de los años '70. De hecho, la declinación de la masa salarial como porcentaje del PBI mostrada en el gráfico 6 tiene como contrapartida el retroceso de la demanda interna de bienes por parte de los asalariados. Así, el largo estancamiento de la producción de los sectores productivos es el resultado combinado de dos procesos contradictorios. Por un lado, una declinación o estancamiento de la producción orientada al mercado interno, resultado de la batalla de las empresas y el Estado por disminuir el costo laboral y ampliar las ganancias obtenidas a partir de una inversión salarial dada. Por el otro, un avance de la producción primaria, minera e industrial orientada a los mercados de exportación.

Además, y como se observa en el mismo gráfico 9, la mayor orientación exportadora de la producción transable de Argentina tampoco se tradujo en un aumento de su participación en el mercado mundial; apenas alcanzó a detener una tendencia declinante de antigua data.

Por otro lado, mientras que la proporción de la producción destinada a la exportación se incrementó, lo mismo ocurrió con la proporción del abastecimiento local adquirido en el exterior. El siguiente gráfico muestra tres indicadores de la apertura importadora.



En el marco del proceso de destrucción de capitales obsoletos, las grandes empresas han tendido a sustituir el (de por sí limitado) aprovisionamiento local de maquinarias, insumos, partes y equipos por la adquisición a proveedores internacionales. Más aún, con el objeto de ganar escala y disminuir costos unitarios, las firmas han suprimido líneas enteras de fabricación y las han reemplazado por artículos terminados similares importados (en el marco de licencias con compañías multinacionales). Es decir, el aumento del peso relativo de las importaciones constituye un indicador, al menos en parte, del proceso de desindustrialización como resultado del cual la actividad industrial ha tendido a concentrarse en dos grandes polos; la fase de terminación de la cadena productiva agropecuaria (aceites vegetales, lácteos, etc.) y el ensamble de partes y piezas fabricados en el exterior, combinada con distribución de productos importados terminados similares.

Es interesante destacar que los grandes saltos en el peso relativo de las importaciones han sido íntegramente consumados en las dos últimas fases de ascenso cíclico de la acumulación; en 1991/98 y luego de la devaluación de 2002. Se trata por lo tanto de una estrategia positiva del capital y no de un resultado pasivo del estancamiento de la producción material en el país.

Más aún, la fase de ascenso capitalista iniciada a mediados de 2002 ha llevado las importaciones a niveles relativos sin precedentes desde el inicio de la serie en 1935. El cociente de importaciones sobre PBI agregado no superó el máximo histórico en los años de apertura “neoliberal” de los '90 sino en pleno auge del llamado “modelo productivo”, a partir de 2004.

El tercer indicador (eje derecho) muestra simplemente que las importaciones anuales actuales equivalen al valor agregado industrial de un año completo mientras que hace 50 años sólo equivalían a un tercio de dicha magnitud. También en este terreno, el máximo histórico se alcanzó en 2008 es decir, en el marco de un régimen de política económica que se ha jactado de haber impulsado la sustitución de importaciones.

De hecho, el crecimiento del PBI industrial en 2002/2011 es similar en términos cuantitativos al que tuvo lugar entre 1963/74 pero mientras que en éste último caso las importaciones se multiplicaron por 3,7 en la fase de ascenso más reciente se multiplicaron por 8,3.

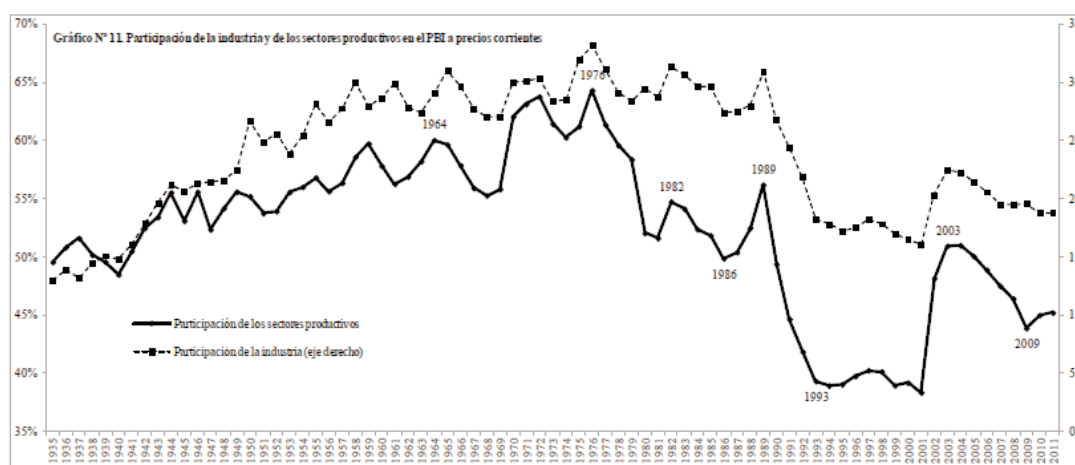
Ciertamente, se podría argumentar que la creciente penetración relativa de las importaciones observada en los últimos años constituye un reflejo del salto de la inversión en nuevas maquinarias y equipos, un efecto no deseado de la recomposición del parque industrial. Pero esta tesis queda desmentida por el segundo indicador que muestra la relación entre las importaciones excluyendo bienes de capital y el PBI. Como se aprecia en el gráfico, la tendencia de este indicador es idéntica a la de las otras expresiones del coeficiente de importaciones y también en este caso el máximo se alcanza a partir de la devaluación de 2002 y no antes.

Estos datos se ven confirmados por las estimaciones oficiales referidas al sector industrial. Según datos proporcionados por el CEP (ver nota al pie 14) el cociente entre las importaciones y el consumo aparente para el promedio de la industria creció desde 15% en 1993/95 a 25% en 2006/10.

El extraordinario incremento de las exportaciones primarias y de manufacturas agropecuarias registrado en los últimos años ha contribuido a disimular el peso creciente de las importaciones producto, a su turno, de la reconversión contractiva de la industria local.

iii. Sesgo parasitario del cambio estructural

El proceso de concentración y centralización, es decir, el aglutinamiento del capital en un número menor de grandes organizaciones capitalistas tiene dos rasgos esenciales. El primero es que no se da en un marco de expansión sino en un período signado por permanentes crisis y convulsiones nacionales e internacionales. El segundo es que expresa un retroceso de la actividad industrial y del conjunto de los sectores productivos como porcentaje del PBI agregado desde la segunda mitad de la década del '70.



La tendencia declinante del peso relativo de los sectores productivos en el PBI es muy marcada y sólo se interrumpe en períodos de crisis como consecuencia de la hipersensibilidad cíclica de las ramas de servicios.

iv. Incremento de la fuga de capitales

Las estimaciones disponibles sobre salida de capitales y stock de activos externos de capitalistas argentinos en el exterior pueden consultarse en Gaggero y otros (2007) y Basualdo y Kulfas (2000). Mediante la fuga de capitales, los empresarios atesoran, y por lo tanto sustraen del circuito de la acumulación, una porción de los recursos monetarios que poseen. Es, por lo tanto, una manifestación directa de las dificultades con que tropieza la reproducción del capital productivo en el período histórico actual.

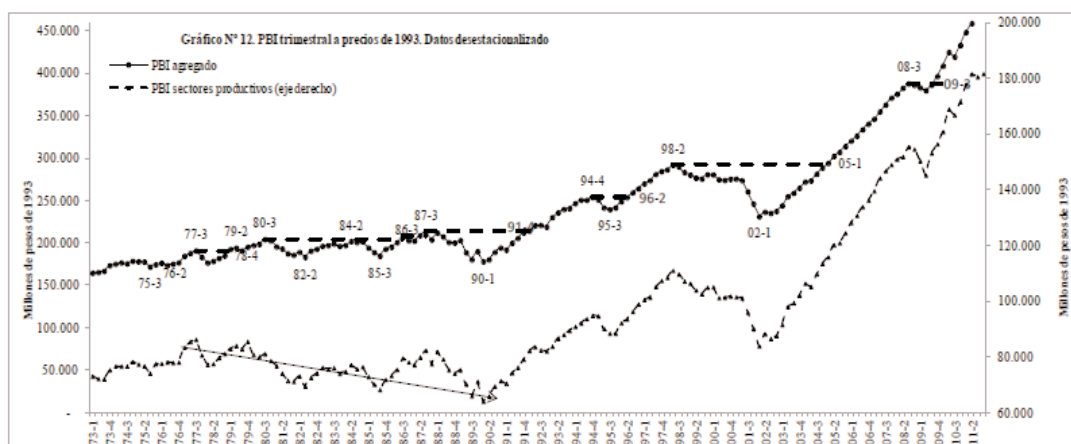
Los cálculos citados más arriba, que no serán presentados aquí, muestran que la salida de capitales está directamente relacionada con el acceso a divisas al exterior con independencia, en buena medida, de la marcha de los negocios a nivel local. Todos los años desde 1970 los capitalistas sacaron divisas del país con el objeto de adquirir divisas y otros activos de refugio. Sólo se registra una desaceleración en el lapso 1984 y 1992, de aguda escasez de divisas. La fuga de capitales que tiene lugar cuando los capitalistas están invirtiendo y aumentando la producción muestra que el atesoramiento no es una

alternativa sino un complemento de la acumulación; las firmas combinan en todo momento, incluso cuando la acumulación avanza, la reinversión con el atesoramiento.

2. Las crisis desde 1975

La primera parte tuvo por objeto la identificación y cuantificación de los que podrían considerarse como principales rasgos distintivos del período abierto a mediados de los años '70. En esta segunda parte se pasa al estudio de las crisis ocurridas desde 1976. El objetivo de este trabajo no consiste en analizar estas crisis en términos económicos o políticos. Pretende mostrar, en cambio, que la frecuencia con que estas crisis se han desatado, su severidad y su duración ponen de manifiesto otro rasgo distintivo y fundamental del período histórico que se abrió en 1976.

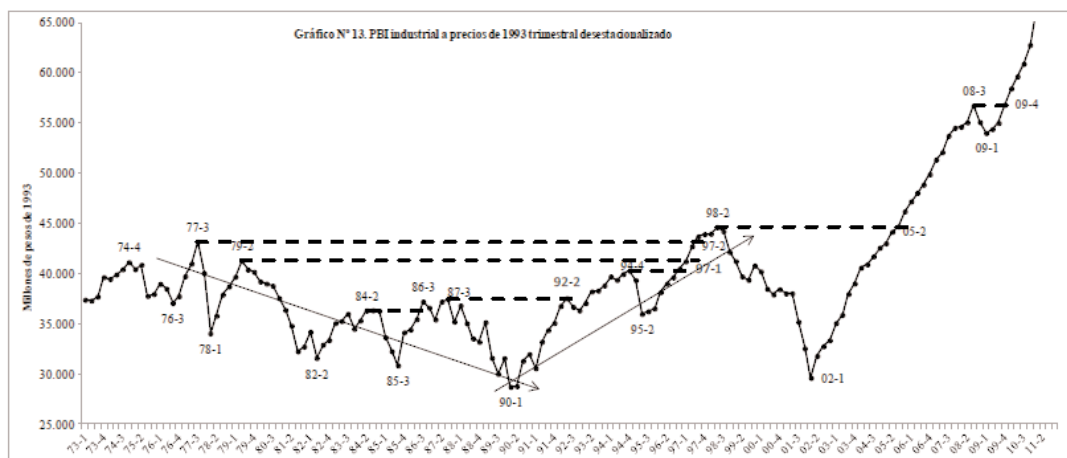
En el gráfico 12 se presenta el PBI con una frecuencia trimestral (desestacionalizado) ¹⁶. Se señalan los trimestres en que se alcanzaron los valores máximos y mínimos. Las áreas delimitadas por las líneas punteadas corresponden a los “períodos de baja actividad”, definidos como aquellos en que la variable considerada se encuentra por debajo del nivel máximo alcanzado antes del estallido de la crisis.



Dejando de lado las contracciones del PBI que duraron un solo trimestre, se pueden observar las siguientes 8 crisis desde 1976:

- Una tuvo lugar antes de alcanzarse el máximo de posguerra, en 1977
- Cuatro entre el estallido de la tablita de Martínez de Hoz y las dos hiperinflaciones, iniciadas a finales de 1980, 1984-3, 1986-4 y 1987-4
- Dos en la década del 90, iniciadas en 1995 y 1998-3 y
- Una desde la devaluación de 2002, iniciada en 2008-4

El gráfico 13, por su parte, muestra las crisis en la industria manufacturera.



Se observan en este caso, las siguientes crisis:

-La crisis iniciada a finales de 1977 y cuya recuperación no se completa hasta 20 años más tarde fue el marco, a su vez, de otras cinco crisis; tres en las que se alcanzaron mínimos cada vez más bajos (flecha descendente), iniciadas en 1979-3, 1984-4, y 1987-4 y dos en las que se alcanzaron mínimos cada vez más altos (flecha ascendente). En otras palabras, la industria experimentó una prolongada contracción consistente en una sucesión de caídas entre 1977 y 1990 y luego una recuperación, igualmente espasmódica y cargada de períodos de crisis, a partir de 1990.

-La crisis de la convertibilidad, iniciada en 1998-3 y

-La crisis iniciada a finales de 2008

Podría afirmarse que el conteo de las crisis industriales resulta menos directo como consecuencia del desarrollo de una crisis de caídas múltiples como la que se inició a finales de 1977. ¿Cuentan las crisis menores o sólo la crisis mayor que las contiene? Sin embargo, a los efectos del análisis que se pretende hacer aquí, la opción correcta consiste en computar cada contracción como una crisis, independientemente de si ésta estalla antes o después de haberse completado la recuperación de la crisis previa. Así debe hacerse si lo que se pretende es registrar la propensión de la producción material a derrumbarse como consecuencia de las condiciones históricas concretas en que se desarrolló el proceso de acumulación. En consecuencia y de acuerdo con este criterio, puede afirmarse que la industria pasó, al igual que el PBI agregado, por 8 crisis.

En lo que sigue se analizarán la frecuencia temporal, la intensidad y la duración de las crisis en el PBI agregado y en el de la industria manufacturera ofreciendo, cuando la disponibilidad de información lo ha permitido, un contraste con crisis producidas en períodos históricos previos.

a. Frecuencia

Crisis más frecuentes equivalen a fases de ascenso más cortas. La frecuencia con que se ve interrumpido el proceso de acumulación denuncia a su turno la recurrencia de fuerzas que reducen o amenazan con reducir la rentabilidad; saturación de los mercados (externos e internos), aceleración de los costos respecto de la productividad, crisis monetarias y cambiarias. Es en respuesta a estas fuerzas que los empresarios reducen la masa del capital adelantado y ponen en movimiento el proceso contractivo. La existencia de sobrecapacidad en amplios sectores, la centralidad de las finanzas en el proceso de valorización (como palanca de la inversión y como refugio de la plusvalía que no encuentra colocación en la actividad productiva), la intensificación de la competencia, por ejemplo, son todos elementos que acentúan en el actual período histórico la sensibilidad del capital respecto a los acontecimientos producidos en las esferas más diversas del sistema económico y político mundial y favorecen, por ello, la volatilidad del proceso de acumulación.

Aunque la ausencia de registros estadísticos confiables para los períodos más antiguos dificulta el análisis histórico comparativo, una revisión de la literatura histórica y económica permite realizar un conteo tentativo de los ciclos y sus fases de crisis. El objetivo de esta tabla es ofrecer alguna idea sobre la frecuencia temporal de las crisis.

Tabla N° 3. Conteo y frecuencia de las crisis económicas en Argentina		
Inicio ciclo	Periodo de crisis	
1867	1873-1880	Periodo economía primaria exportadora 1867-1917 (50 años)
1881	1885	
1886	1890-1895	
1895	1900-1902	
1902	1907-1908	
1908	1913-1914	
1914	1915-1917	
1917	1920-1921	Un periodo atípico. Crisis muy frecuentes en los años '20 y expansiones inusualmente prolongadas en las dos décadas posteriores a la gran depresión
1922	1925-1926	
1926	1929-1932	
1933	1938	
1938	1949-1952	
1953	1956	Periodo industrialización sustitutiva 1953-1975 (22 años)
1957	1959	
1960	1962-1963	
1964	1966-1967	
1968	1971-1972	
1973	1975	
Elaboración propia en base a los siguientes materiales. Hasta 1952; Di Tella y Zymelman (1967). A partir de 1953; fluctuaciones del PBI agregado		

Para determinar los rangos de tiempo relevantes para el cálculo de la frecuencia de las crisis (segunda columna) se ha procurado aunar en cada período una fase de ascenso y la crisis con la que ésta se cerró. Por ejemplo, según Prebisch (1921) el ciclo que desata la crisis de 1873 se inicia en 1867. Se toma este año como inicio de todo el período histórico y la crisis producida en 1915/17 como su culminación. El segundo período se inicia con la recuperación de 1917 y termina con la crisis que pone fin, a su vez, a la larga

expansión impulsada por la Segunda Guerra Mundial. Y el tercero comienza con la recuperación de 1953 y acaba con la crisis de 1975. Este ejercicio da como resultado una frecuencia creciente de las crisis entre el primero y el tercero de estos períodos históricos. El cálculo del promedio carece por completo de sentido en el período intermedio.

Un recorte histórico alternativo consistiría en considerar la crisis del '30 como punto final de la economía primaria exportadora y al año 1933 como punto de inicio de la industrialización sustitutiva de importaciones subdividida, a su vez, en un subperíodo basado en la industria liviana (hasta 1956) y otro basado en la industria pesada (1957-75). Si se realiza el cálculo de este modo, la frecuencia de las crisis sería de una cada 6,5 años en el período de la economía primaria exportadora (1867-1932), una cada 7,7 años en la fase de industrialización liviana (1933-56) y una cada 3,6 años en la fase de la industrialización pesada.

Una síntesis cualitativa de ambas estrategias de periodización sería la siguiente; hasta la primera guerra mundial las crisis tendían a estallar en Argentina con una frecuencia media aproximada de entre 6 y 8 años. A partir de los años '50, en paralelo con la intensificación de la acumulación de capital en la industria, la frecuencia se incrementó a una crisis cada 3,5 a 4,5 años.

Para calcular la frecuencia de las crisis en el período histórico reciente es preciso establecer como punto de partida el año 1976. La frecuencia queda determinada por el cociente entre 35 años (hasta 2011) y las 8 crisis enumeradas más arriba, es decir, una crisis cada 4,4 años. De este modo, la frecuencia de dos crisis por década, que comenzó a registrarse a partir de los años '40 o '50, se ha mantenido en el período histórico iniciado a mediados de los '70.

b. Intensidad y duración de las crisis

El análisis de la intensidad y duración de las crisis ocurridas desde mediados de los '70 debe realizarse también en una perspectiva histórica comparativa. La Tabla 4 contiene información sobre una serie de indicadores. La intensidad se cuantifica aquí mediante la caída porcentual entre el nivel mínimo alcanzado durante la crisis y el último máximo previo a su estallido. Para efectuar la comparación sólo se consideran algunas crisis económicas paradigmáticas para las que se dispone de información estadística comparable.

Tabla N° 4. Indicadores sobre intensidad y duración de las crisis

	Año		Contracción (%)	Período de baja actividad (años)
	Máximo	Mínimo		
PBI	1929	1932	14	5
	1961	1963	4	2
	1998	2002	18	6
PBI industrial	1929	1932	18	4
	1961	1963	9	2
	1998	2002	27	6
Consumo de cemento	1929	1933	33	6
	1962	1963	14	2
	1980	1990	53	24
Salario real	1948	1952	18	9
	1958	1959	23	6
	1974	1977	41	Continua
	1980	1982	24	2
	1984	1989	42	Continua
	1994	1997	12	Continua
	1998	2003	31	Continua

Fuentes en el listado de variables al final del trabajo

PBI. La crisis de la convertibilidad ha implicado tanto una mayor contracción como un período más prolongado de baja actividad que la que tuvo lugar entre 1929 y 1932.

PBI industrial. La contracción de la producción industrial observada en las crisis que tuvieron lugar en el período histórico más reciente supera a aquellas caídas del pasado de las que se cuenta con registros estadísticos. Además, las recuperaciones posteriores han sido más lentas.

Consumo de cemento. La crisis de los '80 ha conducido a una caída del consumo de cemento muy superior a la ocasionada por la crisis de 1929 y ha implicado un período de baja actividad de esta variable de insólita duración. La tenue recuperación de 1986/87 no alteró la tendencia descendente que imperó en esta década. La recuperación del nivel pre-crisis demandó 6 veces más tiempo que en los años '30.

Salario real. La serie disponible de salario real se inicia recién en 1935. La información volcada a la tabla se refiere a los 7 episodios de caída "sustancial" (más del 8%) que han tenido lugar desde entonces, 5 de ellas producidas desde 1975. Resulta notable, en primer lugar, el drástico aumento en la magnitud de las licuaciones salariales desde mediados de los '70; casi todas exceden la experiencia de las grandes crisis del pasado. El segundo fenómeno destacable es la dinámica de la recuperación posterior. Aunque en un marco de grandes convulsiones y crisis políticas, la lucha de clases y el propio incremento de la demanda de trabajo de los capitalistas producían en el pasado, al cabo de un cierto período, una recuperación salarial real completa y una cierta mejora neta posterior (Vitelli, 1990). A partir de la crisis de 1975, sin embargo, tuvo lugar un fenómeno inédito; se han sucedido 4 saltos descendentes del salario real que no han sido luego revertidos y que explican la tendencia declinante del ingreso obrero en este período histórico. Surge aquí un rasgo característico del período histórico más reciente que es preciso destacar.

Aunque las crisis desde mediados de los '70 no son más frecuentes que en la posguerra, sí parecen ser más profundas y su recuperación posterior más lenta. Al menos en lo que atañe a los episodios de crisis y a las variables incluidas en la tabla 4. Conviene notar que se ha excluido deliberadamente de la tabla la crisis de caídas múltiples que afectó al PBI y al PBI industrial en 1980/90 y en 1974/90, respectivamente. Naturalmente, su inclusión no hubiera tenido otro efecto que el de reforzar estas conclusiones y acentuar aún más la tendencia al alargamiento de los períodos de baja actividad en las crisis ocurridas desde mediados de los '70.

La tabla 5 presenta las 8 crisis del período. Se basa en la estimación oficial del PBI con frecuencia trimestral (desestacionalizado) que permite un fechado y cuantificación más precisos que los que pueden hacerse mediante el empleo de datos anuales.

Tabla N° 5. Las crisis económicas desde 1976. Producto Bruto Interno agregado e industrial. Datos desestacionalizados

Producto Bruto Interno	Reforma Financiera	Crisis "tablita"	Crisis Grinspun	Crisis Austral	Crisis Hiper	Tequila	Crisis Convertib	Crisis 2008
Primer trimestre contractivo	77-4	80-4	84-3	86-4	87-4	95-1	98-3	08-4
Ultimo trimestre contractivo	78-1	82-2	85-3	87-1	90-1	95-3	02-1	09-2
Contracción (%)	7	10	9	3	17	6	21	2
Duración contracción (trimestres)	2	7	5	2	10	3	15	3
Período baja actividad (trimestres)	5	23	8	2	17	6	26	4
Producto Bruto Industrial				Crisis Hiper	Crisis 1992			
Primer trimestre contractivo	77-4	79-3	84-4	87-4	92-3	95-1	98-3	08-4
Ultimo trimestre contractivo	78-1	82-2	85-3	90-1	92-4	95-2	02-1	09-1
Contracción (%)	21	23	15	23	3	11	34	5
Duración contracción (trimestres)	2	12	4	10	2	2	15	2
Período baja actividad (trimestres)	79	71	7	18	3	7	28	4

Hay que notar, en primer lugar, que si se circunscribe el análisis a las crisis "finales" de las sucesivas experiencias de gobierno (mejor dicho, a las crisis que han implicado el derrumbe simultáneo de las relaciones económicas y del régimen político), la magnitud de las contracciones del PBI agregado describe una secuencia ascendente; 10% con la caída de la dictadura militar, 17% con la caída del radicalismo y primer año del menemismo y 21% con la caída de De la Rúa. La misma tendencia se presenta en lo atinente a la duración de estas contracciones; 7, 10 y 15 trimestres, respectivamente. En cuanto al tiempo requerido para la recuperación del PBI, se observa que mientras la crisis de 1981/82 demandó 23 trimestres, la de la convertibilidad tardó 26.

La tabla permite poner en evidencia un aspecto central del período histórico iniciado a mediados de los '70; en casi 60% del tiempo el PBI agregado se encontró en un nivel más bajo que el que las fuerzas productivas habían sido capaces de alcanzar en el pasado. La industria estuvo en esta situación nada menos que en el 80% de los trimestres. Más aún, un tercio del tiempo total transcurrido correspondió a trimestres en que la producción material se estaba contrayendo en términos absolutos ¹⁷.

d. Las crisis en la industria manufacturera

Como el sector industrial constituyó el punto neurálgico de la restructuración capitalista, resulta natural que las crisis se hayan expresado allí con mayor severidad que en el promedio de la actividad económica. Los datos volcados en la Tabla 6 permiten realizar esta comparación.

Casi todas las crisis han sido más profundas y duraderas y han provocado períodos de baja actividad de insólita duración. De hecho, la industria manufacturera ingresó en agudas crisis en 1980/82, 1984/85, 1987/89, 1992 y 1995 sin haberse recuperado antes (en términos de la producción material) del colapso iniciado a finales de 1977. Esta recuperación recién tuvo lugar en 1997.

Del gráfico 13 parece surgir una larga crisis industrial en forma de "V" entre 1977 y 1997. La declinación procedió a través de una sucesión de colapsos y alcanzó su punto culminante a principios de 1990, punto de inflexión del largo declive de los '80. Se inició entonces la recuperación de la producción industrial. Pero poco después de que se restableciese el nivel de producción pre-crisis (1977), se produjo el estallido de la crisis

internacional en 1997 con la que se inició una nueva fase declinante de la economía argentina y mundial.

La ocurrencia de una crisis de caídas múltiples debe ser justamente apreciada en su significado económico y social. La sucesión de crisis experimentadas por la industria entre 1977 y 1990 se ha desplegado a lo largo de una tendencia negativa remarcada en el gráfico 13 mediante una flecha descendente. Las contracciones del PBI agregado en ese mismo período, en cambio, han tenido lugar sobre una tendencia estacionaria y por ello presentan la apariencia de fenómenos “independientes”. El gráfico 12 permite apreciar que fue el conjunto de los sectores productivos, y no sólo la industria, la que atravesó una crisis de caídas múltiples entre segunda mitad de los '70 y 1990.

Existe una diferencia esencial entre una crisis desatada tras un período más o menos prolongado de expansión de las empresas y una que se desarrolla en el seno mismo de una fase de pobre expansión o estancamiento, como ocurrió desde finales de los años '70. En otras palabras, el carácter recurrente de la crisis pone de manifiesto, por un lado, el carácter estructural (“no cíclico”) de su origen y, por el otro, potencia sus efectos de destrucción y desvalorización del capital. La economía se encontró entonces con una gran masa de capital excedente cuya paulatina destrucción inhibió durante años la aparición de las fuerzas que propician el reinicio de la acumulación (capacidad ociosa, aumento de la explotación del trabajo). Es por ello que las crisis de este período, en particular las que han conmocionado a los sectores productivos han desatado procesos que exceden largamente la depuración y desvalorización de capitales propia de una “crisis cíclica”.

e. La economía en 2003-2011

Es necesario dedicar una atención especial a la última fase de ascenso capitalista iniciada a mediados de 2002. En primer lugar, porque se trata del período más reciente y por ello resulta de interés constatar si o en qué medida las transformaciones que caracterizan a la etapa histórica iniciada a mediados de los '70 siguen vigentes o, en cambio, muestran signos de reversión. En segundo lugar, porque lo peculiar del régimen político y económico que se montó sobre las ruinas dejadas por la crisis de 1998/2002 es, precisamente, su proclamada intención de producir dicha reversión mediante la reindustrialización, la reconstrucción de la burguesía nacional y la “inclusión social”. Las siguientes conclusiones surgen directamente de los cuadros presentados con anterioridad.

i. No ha habido reversión alguna del proceso de concentración y centralización de capitales. El aumento de la producción automotriz y de la producción exportable ha reposado, igual que en el pasado, en la expansión del gran capital, en particular, de origen extranjero.

ii. Tampoco se ha alterado la participación declinante de la industria y los sectores productivos en el PBI agregado (gráfico 11). Luego del incremento provocado por la devaluación de 2002, dicha participación ha vuelto a disminuir en ambos casos. La propia estructura sectorial de la industria no ha variado con relación a los años de la convertibilidad (Bugna y Porta, 2008) ¹⁸. Por otra parte, si se sustraen las exportaciones del sector automotriz (cuya contrapartida es un volumen aún mayor de importaciones) tam-

co se ha observado incremento alguno de las manufacturas de origen industrial en las ventas al exterior. Más aún, el incremento del crédito al consumo ha impulsado fuertemente la expansión del sector bancario. A finales de 2011 esta actividad, y no la industria, se encontraba a la cabeza del ranking de ganancias por sector entre las empresas que cotizan en bolsa nada menos que con un tercio del total (Iamc, 2012). En el mismo sentido ha evolucionado la estructura sectorial del crédito; la participación de la industria se ha reducido a la mitad al pasar del 20% en 1995/96 al 10% en 2008/09 ¹⁹.

iii. La orientación exportadora de la producción se ha mantenido, no hubo un relanzamiento del mercado interno, el consumo privado ha crecido sistemáticamente a tasas menores que el PBI agregado. Sin embargo, de esto no se deduce que se haya producido una revitalización de la acumulación orientada a abastecer el mercado externo. Solo la mitad del aumento del valor de las exportaciones se explica por el incremento de los volúmenes exportados; la mitad restante refleja el aumento de los precios internacionales. Tampoco se amplió el peso conquistado por la burguesía local en el mercado mundial (gráfico 9) ni recuperaron espacio los capitalistas “nacionales” (Indec, 2010).

iv. No ha existido, como ya se mostró, ninguna sustitución de importaciones (gráfico 10). Lo que ha ocurrido es lo contrario; el crecimiento de las importaciones fue muy superior al del PBI agregado y al del PBI industrial. La dependencia de la producción local respecto de los bienes intermedios importados, un rasgo característico de la industrialización en los países de la periferia, ha seguido aumentando. Más aún, ha sido a partir de 2002/03 cuando dicha dependencia ha alcanzado los máximos históricos, al menos desde 1935. La producción industrial doméstica no vinculada al procesamiento de materias primas naturales se reduce, cada vez más, al ensamble de piezas y partes importadas, al procesamiento de insumos importados y al empleo exclusivo de equipos productivos importados. Un indicador del creciente carácter de armadura de la industria local es la disminución del cociente valor agregado/valor de producción de un promedio de 37% en 1993/2001 a 33% en 2002/09 (Belloni y Wainer, 2012; p 25).

El extraordinario incremento de las exportaciones registrado en los últimos años ha tendido a neutralizar, hasta el momento, este aumento de las necesidades de divisas para el pago de importaciones.

v. Una parte sustancial del dinero generado a través de la explotación de la fuerza de trabajo sigue siendo expulsada del circuito del capital productivo. La fuga de capitales es apenas una de las manifestaciones de este rasgo saliente del capital en el actual período histórico. El que la salida neta se haya mantenido en un nivel elevado en todo el período, incluso en los años de mayor crecimiento de la producción material, pone de manifiesto su carácter estructural. No se trata ya de un fenómeno vinculado con la ocurrencia de crisis coyunturales financieras y cambiarias sino de un rasgo permanente, derivado de la sobreacumulación generalizada de capital. La producción de plusvalía alimenta al mismo tiempo, aunque en proporciones que varían, la acumulación y el atesoramiento.

La salida neta de capitales ha alcanzado picos insólitos en el pasado reciente; u\$s 70.000 millones entre 2008 y 2011; un valor equivalente a las exportaciones de todo un año ²⁰. El giro neto de utilidades al exterior pone de manifiesto el mismo fenómeno de exportación de beneficios. En 2011 se remitieron al exterior utilidades por u\$s 4.400 millones,

un monto similar a las ganancias netas obtenidas por las 91 empresas que cotizan en bolsa en el cuarto trimestre de dicho año (Iamc, 2012).

Este es un hecho de gran trascendencia para el debate de las crisis en Argentina; la holgura, al menos coyuntural, de divisas se transformó rápidamente en un “exceso” respecto de las oportunidades de su aplicación rentable a la acumulación. En lugar de ampliarse el horizonte de la acumulación, se engrosó la fuga de capitales. Durante décadas se admitió, en la literatura económica e histórica convencional, que la escasez de divisas constituía el freno esencial a la acumulación (la llamada “restricción externa”). La experiencia reciente no demuestra que esta restricción haya perdido relevancia pero sugiere que, en las condiciones históricas presentes de sobreproducción generalizada y crisis mundial, su relajamiento puede no traducirse en una revitalización significativa del desarrollo de las fuerzas productivas sino en una mayor esterilización de la riqueza social por parte del capital.

vi. La producción material se recuperó después de la crisis de 1998/2002 y a partir de 2005 comenzó a superarse el nivel máximo alcanzado en los años '90 tanto en la industria como en el PBI agregado. Pero el término “recuperación” resulta aquí engañoso y unilateral. En efecto, el repunte de la producción material no ha ido acompañado de una restauración de las condiciones de explotación de la fuerza de trabajo y de sus condiciones de vida previas a la crisis;

-la recuperación del salario real posterior al mínimo histórico de 2002/03 fue meramente “cíclica” (gráfico 6); pese a las altas tasas de crecimiento de la producción material, la economía demoró seis años en restablecer el nivel salarial (real) de 2001. Pero a partir de 2009 las condiciones de la acumulación dejaron de inducir una mejora del salario real con lo que la tendencia declinante de largo plazo no ha sido revertida. Según datos de 2011-4, 70% de los hogares disponen de ingresos inferiores al valor de la canasta de consumo familiar. Casi 19% de la fuerza de trabajo percibía un salario inferior al mínimo de \$ 2.300 (Lozano y Raffo, 2012, pp 6-7). La porción de plusvalía que se origina en el pago de la fuerza de trabajo por debajo de su valor alcanzó sus niveles máximos a partir de la devaluación de 2002 (Graña y Kennedy, 2008).

-la generalizada precarización e informalidad en el empleo se ha mantenido. Un 35% de la fuerza laboral se encontraba precarizada en 2011-4 (Lozano y Raffo, idem). Con una definición más amplia de informalidad que excede la noción de empleo no registrado, Groisman y otros (2011) estiman en 44% la informalidad en 2010 con relación al total de los ocupados ²¹. Una conclusión interesante de este trabajo es que la informalidad laboral en empresas de más de 5 ocupados casi no ha bajado en términos porcentuales y se ha incrementado levemente en términos absolutos entre 2004 y 2010. De esto se sigue que la precarización se ha consolidado como un rasgo central de las relaciones capitalistas no en las empresas marginales que escapan a la fiscalización del estado sino en aquellas en las que se sitúa el centro de gravedad del proceso de acumulación. Observan, además, que la incidencia de la informalidad total dejó de disminuir casi por completo a partir de 2008.

-las tasas de desempleo y subempleo dejaron de disminuir hacia finales de 2008 (gráfico 5); desde entonces se ha consolidado un sobrante de población obrera que no existía a principios de los años '70,

la participación de la masa salarial en el PBI tuvo una acotada recuperación (cíclica) respecto del mínimo histórico de 2003 pero su nivel actual es similar al de 2001, un año que nadie consideraría “bueno” en términos de la distribución del ingreso

Ninguna manipulación coyuntural de las estadísticas puede disimular estos fenómenos que emergen como rasgos centrales de todo un período histórico.

En suma, todas las tendencias de la restructuración y la declinación del capitalismo en Argentina descriptas en la primera parte están presentes en la fase de ascenso iniciada a mediados de 2002. La polarización social se ha consolidado, el capital se muestra incapaz de absorber a la totalidad de la fuerza de trabajo en el proceso de valorización y las condiciones de explotación y de vida de los trabajadores empleados se estacionan en niveles más bajos que los que regían a principios de los años '90. Más aún, en las actuales condiciones históricas, el capital es también incapaz de asimilar productivamente la plusvalía producida.

3. Conclusiones

En la evolución económica, social y política de Argentina desde mediados de los '70 se ven reflejados los rasgos salientes de un nuevo período histórico del modo de producción capitalista como un todo. Una era marcada por la acumulación de tensiones en el funcionamiento de la economía mundial; una sobreproducción de capital generalizada que se ha convertido en estructural, una ofensiva de la burguesía sobre las condiciones de vida de la clase trabajadora, un salto en la polarización de la riqueza, crisis severas y recurrentes, una agudización de la destrucción medioambiental por el capital, enfrentamientos políticos y militares en torno al control de áreas con valor económico o político estratégico, entre otras.

Por otra parte, no hay que olvidar que el ingreso de la sociedad capitalista a esta nueva era constituye, además, una expresión de la crisis y agotamiento de las condiciones sociales, políticas y económicas previas.

En consecuencia, lo que la información presentada aquí permite retratar es, por un lado, el modo en que la declinación histórica de las relaciones sociales capitalistas se pone de manifiesto en la Argentina y, por el otro, el contenido histórico concreto de la reconversión capitalista desarrollada a partir de la crisis de la economía de posguerra; su orientación, características y resultados. A continuación, un breve sumario de los rasgos salientes de este proceso.

(a) La curva del desarrollo capitalista se ha aplanado y la producción material se ha vuelto más volátil respecto del período histórico cerrado con la crisis de 1975. El avance de la tecnificación y la productividad laboral estuvo interrumpido durante casi una década en los '80. Y su reactivación en el decenio siguiente fue débil, circunscripta a sectores y empresas específicos y fue acompañada de un amplio proceso de destrucción de puestos de trabajo. Estos dos movimientos sucesivos de caída y recuperación de la inversión se vinculan, a su turno, con la evolución de la tasa de ganancia en la industria.

La disminución del costo laboral y el aumento de las ganancias generadas para una inversión dada en salarios jugaron un papel central en la recuperación de la tasa de beneficios en la industria. Como contrapartida, la extensión e intensidad del trabajo, la precariedad de los puestos asalariados y la fuerza de trabajo excedente aumentaron y el salario real ha tendido a disminuir. En estas condiciones ha crecido la polarización social, inherente al capitalismo, pero ahora bajo la forma de una drástica ampliación de la pauperización e indigencia de las masas. El abaratamiento de los elementos materiales consumidos por el capital (insumos, equipos), que contribuyó también a la recuperación de las ganancias, resulta en parte del desarrollo de este mismo proceso de desvalorización de la fuerza de trabajo, aunque en una escala mundial.

En suma, si la crisis de los '80 adquirió un carácter completamente inusual por su extensión temporal, por la magnitud de la destrucción de capital y la contracción de la producción registradas (el proceso inflacionario fue sólo un reflejo de estos fenómenos); la "salida" de esta crisis a partir de 1990 fue igualmente extraordinaria. En lugar de verse propulsada hacia adelante por los servicios producidos por semejante crisis (la supresión de capitales, la desvalorización del capital y la fuerza de trabajo), la acumulación apenas comenzó a reptar tímidamente luego de la segunda hiperinflación (diciembre de 1989 a marzo de 1990). En lugar de ampliar la inversión, la mecanización y la producción para elevar la productividad laboral y con ello ampliar las ganancias respecto de los salarios en un contexto de expansión general, el capital ha procedido en los '90 a una nueva tarea de destrucción masiva, centrada ahora en los puestos de trabajo, con el objeto de aumentar la explotación y reducir el costo laboral en un contexto de avance lento y selectivo de la tecnificación.

(b) El agotamiento económico, social y político de la industrialización de posguerra en Argentina junto con las nuevas condiciones y tendencias de la economía mundial forzaron a la burguesía a un arduo proceso de reconversión de sí misma y del Estado cuyo primer paso fue dado por la dictadura militar de 1976/83. La dinámica de esta reconversión fue, en lo esencial, contractiva; reposó en la aceleración relativa del crecimiento de los sectores con más amplias perspectivas mucho menos que en la contracción absoluta y desaparición de aquellos que resultaron redundantes. Junto con los capitales destruidos, desaparecieron miles de puestos de trabajo y el correspondiente gasto de consumo. Esto último generó, a su turno, una declinación del mercado interno como espacio de realización para las empresas. El capital se concentró en compañías relativamente grandes (aunque diminutas en términos internacionales), se centralizó (vía absorciones), tendió a orientarse a los negocios con salida exportadora y aumentó su propensión a abastecerse de bienes intermedios y finales importados. En paralelo, las denominadas actividades de "servicios" han aumentado su participación en el PBI del 36% en 1976 a 55% en 2011 y las empresas muestran una tendencia sistemática a girar al exterior y/o atesorar una porción de sus ganancias.

En todo este proceso, el capital multinacional ha terminado adquiriendo un predominio abrumador en todas las ramas dando lugar a la virtual extinción de las grandes empresas de capital nacional, un fenómeno prefigurado por Peralta Ramos (1972) hace 40 años.

(c) A la luz de lo que se acaba de afirmar, resulta evidente que las crisis de este período no pueden ser caracterizadas como meras interrupciones temporales o cíclicas del pro-

ceso de valorización del capital. La amplitud que han adquirido la destrucción de capital y la contracción de la producción en estas crisis impide vincularlas con episodios de sobreproducción gestados en las respectivas fases cíclicas de expansión. Funcionaron, en cambio, como momentos de aceleración de las grandes transformaciones producidas en el período y fueron asimismo escenario de profundas conmociones de las relaciones sociales y del régimen político.

(d) Pueden plantearse, por último, tres aspectos adicionales de interés para el debate. En primer lugar, que el incremento de la tasa de explotación que caracteriza a este período, no puede favorecer la tasa de ganancia sin al mismo tiempo agudizar la lucha de clases y acentuar la tensión del régimen de dominación, en especial en los períodos de crisis económica. De hecho, la inestabilidad del régimen político ha aumentado en paralelo con la de naturaleza económica; ninguna de las grandes crisis económicas producidas desde 1982 pudo ser asimilada indoloramente por la estructura política y gubernamental existente; en cada caso sucumbió el andamiaje político de la dominación burguesa, que debió ser reemplazado de urgencia. Este hecho señala, de paso, el fracaso de la burguesía en su propósito de poner en pie un régimen político “estable” como marco para su dominación social, uno de los objetivos declarados del golpe militar de Marzo de 1976.

En segundo lugar, hay que destacar el carácter internacional de las crisis y, más en general, de la restructuración del capital en Argentina en este período. No se trata sólo de que cada una de estas crisis ha estado vinculada con manifestaciones contemporáneas de crisis mundial. Las tendencias mundiales del capital (la sobreproducción, la agudización de la competencia por los mercados, la creciente financierización de la plusvalía, etc.) imponen en todas partes una permanente restructuración (presionan sobre la tasa de explotación, aceleran la centralización, etc.) sin que con ello resulte restablecida la vitalidad del desarrollo capitalista.

En tercer lugar, gran parte de las transformaciones y tendencias económicas y sociales que han sido señaladas aquí como indicaciones de un proceso de regresión histórica (la polarización social con aumento absoluto de la pauperización, la consolidación de una población obrera sobrante, la precarización, la declinación salarial, la ausencia de horizontes para la producción material en condiciones capitalistas, la esterilización financiera de las ganancias, etc.) han avanzado en las fases de crisis y han avanzado o se han reproducido en las de crecimiento del PBI (como la iniciada en 2002). En este sentido, es tan cierta la afirmación de que el capitalismo en Argentina se ha vuelto más propenso a las crisis graves desde mediados de los '70 como la que sostiene que las cuatro décadas transcurridas desde entonces constituyen, como un todo, un único y extenso período de crisis.

Gráfico	Variables	Fuentes
1	Producto bruto interno agregado	Cuentas Nacionales recopil Ferreres (2010)
	Producto bruto interno sectores productivos	"
	PBI per cápita agregado	"
	PBI per cápita sectores productivos	"
2	Producto bruto industrial	"
	Inversión en equipos durables de producción	"
3	Consumo de cemento	Ferreres (2010, cuadro 5.4.15)
	Productividad laboral en la industria	Cuentas Nacionales recopil Ferreres (2010) y Kennedy (2012)
4	Relación capital/trabajo en la industria	Coremberg y Otros (2007) y Kennedy (2012)
	Asalariados en la industria	Kennedy (2012)
5	Participación empleo industrial en empleo asalariado total	Kennedy (2012)
	Tasas de desempleo y subempleo	Indec
6	Participación de la masa salarial en el PBI a precios corrientes	Kennedy (2012)
	Salario real	Kennedy (2012)
7	Tasa de ganancia en la industria manufacturera	Iñigo Carrera (2007, 2008)
	Precios mercancías industriales sobre precios de los equipos	Coremberg y Otros (2007) y Cuentas Nacionales recopil Ferreres (2010)
8	Stock de equipos durables de producción	Coremberg y Otros (2007)
	Exportaciones sobre Producto Bruto sector transable	Cuentas Nacionales recopil Ferreres (2010)
9	Participación exportaciones argentinas en exportaciones mundiales	"
	Coefficiente de importaciones	"
10	Participación de la industria y los sectores productivos en el PBI	"
	PBI agregado trimestral desestacionalizado	Dirección Nacional de Cuentas Nacionales
11	PBI sectores productivos trimestral	Dirección Nacional de Cuentas Nacionales (1)
	PBI industrial trimestral	Dirección Nacional de Cuentas Nacionales (1)

(1) Desestacionalizado por el autor en base al método Census X12 multiplicativo con filtro de tendencia de Henderson

Notas

1 El autor agradece las sugerencias y comentarios realizados por Francisco Cantamutto, Mariana Fernández, Rodrigo Pérez Artica y Guillermo Vitelli.

2 PBI a precios constantes de (*) Agricultura, ganadería, caza y silvicultura, (*) Pesca, (*) Explotación de minas y canteras, (*) Industrias manufactureras, (*) Electricidad, gas y agua, (*) Construcción y (*) Transporte, almacenamiento y comunicaciones.

3 La tasa de crecimiento anual entre los dos últimos censos (2001/2010) fue de 1,15% mientras que en 1960/70 fue de 1,54% y en 1947/60 había sido de 1,83%.

4 Para apreciar la trayectoria de esta variable conviene ignorar el improbable registro del año 1990. Los datos reflejan la suma de los asalariados registrados y no registrados. Por esta razón, superan los respectivos niveles censales.

5 La caída efectiva del empleo industrial en la década del '90 debe haber sido menor que la que registran los datos como consecuencia de la generalización de la tercerización de tareas auxiliares en la industria. Los asalariados afectados por este proceso mantuvieron sus puestos y tareas pero dejaron de depender de empleadores considerados "industriales".

6 Sólo merecen tenerse en cuenta, y con reservas, la forma de su evolución y su tendencia general. Puede considerarse como un indicador aproximado del límite superior del acervo de maquinarias por trabajador en la industria.

7 Datos disponibles en el sitio del Indec, Cuentas Nacionales, Stock de Capital.

8 Entre ambos períodos (1954/75 y 1976/2009) la media se redujo, en números redondos, de 43% a 37%.

9 La declinación de la rentabilidad en esos años se ve también reflejada en el gráfico 6. Véase asimismo Altimir (1973).

10 Michelena (2009) ha realizado una estimación de la tasa de ganancia media para el conjunto de los sectores productivos, basada en un método alternativo al empleado por Iñigo Carrera. Sus resultados son, a grandes rasgos, coincidentes con los presentados aquí.

11 Los cálculos que se presentan en esta tabla no son compatibles con las estadísticas oficiales de las cuentas nacionales. Las series a precios corrientes son corregidas con el criterio de mantener constante la capacidad unitaria de la moneda para representar valor. Ver metodología en Iñigo Carrera (2007, pp 45-46).

12 Dicha recomposición implica, inevitablemente, un aumento del volumen de materias primas y demás elementos materiales del capital circulante procesados.

13 La producción física de mercancías industriales (valores de uso) se ha incrementado (PBI industrial a precios constantes) pero su producto de valor (PBI industrial a precios corrientes calculado con una moneda con capacidad de mantener valor constante) ha disminuido desde mediados de los '70 como resultado de la reducción del valor unitario de dichas mercancías (Iñigo Carrera, op cit).

14 Ver Azpiazu y Basualdo (1990).

15 Centro de Estudios para la Producción (Ministerio de Industria), Fichas Sectoriales en <http://www.cep.gov.ar/web/index.php?pag=68>.

16 Tanto en el texto como en los gráficos 12 y 13 se alude a los períodos indicando en primer lugar el año y, separado por un guión, el trimestre.

17 Los trimestres de contracción están incluidos en los de baja actividad. Los períodos de expansión neta surgen como diferencia entre el número total de trimestres y el período de baja actividad. Para realizar este cálculo, en las crisis múltiples, sólo se consideró el período de baja actividad referido a la primera contracción, que contiene a las contracciones subsiguientes. El número total de trimestres del PBI agregado se cuenta a partir de 1975-4 y el de la industria a partir de 1976-4 que corresponden al inicio de la recuperación de la crisis de 1975. En ambos casos se considera el lapso transcurrido hasta 2011-4.

18 En un artículo de 2011 el actual funcionario del Ministerio de Economía de la Nación, Nicolás Arceo reconoce que "no ha existido un cambio estructural a nivel sectorial en la industria argentina" (2011, p 21).

19 Misma fuente que nota 15.

20 Estos datos surgen del saldo del ítem "Formación de activos externos del sector privado no financiero" regis-

trado en el balance cambiario del BCRA.

21 Estos autores incluyen en el empleo informal las siguientes categorías ocupacionales: trabajadores por cuenta propia no profesionales, asalariados no registrados (distinguiendo si se desempeñan en establecimientos de hasta 5 ocupados o más), trabajadores del servicio doméstico, beneficiarios de planes de empleo y trabajadores familiares.

Referencias

- Altimir Oscar (1973); "La distribución del ingreso y el empleo en el sector manufacturero argentino". *Desarrollo Económico*, pp 583-589, Instituto de Desarrollo Económico y Social, Buenos Aires
- Arceo N. (2011); "La expansión de la producción industrial en la posconvertibilidad (2002-2010)". *Industrializar Argentina* N° 15
- Azpiaz D., Basualdo E. y Khavisse M. (1986); *El Nuevo Poder Económico en la Argentina de los Años '80*. Siglo XXI, edición del 2004, Buenos Aires
- Azpiaz D. y Basualdo E. (1990); *Cara y Contracara de los Grupos Económicos. Estado y Promoción Industrial en la Argentina*. Cántaro Editores, Buenos Aires
- Basualdo E. y Kulfas M. (2000); "Fuga de capitales y endeudamiento externo en la Argentina". *Realidad Económica* N° 173, Buenos Aires
- Belloni P. y Wainer A. (2012); "La Argentina en la posconvertibilidad: ¿un nuevo modelo de desarrollo? Un análisis de los cambios y las continuidades en el intercambio comercial. Flacso, Area de Economía y Tecnología, Documento de Trabajo N° 23
- Bonvecchi C. y Porta F. (2003); *Las condiciones de consistencia Micro/Macroeconómica*. Estudio 1.EG.33.2, Estudios macroeconómicos a solicitud de la Secretaría de Política Económica, Ministerio de Economía de la Nación
- Bugna C. y Porta F. (2008); "El crecimiento reciente de la industria argentina. Nuevo régimen sin cambio estructural". *Realidad Económica* N° 233
- Pérez Caldentey E. y Vernengo M. (2012); "Retrato de un joven economista: La evolución de las opiniones de Raúl Prebisch sobre el ciclo económico y el dinero, 1919-1949". *Revista de la Cepal* N° 106, Santiago
- Coremberg A., Goldszier P. Heymann D. y Ramos A. (2007); "Patrones de la inversión y el ahorro en la Argentina". Serie Macroeconomía del Desarrollo N° 63, Cepal, Santiago de Chile
- Di Tella G. y Zymelman M. (1967); *Las Etapas del Desarrollo Económico Argentino*. Eudeba, Buenos Aires
- Ferreres O. (2010); *Dos Siglos de Economía Argentina*. Fundación Norte y Sur, Buenos Aires
- Gaggero J. Casparrino C. y Libman E. (2007); "La fuga de capitales. Historia, presente y perspectivas". Cefidar Documento de Trabajo N° 14, Buenos Aires
- Graña J. y Kennedy D. (2008), "El deterioro del salario real como fuente de plusvalía extraordinaria. Argentina en los últimos treinta años". Presentado en el IV Coloquio Internacional "América Latina: escenarios del nuevo siglo. Nuevos desafíos y horizontes de transformación" Sociedad de Economía Política y Pensamiento Crítico Latinoamericano, Buenos Aires, 22, 23 y 24 de octubre. (ISBN: 978-987-1497-13-3).
- Groisman F., Vergara A. y Calero A. (2011); "Changes in the informal labor market in Argentina, 2004 - 2010". Presentado en el III Congreso Annual de Aeda, Buenos Aires. http://mpira.ub.unimuenchen.de/38282/1/MPRA_paper_38282.pdf
- Indec (2007); *Grandes Empresas en la Argentina 1993-2004*.
- Indec (2010); *Grandes Empresas en Argentina*. Informe de Prensa 4/6/2010
- Instituto Argentino del Mercado de Capitales (2012); Resultados de Empresas Cotizantes Domésticas al 4° Trimestre de 2011
- Iñigo Carrera J. (2007); *La Formación Económica de la Sociedad Argentina. Volumen I. Renta Agraria, Ganancia Industrial y Deuda Externa. 1882-2004*. Imago Mundi, Buenos Aires
- Iñigo Carrera J. (2008); "Terratenientes, retenciones, tipo de cambio, regulaciones específicas: Los cursos de apropiación de la renta de la tierra agraria 1882-2007". Centro para la Investigación como Crítica Práctica, Buenos Aires

Kennedy D. (2012); *Economía Política de la Contabilidad Social. Vínculos entre la Teoría de la Riqueza Social y sus Formas de Cuantificación*. Tesis doctoral, Universidad de Buenos Aires

Lozano C. y Raffo T. (2012); "El empleo en el período 2003-2011. Un recorrido por la post-Convertibilidad". Instituto Pensamiento y Políticas Públicas, Buenos Aires

Michelena G. (2009); "Rentabilidad del capital en Argentina (1960-2007)". Trabajo presentado en las Jornadas de Economía Crítica, Bahía Blanca

Ortiz R. y Schorr M. (2006); "La economía política del gobierno de Alfonsín: creciente subordinación al poder económico durante la 'década perdida'". En Pucciarelli A. (coordinador); *Los Años de Alfonsín. ¿El Poder de la Democracia o la Democracia del Poder?* Siglo Veintiuno Editores, Buenos Aires, México DF, Madrid

Peralta Ramos M. (1972); *Etapas de Acumulación y Alianza de Clases en la Argentina (1930-1970)*. Siglo XXI editores, México, España y Argentina. Segunda edición de 1973

Prebisch (1921). *Obras*, capítulo 23. Anotaciones sobre nuestro medio circulante. A propósito del último libro del Doctor Norberto Piñero

Vitelli G. (1990); *Las Lógicas de la Economía Argentina. Inflación y Crecimiento*. Pendergast Editores, Buenos Aires.

Huelgas, sindicatos y lucha salarial en los textos de Marx y Engels. Algunos apuntes y consideraciones teóricas.

Lucas Poy
HGG – UBA – CONICET
lucaspoy@gmail.com

Resumen

Si bien no dedicaron un trabajo particular al problema, tanto Karl Marx como Friedrich Engels desarrollaron a lo largo de toda su obra una sistemática reflexión teórica y política sobre el lugar histórico de las luchas “económicas” y las asociaciones sindicales creadas por los trabajadores en su enfrentamiento con la clase capitalista. Desde los primeros escritos de ambos en la década de 1840 hasta las últimas intervenciones de Engels a fines del siglo XIX, pasando por las principales conceptualizaciones de crítica de la economía política de la década de 1860 y las intervenciones políticas en la Internacional, encontramos en la obra de Marx y Engels un conjunto de reflexiones sobre la cuestión de los sindicatos, cuyo análisis resulta importante para elaborar un cuadro de conjunto sobre los principales elementos que marcaron sus teorizaciones al respecto. A pesar de su importancia, se trata de un tema que ha concitado una atención relativamente menor en la historiografía. A partir de un análisis de diferentes materiales de estos autores, basado en el notable trabajo de recopilación realizado hace ya veinticinco años por Kenneth Lapides (1987), aun inédito en español, en este artículo presentamos una serie de consideraciones y apuntes que tienen el objetivo de aportar a una sistematización del análisis sobre el pensamiento marxista respecto a esta cuestión.

1. Los escritos tempranos: la lucha reivindicativa como expresión del proceso de formación de la conciencia de clase

En los primeros escritos de Marx y Engels, en la década de 1840, encontramos un análisis de la cuestión de las huelgas y sociedades obreras que se desarrolló sobre la base de dos ejes fundamentales. Por un lado se analizaba el proceso de formación y estructuración del movimiento obrero en una perspectiva histórica: las transformaciones ocurridas como resultado del desenvolvimiento del capitalismo eran en este sentido el punto de partida a partir del cual se desarrollaba el proceso de luchas y organización de la clase obrera, que debía ser rastreado en términos de un análisis concreto de la experiencia histórica. Por el otro, en los escritos de esta época estos desarrollos en la organización sindical y en las luchas reivindicativas de los trabajadores —y en particular el cartismo inglés— eran valorados en forma positiva en tanto expresión de una progresiva toma de conciencia del proletariado que preparaba las condiciones para su emancipación, pero se consideraba que sus consecuencias en el plano económico inmediato eran limitadas. En efecto, en este período los textos marxistas aun mostraban puntos de acuerdo con la interpretación desarrollada por los economistas clásicos sobre la incapacidad de la lucha económica de los obreros para modificar las “leyes económicas” que, en última instancia, tendían a mantener los salarios en un nivel mínimo.¹

Un ejemplo de este primer abordaje puede encontrarse en *La situación de la clase obrera en Inglaterra*, publicado en 1845, donde Engels rastreaba los diferentes pasos y etapas que había seguido el proceso de “rebelión de los obreros contra la burguesía”, iniciado al mismo tiempo que comenzaba a desarrollarse la industria capitalista.² La primera forma de resistencia, “la más brutal y estéril”, había sido el crimen: la necesidad y la impotencia ante una desigualdad social que no llegaban a comprender y consideraban injusta habían llevado a los trabajadores a perder el respeto por la propiedad. Esa forma primitiva de rebelión, no obstante, puso de manifiesto muy pronto sus límites: una etapa más avanzada había sido, para Engels, aquella en la cual la clase obrera “resistió violentamente la introducción de las máquinas”. Se trataba, de todos modos, de una forma de oposición primitiva y que no dejaba de ser aislada: según Engels, el auténtico salto se había producido cuando en 1824 los obreros obtuvieron del Parlamento el derecho de libre asociación, lo que dio lugar a la rápida extensión por todo el país de los sindicatos y uniones obreras. Los fines de las *trade-unions*, que se formaron en todas las ramas industriales, eran “proteger al obrero aislado contra la tiranía y la incuria de la burguesía (...) fijar el salario, y negociar *en masse*, como fuerza, con los patronos” (Engels, 1845).

En su trabajo de 1845, Engels planteaba que todos estos esfuerzos de los trabajadores no podían modificar “las leyes de la economía” ni impedir que el salario “se rija por la relación entre la oferta y la demanda en el mercado del trabajo”: su historia era la de una “larga serie de derrotas obreras, interrumpida por algunas raras victorias”. Las asociaciones obreras eran impotentes “contra las grandes causas que obran” sobre las relaciones de oferta y demanda: “en caso de crisis económica, la asociación se ve obligada a reducir ella misma el salario, o disolverse completamente; y en el caso de un alza importante de la demanda de fuerza de trabajo, no puede fijar el salario a un nivel más elevado que el que determinaría por sí misma la competencia entre capitalistas”. “La clase poseedora, y especialmente el sector industrial de esa clase en contacto directo con los obreros, lucha con extrema violencia contra las asociaciones y trata constantemente de

demostrar a los obreros su inutilidad con la ayuda de argumentos que, desde el punto de vista económico son enteramente correctos, pero por eso mismo son en parte falsos, y no tienen absolutamente ningún efecto sobre una mentalidad obrera". Engels creía, en cambio, que las *trade-unions* sí podían operar en torno a las causas "de menor importancia, y cuyo efecto no es generalizado":

... si el industrial no se enfrentara a una oposición concentrada, masiva, de parte de sus obreros, poco a poco disminuiría cada vez más los salarios para acrecentar su ganancia; la lucha que él tiene que sostener con sus competidores, los demás industriales, lo obligaría a ello y el salario caería pronto a su nivel mínimo. Pero la competencia de los industriales entre sí es, en las condiciones normales medias, frenada por la oposición de los obreros (Engels, 1845).

Para Engels, la importancia histórica de las huelgas y los sindicatos no estaba dada, de todas formas, por su limitada capacidad de enfrentarse a las leyes económicas, sino por el hecho de que representaban "el primer intento de los obreros para abolir la competencia". La organización de los trabajadores, aun en el nivel más elemental de defensa de sus reivindicaciones económicas e incluso cuando no fuera capaz de doblegar las "leyes económicas", ponía de manifiesto que "la dominación de la burguesía no está fundada sino sobre la competencia de los obreros entre sí" y al enfrentar esta división éstos ponían en cuestión el "nervio vital del orden social actual". Las asociaciones contribuían, además, "a cebar el odio y la exasperación de los obreros contra la clase poseedora". La frecuencia y extensión de las huelgas eran, para Engels, "la mejor prueba de la extensión alcanzada por la guerra social en Inglaterra". Las huelgas no lograrían "arreglar nada definitivamente", pero eran la prueba más segura de la proximidad "de la batalla decisiva entre proletariado y burguesía". Eran "la escuela de guerra de los obreros, donde se preparan para el gran combate en lo sucesivo ineluctable". Un extenso tramo del libro estaba dedicado a analizar el desenvolvimiento del cartismo inglés (Engels, 1845).

Por esos años también el propio Marx desarrollaba argumentos similares. En uno de los tramos más clásicos de *Miseria de la Filosofía*, escrito en 1846-1847, se planteaba una reflexión sobre las distintas fases que atravesaba el proceso de estructuración de los trabajadores como clase: si el desarrollo de la industria jugaba un papel determinante, también debía tenerse en cuenta el proceso de luchas y enfrentamientos a través de los cuales los obreros desenvolvían sus organizaciones y se enfrentaban a los capitalistas en su conjunto. En un pasaje muy citado, Marx apuntaba que

... las condiciones económicas transformaron primero a la masa de la población del país en trabajadores. La dominación del capital ha creado a esta masa una situación común, intereses comunes. Así, pues, esta masa es ya una clase con respecto al capital, pero aún no es una clase para sí. En la lucha, de la que no hemos señalado más que algunas fases, esta masa se une, se constituye como clase para sí. Los intereses que defiende se convierten en intereses de clase. Pero la lucha de clase contra clase es una lucha política (Marx, 1847a).³

También en el *Manifiesto del Partido Comunista*, publicado por Marx y Engels en 1848, encontramos un señalamiento respecto a las diferentes fases y etapas recorridas por el proletariado en su proceso de desarrollo y estructuración histórica. Su lucha contra la burguesía, según el *Manifiesto*, databa "del instante mismo de su existencia": si en un primer momento la resistencia era protagonizada por "obreros aislados", más adelante

se extendía a los de una fábrica, a los de toda una rama, o a los del conjunto de una localidad. En una primera etapa, cuando los obreros “forman una masa diseminada por todo el país y desunida por la concurrencia, las concentraciones de masas de obreros no son todavía fruto de su propia unión, sino fruto de la unión de la burguesía, que para alcanzar sus fines políticos propios tiene que poner en movimiento —cosa que todavía logra— a todo el proletariado”. Con el progresivo desarrollo de la industria, sin embargo, la unidad en las filas obreras se iba estrechando: el avance tecnológico tendía a “borrar las diferencias y categorías” que dividían a los trabajadores, al tiempo que reducía los salarios “a un nivel bajísimo y uniforme”, como resultado de lo cual tendían a uniformarse “los intereses y las condiciones de vida dentro del proletariado”. Pero no se trata solamente de los avances provocados por el propio desarrollo del capitalismo sino de rastrear históricamente la acción colectiva de los trabajadores para enfrentar a sus adversarios de clase: pronto “los obreros empiezan a coaligarse contra los burgueses, se asocian y unen para la defensa de sus salarios”. Una vez más encontramos aquí la idea de que el objetivo de las sociedades y organizaciones permanentes creadas por los obreros no es tanto obtener un triunfo —que será “transitorio siempre” — sino fundamentalmente “ir extendiendo y consolidando la unión obrera”. De esta forma

... las múltiples acciones locales, que en todas partes presentan idéntico carácter, se convierten en un movimiento nacional, en una lucha de clases. Y toda lucha de clases es una acción política. Las ciudades de la Edad Media, con sus caminos vecinales, necesitaron siglos enteros para unirse con las demás; el proletariado moderno, gracias a los ferrocarriles, ha creado su unión en unos cuantos años (Marx y Engels, 1848).

2. Cambios y continuidades en las décadas de 1850 y 1860: El lugar de los sindicatos y la lucha salarial en la crítica de la economía política

El propio Engels señalaría tiempo después que en estos años tanto él como Marx tenían una interpretación aun “unilateral” del sindicalismo, en tanto se planteaba una lectura que reivindicaba el desarrollo de las huelgas y asociaciones obreras como un factor que era progresivo en la medida en que fomentaba la unidad y la conciencia del proletariado pero que resultaba incapaz de modificar las “leyes económicas” impuestas por el capital (Lapides, 1987: 181). Uno de los ejemplos más claros es una serie de conferencias dictadas por Marx en Alemania durante 1847, algunas de las cuales fueron editadas más tarde bajo el título de *Trabajo asalariado y capital*.⁴ Engels dijo sobre estos discursos que “en los cuarenta Marx no había completado aún su crítica de la economía política, lo cual ocurriría recién en los cincuenta” (Lapides, 1987). En uno de sus discursos, que permaneció inédito y fue publicado recién en la década de 1920 en ruso y en inglés en la de 1970, Marx señalaba explícitamente que

Los economistas tienen razón cuando señalan en contra de las asociaciones: 1. Que los costos que traen a los trabajadores son por lo general mayores que el aumento en los beneficios que quieren obtener. En el largo plazo no pueden oponerse a las leyes de la competencia (...) 2. Que si las asociaciones tuvieran éxito en mantener los salarios tan elevados en un país que las ganancias cayeran significativamente en relación con la ganancia promedio en otros países, o que el capital viera bloqueado su desarrollo, la consecuencia sería el estancamiento y la recesión industrial, y los trabajadores se arruinarían junto a sus patrones (Marx, 1847b).

Marx reconocía que “todas estas objeciones de los economistas burgueses son, como dijimos, correctas”, pero agregaba que solo lo eran si se compartía el punto de vista de la burguesía como clase. En efecto, Marx admitía en 1847 que “si respecto a las asociaciones solo se tratara de lo que aparentan, es decir del reclamo por salarios, si las relaciones entre capital y trabajo fueran eternas, estas asociaciones serían aplastadas por la necesidad histórica”, pero agregaba que su importancia residía en el hecho de que constituían “un medio para unir a la clase obrera, prepararla para derrocar al conjunto de la vieja sociedad con sus contradicciones de clase”. Desde ese punto de vista, concluía, “los trabajadores están en lo correcto al reírse de los sagaces maestros de escuela burgueses que les hacen notar que esta guerra civil les está provocando bajas, heridos y sacrificios financieros”, en tanto “el que quiere derrotar a su adversario no discutirá con él los costos de la guerra” (Marx, 1847b).

Todavía en 1853 podemos encontrar un razonamiento de estas características: en un artículo publicado en *New York Daily Tribune* Marx cuestionaba a “una clase de filántropos, e incluso de socialistas, que consideran que las huelgas son perjudiciales a los intereses del “trabajador mismo”, y cuyo gran objetivo consiste en descubrir un método para asegurar salarios promedios permanentes”. Su posición, en cambio, era que

... las alzas y bajas de salarios, y los conflictos continuos entre patrones y obreros que resultan de ellas, son, en la presente organización de la industria, el medio indispensable de mantener alto el espíritu de las clases laboriosas, de combinarlas en una gran asociación contra la opresión de la clase dominante, y de evitar que se conviertan en apáticos e inconscientes instrumentos de producción, mejor o peor alimentados. En una sociedad fundada en el antagonismo de clases, si queremos evitar la esclavitud tanto de palabra como en los hechos, tenemos que aceptar la guerra. Para apreciar correctamente el valor de las huelgas y las asociaciones, no debemos dejar que nos ciegue la aparente insignificancia de sus resultados económicos sino tener en cuenta, por sobre todas las cosas, sus consecuencias morales y políticas. Sin las grandes fases alternativas de quietismo, prosperidad, sobre excitación, crisis y angustia, que la industria moderna atraviesa periódicamente en ciclos periódicos recurrentes, con las alzas y bajas de salario que resultan de ellas, así como de la constante guerra entre patrones y obreros que se corresponde estrechamente con esas variaciones en salarios y ganancias, las clases obreras de Gran Bretaña y de toda Europa serían una masa débil, vencida y sin capacidad de resistencia, cuya emancipación se mostraría tan imposible como la de los esclavos de las antiguas Grecia y Roma (Marx, 1853)⁵

Algunos años más tarde, cuando Marx desarrolló acabadamente su teoría del plusvalor y profundizó en el estudio de la naturaleza de los salarios y las leyes que determinan su nivel, llegaría a la conclusión de que la lucha de los sindicatos por mayores salarios y reducción de la jornada laboral era de gran importancia económica y podía poner a los trabajadores en condiciones más favorables para la venta de su fuerza de trabajo a los capitalistas. Según Kenneth Lapidés, algunos primeros rastros de esta caracterización más “madura” pueden encontrarse en algunos escritos de la década de 1850,⁶ aunque en cualquier caso se desarrolla plenamente en trabajos de la década de 1860, como *Salario, precio y ganancia* (1865) o el propio volumen I de *El Capital* (1867). En su trabajo de 1865 Marx señalaba, en efecto, que la jornada de trabajo no tenía “límites constantes”: su extensión era, en realidad, el resultado de una lucha entre el intento del capital de “dilatlarla hasta el máximo de su duración físicamente posible” y la resistencia de los trabajadores por “poner límites a las usurpaciones tiránicas del capital”, y proteger de ese modo su propia reproducción como seres humanos. Según Marx, al vender su fuerza de

trabajo al capitalista el obrero cedía el derecho a usarla, “pero no a destruirla”: en tanto el objetivo del capitalista será siempre extender el uso de esa fuerza para obtener una mayor plusvalía, queda en manos de los propios trabajadores establecer “dentro de ciertos límites razonables” el desgaste de esa fuerza, evitando así que la clase obrera se vea sometida “al nivel de la más baja degradación”. Para tener posibilidades de éxito, ese proceso de resistencia y negociación con los patrones solo podía ser desenvuelto por los trabajadores de manera colectiva, nunca individual. Lo mismo valía, desde la perspectiva de Marx, para la lucha por el aumento salarial, en tanto “aun dentro de una jornada de trabajo con límites fijos, como hoy rige en todas las industrias sujetas a la legislación fabril, puede ser necesaria una subida de salarios, aunque sólo sea para mantenerse el antiguo nivel del valor del trabajo” y evitar, nuevamente, un empeoramiento en las condiciones de vida del proletariado (Marx, 1865).

Marx integraba la lucha reivindicativa incluso dentro del cuadro general de los ciclos de la economía capitalista, que

... se mueve a través de determinados ciclos periódicos. Pasa por fases de calma, de animación creciente, de prosperidad, de superproducción, de crisis y de estancamiento. Los precios de las mercancías en el mercado y la cuota de ganancia en éste siguen a estas fases, y unas veces descienden por debajo de su nivel medio y otras veces lo rebasan. Si os fijáis en todo el ciclo, veréis que unas desviaciones de los precios del mercado son compensadas por otras y que, sacando la media del ciclo, los precios de las mercancías en el mercado se regulan por sus valores. Pues bien; durante las fases de baja de los precios en el mercado y durante las fases de crisis y estancamiento, el obrero, si es que no se ve arrojado a la calle, puede estar seguro de ver rebajado su salario. Para que no le defrauden, el obrero debe forcejear con el capitalista, incluso en las fases de baja de los precios en el mercado, para establecer en qué medida se hace necesario rebajar los jornales. Y si, durante la fase de prosperidad, en que el capitalista obtiene ganancias extraordinarias, el obrero no batallase por conseguir que se le suba el salario, no percibiría siquiera, sacando la media de todo el ciclo industrial, su salario medio, o sea el valor de su trabajo. Sería el colmo de la locura exigir que el obrero, cuyo salario se ve forzosamente afectado por las fases adversas del ciclo, renunciase a verse compensado durante las fases prósperas. Generalmente, los valores de todas las mercancías se realizan exclusivamente por medio de la compensación que se opera entre los precios constantemente variables del mercado, sometidos a las fluctuaciones constantes de la oferta y la demanda. Dentro del sistema actual, el trabajo es solamente una mercancía como otra cualquiera. Tiene, por tanto, que experimentar las mismas fluctuaciones, para obtener el precio medio que corresponde a su valor. Sería un absurdo considerarlo, por una parte, como una mercancía, y querer exceptuarlo, por otra, de las leyes que regulan los precios de las mercancías (Marx, 1865).

Sobre la base de estas consideraciones es que Marx llegaba, a mediados de la década de 1860, a una visión más compleja que la sostenida en el período anterior sobre el lugar de las asociaciones y luchas reivindicativas de los trabajadores en el cuadro de la economía política del régimen capitalista. En efecto, en Salario, precio y ganancia planteaba que a la pregunta respecto a las posibilidades de éxito de las luchas reivindicativas “podría contestarse con una generalización” que estableciera que “el precio del trabajo en el mercado, al igual que el de las demás mercancías, tiene que adaptarse, con el transcurso del tiempo, a su valor” y que, en consecuencia, “pese a todas sus alzas y bajas y a todo lo que el obrero puede hacer, éste acabará obteniendo solamente, por término medio, el valor de su trabajo que se reduce al valor de su fuerza de trabajo; la cual, a su vez, se halla determinada por el valor de los medios de sustento necesarios para su manuten-

ción y reproducción”. La conclusión a la que llegaba Marx en 1865 era, sin embargo, que la respuesta no era tan simple, en tanto la fuerza de trabajo poseía “ciertos rasgos peculiares” que distinguían su valor del de otras mercancías. En efecto, el valor de la fuerza de trabajo estaba formado por dos elementos, “uno de los cuales es puramente físico, mientras que el otro tiene un carácter histórico y social”. Mientras que su nivel mínimo estaba determinado por el “elemento físico”, es decir por lo necesario para asegurar la manutención y reproducción de los trabajadores, en la determinación del valor de la fuerza de trabajo también entraban otros elementos de carácter histórico y social, “que brotan de las condiciones sociales en que viven y se educan los hombres” (Marx, 1865).

De esta manera Marx lograba colocar la lucha salarial de los trabajadores como una parte integrante de la dinámica de reproducción del sistema capitalista, y no solo como un factor que contribuía a fortalecer la conciencia de clase y la unidad del proletariado pero se revelaba incapaz de enfrentar las tendencias de las “leyes económicas”. En una carta a Bebel de 1875, en la cual cuestionaba las concesiones hechas por los marxistas alemanes a los planteamientos lassalleanos sobre la “ley de bronce de los salarios”, Engels señalaba que “Marx ha demostrado minuciosamente, en *El Capital*, que las leyes que regulan el salario son muy complejas, que tan pronto predominan unas como otras, según las circunstancias; que, por tanto, estas leyes no son, en modo alguno, de bronce, sino, por el contrario, muy elásticas, y que el problema no puede resolverse así, en dos palabras, como creía Lassalle”.⁷ En *Salario, precio y ganancia*, en efecto, Marx había establecido que

... el máximo de ganancia se halla limitado por el mínimo físico del salario y por el máximo físico de la jornada de trabajo. Es evidente que, entre los dos límites de esta cuota de ganancia máxima, cabe una escala inmensa de variantes. La determinación de su grado efectivo se dirime exclusivamente por la lucha incesante entre el capital y el trabajo; el capitalista pugna constantemente por reducir los salarios a su mínimo físico y prolongar la jornada de trabajo hasta su máximo físico, mientras que el obrero presiona constantemente en el sentido contrario. El problema se reduce, por tanto, al problema de las fuerzas respectivas de los contendientes (Marx, 1865).

3. La intervención de Marx y Engels en el movimiento obrero y su lucha política contra el “sectarismo” y la “aristocracia obrera”

La caracterización elaborada por Marx y Engels sobre el lugar y la importancia históricos de las asociaciones obreras y las luchas reivindicativas no se desarrolló con un objetivo puramente analítico o teórico, sino que guió la intervención activa de ambos en el seno del naciente movimiento obrero. Desde los escritos más tempranos de Marx y Engels vemos que el cuidado por elaborar una reconstrucción histórica de las distintas fases que atravesaba el proletariado en su constitución como fuerza social iba de la mano de una preocupación por participar activamente e influir en la orientación política del naciente movimiento obrero europeo. No hay que olvidar que los ya citados párrafos finales de *Miseria de la Filosofía* formaban parte de una ácida crítica a Proudhon por su hostilidad a las luchas reivindicativas y salariales de los obreros, que eran vistas por el dirigente francés como expresiones de lucha inútiles que no podrían alterar unas normas económicas que llevaban a reducir siempre al mínimo los ingresos de los trabajadores. Desde la perspectiva de Marx, en su incapacidad de advertir el papel progresi-

vo que jugaban los sindicatos y las luchas salariales y reivindicativas de los trabajadores como expresión de una cristalización de la conciencia de clase, los socialistas utópicos empalmaban con las consideraciones de los economistas clásicos, que también eran hostiles a la organización obrera y la consideraban una traba para el libre desenvolvimiento de las fuerzas económicas.⁸ La crítica se extendía incluso a los anarquistas: en una carta a Paul Lafargue, escrita en 1870, Marx ponía de manifiesto que del mismo modo en que el rechazo al estado llevaba a los ácratas a oponerse a la política misma, en los socialistas utópicos la crítica al sistema salarial conllevaba un infantil rechazo a la lucha por obtener mejoras salariales. Marx consideraba que estas “sectas” habían ejercido una influencia en un período en el cual la clase obrera no se había desarrollado lo suficiente para actuar en términos políticos; después eran un factor retardatario y regresivo.⁹

En su intervención política en el seno de la Internacional, Marx desarrolló una política de frente único pero también una lucha política: consideraba que el trabajo llevado a cabo representaba “una lucha permanente de parte del Consejo General contra las sectas y los experimentos de aficionado que intentan aislarse en la Internacional en contra del genuino movimiento de la clase obrera”.¹⁰ La caracterización sobre el lugar histórico de las luchas y avances organizativos del movimiento obrero era lo que estaba en la base de una perspectiva que consideraba que los comunistas debían alejarse de cualquier enfoque “sectario” y desenvolver su actividad “en el seno del movimiento real de los trabajadores”. Esto no implicaba que no debieran defender sus ideas y sus puntos de vista teóricos para adaptarse a planteamientos de tipo puramente reivindicativo: el punto era que los marxistas se distinguían de las sectas en tanto no intentaban “imponer” a los trabajadores ideas ajenas a la realidad sino que se basaban en las luchas y en la actividad real de los trabajadores para hacer consciente lo inconsciente.¹¹

Cuando, años más tarde, el movimiento obrero daba también sus primeros pasos en la otra orilla del Atlántico, Engels recomendaba a sus amigos políticos que debían impulsar el desarrollo del movimiento obrero, aun con sus errores y limitaciones políticas, antes de pretender que tuviese posiciones correctas desde un primer momento. En una carta de 1886 señalaba, en efecto, que

... es mucho más importante que el movimiento se expanda, se desarrolle en forma armónica, eche raíces y abarque tanto como sea posible del proletariado de los Estados Unidos, antes que comience y avance desde el primer momento sobre bases teóricas perfectamente correctas. No hay mejor camino para la claridad teórica que “durch Schaden klug werden” [aprender de los propios errores]. Y para una clase tan grande, no hay otro camino, especialmente para un pueblo tan eminentemente práctico como el americano. Lo fundamental es que lograr que la clase obrera se mueva como una clase; una vez obtenido eso, pronto encontrarán la dirección correcta, y aquellos que se resistan, H.G. o Powderly, serán abandonados con sus pequeñas sectas”.¹²

Marx y Engels no solo valoraban positivamente, como hemos visto, las luchas salariales y reivindicativas de los trabajadores sino que promovían también, desde un período muy temprano, la lucha por la obtención de sanciones legales a las mejoras obtenidas con la lucha obrera. En las “Instrucciones” a los delegados de la Primera Internacional (1866) se planteaba que luchar por una legislación protectora del trabajo no implicaba un fortalecimiento del aparato estatal de la burguesía (Marx, 1866).¹³

En la citada carta a Bolte de 1871, Marx ponía de manifiesto el modo en que, desde su perspectiva, estas luchas por la reglamentación legislativa de conquistas obreras, que ya no eran dirigidas contra los capitalistas particulares sino contra el poder político, jugaban un rol en el proceso de consolidación del movimiento obrero como movimiento político:

Todo movimiento en el cual la clase obrera se presenta como clase contra las clases dominantes e intenta forzarlas a través de una presión desde afuera es un movimiento político. Por ejemplo, el intento en una fábrica particular o incluso en una industria particular de forzar a los capitalistas a aceptar una reducción de la jornada laboral a través de las huelgas, es un movimiento puramente económico. Por otro lado, el movimiento para obtener una ley que establezca la jornada de ocho horas es un movimiento político. Y de esta manera, de los movimientos económicos separados de los obreros surge por todas partes un movimiento político, es decir un movimiento de la clase, con el objetivo de alcanzar sus intereses de un modo general, de forma tal que tenga una fuerza de compulsión general. Si estos movimientos presuponen un cierto grado de organización previa, son ellos mismos, al mismo tiempo, un medio para desarrollar esta organización.¹⁴

Hacia el último tercio del siglo XIX, de todas formas, con la progresiva consolidación de una orientación conservadora en las trade-unions inglesas —particularmente luego de la sanción de la Reform Bill en 1867, que amplió el derecho al sufragio y contribuyó a integrar políticamente a los trabajadores al régimen político— las intervenciones de los marxistas respecto al lugar de los sindicatos y las luchas reivindicativas comenzaron a otorgar un lugar más destacado a subrayar los límites de la acción de los sindicatos y la necesidad de que el movimiento obrero se desarrolle en un plano político en la perspectiva de una superación revolucionaria del capitalismo. Como hemos visto, en determinadas coyunturas se había subrayado especialmente el carácter progresivo que jugaba la acción reivindicativa de los trabajadores, al contribuir al desarrollo y fortalecimiento de la unidad y la conciencia de clase, pero en todo momento los planteos de Marx y Engels habían puesto de manifiesto los límites de la misma.

La base de la perspectiva de Marx y Engels era poner de relieve que las huelgas y los sindicatos, por sí solos, eran incapaces de plantear una salida y una superación al capitalismo, y podían convertirse en germen de una “aristocracia” obrera. Ya en *Salario, precio y ganancia* Marx destacaba que la tendencia con el desarrollo de la gran industria era inclinar la balanza cada vez más en favor del capitalista y en contra del obrero, llevando en general no a elevar el nivel medio de los salarios sino a reducirlos. Los obreros no debían cejar en sus luchas y “forcejeos” con el capital, porque en caso de hacerlo “se descalificarían sin duda para emprender movimientos de mayor envergadura”, pero en cualquier caso debían tener claro que no se debía exagerar “el resultado final de estas luchas diarias”. Se trataba de una lucha “contra los efectos, pero no contra las causas de estos efectos”, una pelea por “contener el movimiento descendente, pero no cambiar su dirección”. La conclusión tenía alcances políticos destacados: los trabajadores no debían “entregarse por entero a esta inevitable lucha guerrillera, continuamente provocada por los abusos incesantes del capital o por las fluctuaciones del mercado” sino “comprender que el sistema actual, aun con todas las miserias que vuelca sobre ella, engendra simultáneamente las condiciones materiales y las formas sociales necesarias para la reconstrucción económica de la sociedad”.

Cuando la consolidación de una postura conservadora y apolítica muchas de las asocia-

ciones sindicales —particularmente las inglesas— se hizo inocultable, los planteos de Marx y Engels comenzarían a dar un lugar predominante a la crítica a los límites de la acción puramente gremial. En este contexto debe ubicarse la crítica a lo que se caracterizó como una “aristocracia obrera” surgida en las trade-unions británicas. En correspondencia con Wilhelm Liebknecht, Marx señalaba en 1878 que “la clase obrera inglesa se ha venido desmoralizando más y más por el periodo de corrupción que se extiende desde 1848 y ha llegado al punto de ir a la rastra del Partido Liberal (...) Su dirección ha caído en manos de líderes sindicales corruptos y agitadores profesionales”.¹⁵ En una carta a Bernstein, de 1879, Engels caracterizaba que “desde hace unos cuantos años (y en la actualidad) el movimiento obrero ingles se ha venido limitando a un estrecho círculo de huelgas por mayores salarios y reducción de jornada, no como un medio de propaganda y organización sino como el objetivo último”. El viejo dirigente cuestionaba, además, que los sindicatos ingleses “prohíben, incluso, toda acción política en principio y en sus estatutos, y por ende también bloquean la participación política del proletariado como clase”.¹⁶

Con el correr de los años, en los ochenta, Engels iría radicalizando su postura, caracterizando que la participación en la dominación del mercado mundial estaba en la base de la “nulidad política de los trabajadores ingleses”, en un cuadro en el cual los sindicatos y las huelgas habían sido aceptados e integrados por la propia burguesía:

La verdad es ésta: durante el período de monopolio industrial inglés, la clase obrera inglesa ha compartido, hasta cierto punto, los beneficios del monopolio. Estos beneficios se repartieron de manera desigual: la minoría privilegiada se quedó con la mayor parte, pero incluso la gran masa tuvo, al menos, una participación aquí y allá.¹⁷

En este marco debe analizarse la gran satisfacción expresada por Engels, cerca del final de su vida, ante la huelga portuaria del East End de Londres de 1889. Destacaba que quienes se habían organizado eran los sectores más bajos, los más descalificados, y que la huelga ponía de relieve que ellos también eran capaces de actuar colectivamente. Engels creía que la huelga de ese sector obrero, el más explotado y desprovisto de calificación, podía reflejar un nuevo comienzo para el sindicalismo inglés, que rompiera con la pasividad de las trade unions dominadas por los trabajadores más calificados: su idea era que al no estar tan fuertemente vinculados a un determinado oficio, eran más proclives a una acción conjunta y colectiva como clase.¹⁸

* * *

Durante el más de medio siglo en el que Marx y Engels desarrollaron su actividad teórica y política, el movimiento obrero conoció un extraordinario desarrollo. Si en la década de 1840, cuando ambos autores desarrollaron sus primeros escritos e intervenciones militantes, las asociaciones sindicales inglesas estaban dando sus primeros pasos, fundamentalmente en torno a la experiencia del cartismo, en la última década del siglo XIX, cuando Engels lamentaba que Marx ya no estuviera vivo para contemplarlo, el desarrollo del movimiento obrero en Europa y en los Estados Unidos había conocido un salto extraordinario, no solo en el plano sindical sino también en el terreno político. A lo largo de todas estas décadas, como hemos visto, tanto Marx como Engels desarrollaron

una activa elaboración sobre la cuestión de los sindicatos: las transformaciones históricas y las diferentes coyunturas políticas enmarcaron las distintas etapas de sus reflexiones al respecto.

En su introducción a la citada compilación de textos de Marx y Engels sobre los sindicatos, Kenneth Lapides destacó que en la teorización de estos autores sobre el problema pueden distinguirse tres elementos fundamentales, que vale la pena recuperar. En primer lugar, la idea de que las asociaciones obreras eran un resultado inevitable del desarrollo de la industria y del proletariado bajo el régimen capitalista. Marx y Engels, como hemos visto, se concentraron en rastrear en perspectiva histórica el proceso concreto de consolidación y desarrollo del movimiento obrero al calor de sus luchas y enfrentamientos con la clase capitalista. Oponiéndose a los economistas clásicos, pero también al planteo de los socialistas utópicos, ambos pensadores defendieron la lucha “económica” y sindical de los trabajadores como algo no solo legítimo sino indispensable, en la medida en que era a través de esos enfrentamientos como los trabajadores podían poner un límite a la explotación a que se veían sometidos por los capitalistas y fortalecer su identidad y conciencia de clase. En buena medida, la capacidad de desenvolver estas luchas inmediatas en el plano reivindicativo era la precondition esencial para que el proletariado pudiera elevarse al plano de la lucha política, por una superación revolucionaria del régimen capitalista. En segundo término —y en parte, como vimos, en un segundo momento— Marx y Engels integraron la caracterización sobre el lugar de las asociaciones obreras y la lucha salarial en el cuadro más general de su crítica a la economía política. En efecto, en una interpretación más madura que cristalizó hacia la década de 1860, se caracterizó que la acción sindical de los trabajadores jugaba un papel activo en la propia determinación del valor de la fuerza de trabajo, mercancía peculiar que tenía un “doble carácter”: su valor estaba formado por un “elemento físico” pero también por un componente “social”, determinado históricamente por una cierta correlación de fuerza entre las clases. En tercer lugar, Marx y Engels nunca dejaron de destacar que la lucha puramente gremial y reivindicativa, si bien absolutamente indispensable, resultaba insuficiente para enfrentar al régimen de dominación de la burguesía sobre el proletariado. La propia dinámica de la lucha económica llevaba al enfrentamiento de clases a un terreno político: la tarea de los comunistas, para Marx y Engels, era intervenir en el desenvolvimiento del movimiento obrero para desarrollar políticamente al proletariado en la perspectiva de una superación revolucionaria de la sociedad capitalista.

Notas

1 Agradezco a Hernán Díaz y a Daniel Gaido por sus comentarios y críticas a los borradores de este artículo. Los errores que puedan subsistir son exclusiva responsabilidad del autor.

2 Las referencias bibliográficas de este artículo están basadas en la edición digital de las obras completas de Marx y Engels. En todos los casos en que se citan trabajos en inglés, la traducción es nuestra.

3 Años más tarde, en una carta a Ludlow de 1869, Marx insistía en recuperar los aportes de Miseria de la Filosofía y señalaba que los sindicatos expresaban “una necesidad histórica”.

4 Marx (1849). Publicado por primera vez en números sucesivos de la *Neue Rheinische Zeitung* en abril de 1849 y en folleto aparte, con un prefacio de Engels, en Berlín en 1891.

5 Karl Marx en el *New-York Daily Tribune*, 14 de julio de 1853.

<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/07/14.htm#p2>

6 En otro artículo publicado en *New York Daily Tribune* en 1853, por ejemplo, Marx ya advertía que “bajo ciertas circunstancias, el obrero no tiene otra manera de establecer si está recibiendo el valor real de mercado por su trabajo que declararse en huelga o amenazar con hacerlo”. Marx, “On the Strikes and the Value of Labor”, *New York Daily Tribune*, 27 de septiembre de 1853. Según Lapides, “anteriormente, Marx parecía no admitir la posibilidad de que los trabajadores consiguieran una mejora significativa y sostenida en sus salarios a través de la lucha colectiva. Para el momento en que escribió los *Grundrisse* (1857-1858), de todas formas, estaba claro que Marx había llegado a una visión ‘más dialéctica, más madura, más acabada’, una visión que se mantendría prácticamente sin modificaciones hasta la escritura de *El Capital*” (1987: 182 y 183; la cita textual es de Ernest Mandel, *The Formation of the Economic Thought of Karl Marx*, New York, 1971).

7 Carta de Engels a Bebel, 18-28 de marzo de 1875. <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1875/letters/75_03_18.htm>

8 “Los economistas y los socialistas están de acuerdo en un solo punto: en condenar las coaliciones. Sólo que motivan de diferente modo su condena. Los economistas dicen a los obreros: No os unáis en coaliciones. Uniéndoos, entorpecéis la marcha regular de la industria, impedís que los fabricantes cumplan los pedidos, perturbáis el comercio y precipitáis la introducción de las máquinas, que, haciendo inútil en parte vuestro trabajo, os obligan a aceptar un salario todavía más bajo (...) Los socialistas dicen a los obreros: No os unáis en coaliciones, porque, en fin de cuentas, ¿qué saldríais ganando? ¿Un aumento de salarios? Los economistas os demostrarán hasta la evidencia que los pocos céntimos que podríais ganar por unos momentos en caso de éxito, serían seguidos de un descenso del salario para siempre (...) Los economistas quieren que los obreros permanezcan en la sociedad tal como está constituida y tal como ellos la describen y la refrendan en sus manuales. Los socialistas quieren que los obreros dejen en paz a la vieja sociedad para poder entrar mejor en la sociedad nueva que ellos les tienen preparada con tanta previsión” (Marx, *Miseria de la filosofía*, capítulo segundo, sección V). En una nota a la edición alemana de 1885, Engels aclaraba que con “socialistas” Marx se refería “a los socialistas de aquel tiempo: los fourieristas en Francia y los owenianos en Inglaterra”.

9 Carta de Marx a Paul y Laura Lafargue, 19 de abril de 1870.

<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1870/letters/70_04_19.htm>

10 Carta de Marx a Friedrich Bolte, 23 de noviembre de 1871.

<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1871/letters/71_11_23.htm>

11 Entrevista a Karl Marx en el *Chicago Tribune*, 5 de enero de 1879.

<http://www.marxists.org/archive/marx/bio/media/marx/79_01_05.htm>

12 Carta de Engels a Florence Kelley Wischnewetsky, 28 de diciembre de 1886. <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1886/letters/86_12_28.htm>

13 Si en los orígenes del capitalismo era la burguesía la que impulsaba distintos tipos de regulaciones, por ejemplo los salarios máximos, para asegurar una proletarianización por vías extra económicas, luego la situación se invertía y los capitalistas eran los principales defensores del “laissez-faire”.

14 Carta de Marx a Bolte (1871), cit.

15 Carta de Marx a Liebknecht, 11 de febrero de 1878. <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1878/letters/78_02_11.htm>

16 Carta de Engels a Eduard Bernstein, 17 de junio de 1879.

<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1879/letters/79_06_17.htm>.

Ver también el artículo publicado por Engels en *The Labour Standard*, número 4, 28 de mayo de 1881.

<<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/05/28.htm#p2>>

17 Carta de Engels a Bebel, 30 de agosto de 1883.

<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1883/letters/83_08_30.htm>

18 Ver intervención de Engels en *The Labour Elector*, 26 de agosto de 1889. <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1889/08/26.htm>>. También la carta de Engels a Schlüter, 11 de enero de 1890. <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1890/letters/90_01_11.htm>

Referencias

Engels, Friedrich (1845) *La situación de la clase obrera en Inglaterra*. <http://www.marxists.org/espanol/m-e/1840s/situacion/index.htm>.

Lapides, Kenneth (1987) *Marx and Engels on the Trade Unions*. New York: Praeger Publishers.

Marx, Karl (1847a) *Miseria de la Filosofía. Respuesta a la "Filosofía de la miseria" del señor Proudhon*. <<http://www.marxists.org/espanol/m-e/1847/miseria/index.htm>>.

Marx, Karl (1847b) "Wages". <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1847/12/31.htm#C7>

Marx Karl y Friedrich Engels (1848) *Manifiesto del Partido Comunista* <http://www.marxists.org/espanol/m-e/1840s/48-manif.htm>

Marx, Karl (1849) *Trabajo asalariado y capital*. <http://www.marxists.org/espanol/m-e/1840s/49-trab2.htm>

Marx, Karl (1865) *Salario, precio y ganancia* <http://www.marxists.org/espanol/m-e/1860s/65-salar.htm>

Marx, Karl (1866) "Instrucción sobre diversos problemas a los delegados del Consejo Central Provisional". <<http://www.marxists.org/espanol/m-e/1860s/isdp66s.htm>>.

La bancarrota de la economía española (en cinco actos)

Rodolfo Rieznik
rodolfo.rieznik@gmail.com

Primer acto: la gran recesión

En el mes de julio de 2012, después de negarlo reiteradamente, el gobierno español resolvió solicitar el rescate bancario a Bruselas y a la “troika” (FMI, Unión Europea y Banco Central Europeo). Es decir, fondos económicos y ayuda financiera para evitar la quiebra de las instituciones bancarias atrapadas en la gran recesión de la economía española.

La gran recesión de la economía mundial se inició en el año 2007 en Estados Unidos, a partir de las hipotecas de alto riesgo llamadas “subprime”. Los efectos de esos impagos de créditos se convirtieron en debacle financiera y “cruzaron” rápidamente el Atlántico impactando de lleno en la Unión Europea. Las economías de los países avanzados se paralizaron y entraron en recesión. En el año 2009 la economía mundial cayó un 0,6% % y la de los países avanzados un 3,6%.

Aún siendo la mayor unión económica regional del mundo, porque es al mismo tiempo unión monetaria desde al año 2002, la Unión Europea no es una unión fiscal; esto es: no es una “comunidad de gasto público”. Los países son soberanos en la formulación de las políticas públicas, tienen autonomía para endeudarse y financiarse emitiendo bonos. 1 Este ha sido el “talón de Aquiles” de la Unión Europea. Aunque existe una eurozona, integrada por los países que han asumido como moneda el euro, a partir de la “gran deuda” surgida de la gran recesión los “mercados”² comenzaron a diferenciar el precio –tipos de interés– de la deuda pública según los países emisores.

Los estados emiten deuda a distinto plazo de tiempo y la colocan en el llamado mercado primario a través de subastas de tipos de interés. Los inversores proponen el volumen de deuda que quieren comprar y los tipos de interés que están dispuestos a pagar, y el Estado adjudica en función de las ofertas recibidas y de las necesidades de financiación que tiene en el momento de la subasta. La Europa periférica, los países conocidos despectivamente como PIGS³ (Portugal, Irlanda, Grecia y España) empezaron, progresivamente, a pagar entre un 3 a 6% más que Alemania por la deuda nueva, de mediano plazo.

España es uno de los eslabones débiles de la Unión Europea. Su economía no es industrialmente sólida y competitiva en relación al resto del mundo desarrollado y emergente, en particular de los países asiáticos; sí lo es en servicios, singularmente el turístico, y había sostenido en estos últimos años su crecimiento en la construcción inmobiliaria facilitada por el crédito barato, la liberalización del uso del suelo y la moneda única.⁴ El peso más que proporcional de la construcción en la economía española ha sido así desde la entrada en la Unión Europea (año 1986), primero, y en el euro (año 2002), después. El “boom” se manifestó inicialmente en la construcción de infraestructuras y a posteriori en la residencial. El desarrollo de infraestructuras públicas asociadas a la entrada de España en la Unión Europea se financió con fondos europeos de “cohesión” y evitó que el estado español se endeudara.⁵ En cambio el “boom” de la construcción residencial se sustentó en la liberalización del suelo y en la financiación privada bancaria facilitada por los bajos tipos de interés vigentes y la desregulación financiera.

La banca española, de tradición minorista,⁶ se incorporó a este proceso apalancando al sector de la construcción residencial en exceso, esto es, más allá de las reglas de la pru-

dencia financiera al uso. La explicación de por qué se asumió ese riesgo es sencilla: la inversión en ladrillos daba beneficios extraordinarios. “La imprudencia” no es el resultado de la demanda de vivienda por quienes la necesitan, sino de los grupos financieros, bancarios e inmobiliarios, asociados muchos de ellos a fondos de inversión, que hacen rotar el dinero que no tienen (vía crédito) para inflar especulativamente los precios de la propiedad y embolsarse por adelantado el beneficio de esos incrementos.

Segundo acto: de la gran recesión al rescate bancario

La gran recesión pasó especial factura a la banca española porque recibió el impacto directo de la crisis en una triple dimensión: en primer lugar, porque se frenó en seco la subida de los precios de los terrenos, que era dónde se había concentrado la especulación inmobiliaria. El parón de precios de los pisos por la recesión pilló a los “promotores” inmobiliarios (las inmobiliarias y los propios bancos) con créditos otorgados (crédito promotor) para la compra de terrenos, pero sin terminar de construir y sin vender los futuros pisos y, por tanto, con los préstamos sin amortizar. En segundo lugar, porque el incremento de la desocupación llevó a muchos titulares de créditos de viviendas terminadas a no poder seguir pagando las hipotecas. Y por último porque la recesión supuso una ruptura en la cadena de pago de la economía que hizo crecer la morosidad bancaria.⁷

Según estimaciones (aquí la información no es nada transparente) el saldo vivo del crédito vinculado al ladrillo es de aproximadamente 300 mil millones de euros (30% del PIB). ¿Cuánto de esta cifra es incobrable? La información disponible es poco clara y difiere según quien informe: gobierno, bancos, auditoras, etc. Hay, obviamente, interés por engordar o adelgazar la cifra de impagos según sea el coste de las ayudas que recibirán los bancos. Estas van desde la asunción total de parte de las pérdidas a desembolsos, sin coste, de capitalización de las entidades financieras, pasando por la compra sin reducción de la cartera de morosos por un “banco malo” al otorgamiento de avales para la emisión de obligaciones pasivas de los bancos.

No obstante, los eufemísticamente llamados “activos tóxicos” llevaron a la inviabilidad comercial a muchas entidades financieras, especialmente las cajas de ahorro que habían entrado de lleno en la especulación inmobiliaria.⁸ El problema de la quiebra bancaria se agravó aún más porque, en el afán de no perder cuota de mercado en la competencia por el préstamo hipotecario, negocio financiero, la banca en general –cajas de ahorro incluidas– se endeudó en la eurozona para obtener financiación pasiva complementaria. La deuda “externa” de la banca española se estima alcanza un 40% de la deuda externa total de España, que a fines de 1996 suponía el 165% del PIB. Además, en la misma línea de captar más recursos, más pasivo para poder seguir prestando, promovieron “productos” engañosos como las participaciones preferentes,⁹ entre clientes minoristas que creían estar colocando sus ahorros de forma segura.

El resultado final fue que la recesión económica encontró al sector excesivamente apalancado, con caída violenta del negocio y con una porción importante bordeando la quiebra contable. Ocho entidades financieras tuvieron que ser intervenidas y nacionalizadas. Desde 2009 se han aprobado cinco reformas financieras y se forzaron dos etapas

de fusiones bancarias. Las últimas dos en un plazo de tres meses entre febrero y mayo de 2012. Las cajas de ahorro casi han desaparecido. En el año 2009 había en España 44 cajas de ahorro y en febrero de 2012 sólo quedaban nueve, y cuatro de ellas nacionalizadas. La desaparición tiene un impacto social adicional profundo en la crisis económica en curso porque las cajas de ahorro debían destinar obligadamente parte de los beneficios a proyectos de interés comunitario vía las obras sociales correspondientes. Y también porque prestaban un servicio financiero minorista en pequeñas localidades, pueblos y comarcas donde la banca privada tradicional no llegaba, ni quería hacerlo, por la escasa rentabilidad que proporcionaba el negocio.

Sin embargo, las reformas no son tales: sucede como en las llamadas reformas estructurales promovidas por el gobierno, que se limitan a ajustes y recortes. En el caso de las reformas financieras se trata básicamente de decretos gubernamentales para inyectar capital y fortalecer el balance para que las entidades financieras no quiebren. En la primera se creó el FROB, Fondo de Reestructuración Ordenada Bancaria, una institución encargada de capitalizar (si es mayoritario, de nacionalizar) los bancos quebrados y/o en crisis.

En julio de 2012, Bankia, la antigua Caja de Ahorros de Madrid, la cuarta entidad financiera por volumen de activos, colapsó y tuvo que pedir más ayudas públicas para sobrevivir. De cifras en torno a los 4,5 mil millones de euros en abril de 2012, Bankia pasó a necesitar dos meses más tarde, para recuperar el equilibrio contable, unos 20 mil millones. La situación se precipitó y el gobierno resolvió solicitar una ayuda completa de 100 mil millones para afrontar, lo que el gobierno entendió como el saneamiento de una sola vez de toda la banca española. La demanda de los 100 mil millones tiene consecuencias inmediatas más allá de su costo financiero directo: implica someterse a estrictas condicionalidades de política económica. Bruselas exige formalizar la solicitud de ayuda en forma de rescate para poder documentar los compromisos a los que se obligaba el gobierno español para recibir la correspondiente ayuda financiera.

¿Necesitaba Bankia 20 mil millones y 100 mil millones el conjunto del sistema financiero español para ser rescatado? Los 100 mil millones surgen de auditorías “independientes” hechas de prisa y corriendo y que sólo sirvieron para cuantificar tramos de créditos que, en lenguaje bancario tradicional del sector, se califica de dudoso cobro según plazo de impagos de sus cuotas de amortización. Para concluir que realmente son créditos fallidos habría que hacer un trabajo más exhaustivo y meticuloso. Los más problemáticos de recuperar están concentrados en las cajas de ahorro ahora nacionalizadas de Madrid, Barcelona y Valencia: unos 75 mil millones. Las exigencias de reforzamiento del capital propio a través de un incremento de dotaciones contra beneficios y amortizaciones de los créditos habrían logrado sanear en un 50% de los balances bancarios. Queda aún la otra mitad.

Independientemente de la cifra final, el rescate del sistema financiero español es escandaloso porque se hace con recursos públicos a través de avales indirectos a la deuda, inyecciones directas de capital y de compra y traspaso a un “banco malo” de capital público del crédito inmobiliario definitivamente incobrable. Es decir un rescate en toda regla del capital, del capitalismo español, no de la economía española, con dinero del contribuyente, de la mayor quiebra económica y financiera en la historia de España. El gobierno español socializa la quiebra después de que distintas fracciones de la oligar-

quía capitalista se apropiasen anticipada y privadamente de los beneficios de un negocio que irremediabilmente se sabía terminaría colapsando.

Tercer acto: del rescate bancario a la gran deuda, el equilibrio presupuestario y los recortes sociales

En cualquier caso, ese salvamento, por la pertenencia de España a la moneda única, necesitaba el concurso financiero de la Unión Europea.¹⁰ Éste se materializa en julio de 2012 con la firma de un MoU, acrónimo de Memorandum of Understanding, en el que se fijan las condiciones¹¹ para su desembolso y se establece la “hoja de ruta” del ajuste presupuestario que Bruselas obliga, y el gobierno acepta, para el bienio 2013-14. Este plan bianual, que es una actualización más restrictiva¹² de los presentados dos meses antes en ocasión de la formulación y aprobación de los presupuestos generales de 2012, es el mayor golpe y ataque conocido a las conquistas de los trabajadores y beneficios sociales en España.

Cuando la gran recesión llegó con fuerza a España en el año 2009 la deuda pública era de las más bajas de la Unión Europea. No así la deuda privada, de la banca y cajas de ahorro que, como ya comentamos, había pedido prestado dinero a la eurozona a efectos de ganar más cuota de mercado en el negocio del crédito inmobiliario. El freno en seco del crédito, en especial el que financiaba y otorgaba liquidez a la entidades financieras españolas –el interbancario y el de obligaciones, es decir deuda de los bancos, no a los bancos– bloqueó, consecuentemente, el acceso al crédito al sector de la construcción, promotores especulativos (inmobiliarias, muchas de ellas, creadas y/o participadas por los propios bancos) y particulares afectando y paralizando más a la economía española en su conjunto. Es decir, se cortó el “oxígeno” que inflaba la burbuja inmobiliario –financiera.

En 2009, el gobierno del PSOE intentó contrarrestar la crisis y la recesión estimulando el ciclo económico por dos vías: por un lado otorgó garantías directas e indirectas al sector financiero, a los bancos y, por otro, incentivó políticas compensatorias de gasto público. Se lanzó el llamado plan E para dar empleo rápido, fundamentalmente a parados del sector de la construcción en corporaciones locales, financiando proyectos de sencilla formulación (reparación de calles y aceras, instalación de mobiliario urbano, etc.). El plan inyectó unos 15 mil millones de euros. Pero en mayo de 2010, intimidado por Bruselas, el gobierno de Zapatero dio un viraje de 180º y anunció un programa de recortes presupuestarios en el que, por primera vez en la historia económica de la democracia, se bajaron los salarios de los empleados públicos entre el 5 y el 7%. Incluso asumió el compromiso de ser el primer país de la Unión Europea en garantizar constitucionalmente el concepto de equilibrio presupuestario proponiendo y aprobando en el año 2011, con el consenso del PP y en tiempo record, una reforma constitucional “ad hoc”.¹³ Se garantizaron los depósitos hasta 100 mil euros, se creó el FROB –Fondo Rescate Bancario– que inyectó capital a la banca con dificultades para cumplir con los ratios de solvencia bancaria y se otorgaron avales públicos a las emisiones de pasivos bancarios (financiación para la banca).

Los incentivos a la banca y a la economía señalados más arriba comenzaron a incremen-

tar el déficit presupuestario y por consiguiente la deuda pública. La recesión, a su vez, hace aumentar el gasto social en ayudas no contributivas y reduce el pago de impuestos indirectos e indirectos por menor consumo y menos beneficios empresariales que termina también repercutiendo otra vez en el déficit y en la deuda. En los últimos cinco años la deuda pública española pasó de 382,9 miles de millones a 739 miles de millones de euros. En términos porcentuales sobre el PIB pasó del 36,3% al 68,5%.¹⁴

En España la deuda no era, ni es aún, excesiva en comparación a otros países, pero el déficit desde la gran recesión creció más rápido que la economía. El capítulo de gasto público que más subió es el de los intereses de la deuda pública. Como se pretende llegar a un equilibrio total de ingresos y gastos (déficit estructural –sin gastos financieros– cero), el crecimiento más que proporcional de los gastos financieros en una economía en recesión, como es la española actualmente, es simultáneamente la reducción de otras partidas presupuestarias, en particular la de gastos de personal: salarios y empleo público, el de pensiones, de subvenciones, subsidios a parados y familias, el de gastos y derechos sociales en general en la educación, la sanidad y la cultura.

Bruselas venía exigiendo recuperar la meta del 3% de déficit público desde 2009, el año en el que la gran recesión se había manifestado de manera generalizada en las economías desarrolladas y todos los países habían aumentado los déficit públicos, especialmente por el gasto incrementado de subsidios a desempleados e incentivos, avales, garantías e inyecciones de dinero al sector financiero. En 2011, teniendo en cuenta su previsible derrota en las elecciones generales de noviembre, el PSOE no presenta los presupuestos de 2012. El PP asume en diciembre de 2011 con el objetivo estratégico, y prácticamente exclusivo, de que la política económica se concentre en el saneamiento de las cuentas públicas. Para cumplir con el objetivo de Bruselas de 3% de déficit para 2013 era necesario recortarlo en más de cinco puntos porcentuales en dos años. Teniendo en cuenta que el PIB español, en el 2011, estaba en torno del billón de euros, ese porcentaje suponía, aproximadamente, 50 mil millones de euros. Después de un ajuste inicial a principios de 2012, por desviación, según el PP, del déficit de 2011, en dos puntos, realiza dos “vueltas de tuerca” adicionales mas: el primero en ocasión de la presentación de los presupuestos de 2012 en marzo y otro cuando la solicitud del rescate bancario en julio.¹⁵

La magnitud de ayuda del rescate bancario hace más exigente a Bruselas, que pide más concreción. El PP termina cuantificando, en euros, las cifras de la reducción presupuestaria propuesta: 102.956 millones, distribuidos en 13.118 para este año, 38.956 en el 2013 y 50.075 en el 2014, es decir: más de lo pedido por Bruselas.¹⁶ Una brutalidad, equivalente por ejemplo al 90% del gasto en pensiones del año pasado. El PP más que multiplica los recortes ya impuestos por el gobierno del PSOE en el 2010 y 2011.¹⁷

En realidad el plan de ahorro presupuestario es una combinación de mayores ingresos, subidas de impuestos directos e indirectos, con menores gastos y derechos sociales. El PP, aun cuando defendió el concepto de bajar impuestos, subió el IVA, el IRPF, el IBI y la imposición al ahorro.¹⁸ Por el lado de los gastos, las rebajas más importantes y dramáticas están en la supresión de la paga extra (un 7,1% del salario) de diciembre de 2012 a todos los trabajadores dependientes de los presupuestos del estado¹⁹ y en la supresión de una serie de derechos de asistencia social y sanitaria a jóvenes, inmigrantes, parados y pensionados.²⁰

Todo el planteamiento de la austeridad es un ataque en profundidad a la línea de flotación de los sectores más débiles y vulnerables de la sociedad. La capacidad adquisitiva de la población trabajadora ha sido castigada por tres vías: por pérdida de empleo, por bajada de salarios y por las subidas del impuesto a la renta y a los productos de primera necesidad.

Cuarto acto: el círculo perverso de la deuda y los recortes

Ahora bien, los enormes ajustes, muchos de ellos ya implementados, deprimen más rápida y violentamente la actividad económica y profundizan la recesión de la economía: el consumo está paralizado por la caída de los ingresos y el paro creciente y por la falta de crédito.²¹ Las empresas no invierten ante el desolador panorama de la caída de las ventas y el no acceso a la financiación bancaria.²² Para el corriente año y el próximo 2103 el propio gobierno calcula una caída del producto interior del 1,7% y del 0,5% respectivamente.

La política económica de austeridad y ajustes de gasto impuesta tanto por el gobierno como por Bruselas (la troika) , y bajo presión particular de Alemania y los países de la Europa del norte, conduce inevitablemente a que se eternice en un círculo vicioso la recesión de la economía: menor actividad lleva a menos recaudación y subsecuentemente a más recortes. La Unión Europea no autoriza la monetización²³ del déficit público de los países en dificultades de refinanciación de deuda.²⁴ Argumentan que la normativa de la Unión Europea no permite al el BCE a cumplir con la función de prestamista de última instancia, como es tradición de cualquier Banco Central de un país. Tampoco autoriza la emisión de una deuda pública cooperativa y mancomunada, mutualizada, del conjunto de los países de la Unión Europea. Los eurobonos serían más difíciles de manipular por los especuladores en los mercados.²⁵

Además, no se implementan medidas tendentes a reducir la presión especulativa sobre la deuda como es la de controlar a los agentes que operan en los mercados secundarios en posiciones a “corto”, es decir vendiendo deuda prestada a la espera de que la devaluación del precio les deje enormes beneficios al momento de su devolución. Es decir, restringir operaciones a crédito por la insolvencia y el riesgo sistémico que generan. Argumento más que razonable en el mundo mercantil. Si la especulación sobre la deuda se redujera habría simultáneamente menos presión al recurso del recorte compensatorio del gasto público y los beneficios sociales.

Algunos apuestan a la ruptura del euro como una alternativa. Esto tendría efectos económicos y sociales catastróficos. El objeto de salirse de la moneda única sería recuperar soberanía monetaria, de emisión y de cotización de la misma (tipo de cambio) Ahora bien, la finalidad principal sería devaluar la nueva moneda para recuperar competitividad y generar un superávit externo de balanza de pagos. Sin embargo, la devaluación produciría un shock inicial inflacionario y recesivo por aumento de precio de las importaciones y de contracción de la actividad por caída del consumo y la inversión. Además, el país quedaría comprometido con una deuda nominada en divisa fuerte, lo que agravaría el compromiso de servicio de la misma (pago de cuotas de amortización e intereses). Finalmente, la ruptura del euro y las devaluaciones competitivas llevarían de inme-

diato a cuestionar la integración productiva, financiera y comercial de la Unión Europea. Esto es, tendría un efecto “dominó” inmediato sobre la Unión Europea y luego sobre el conjunto de la economía mundial.

No obstante, la política económica en vigor lleva a lo mismo, pero por otras vías. En un marco de cambios institucionales neoliberales drásticos (reforma laboral) se busca recomponer el beneficio empresarial, recuperar tasas de rentabilidad capitalista para la economía española sobre la base de abaratar y devaluar de manera violenta los costes directos (salarios) e indirectos (beneficios sociales) de la actividad económica. En paralelo, para facilitar el acceso al crédito de las empresas y a la inversión, se sanea el sistema financiero quebrado con dinero del contribuyente. El gobierno confía en que el círculo vicioso de recortes, caída del consumo y recesión provocado por esta política económica se contrarreste con flujos de ahorro externo generados por una mejora de la competitividad de la economía española a través del aumento de las exportaciones. La apuesta de hacer pivotar la salida de la crisis en la competitividad externa de la economía, en cualquier caso, más que arriesgada, es inviable, porque la “austeridad” en vigor propugnada por Bruselas afecta al conjunto de la economía de la Unión Europea y no existe la “locomotora europea”. Las propuestas de políticas económicas del gobierno del PP, pero también la del principal partido de la oposición, el PSOE, tanto cuando fue gobierno como ahora en la oposición, conducen a lo mismo: recomponer el orden capitalista sobre la base de abaratar, como ya hemos comentado más arriba, los costes del “factor” trabajo y recomponer la rentabilidad del capital.

Ahora bien, no parece posible que ese objetivo de rehabilitación de la tasa de ganancia, expresado en términos más clásicos, sea posible sin actuar sobre el tema de la deuda financiera que como hemos indicado atena al conjunto de la economía. Las exigencias de rentabilidad del capital financiero expresadas en políticas de ajuste y equilibrio presupuestario recurrente del estado ahogan la actividad económica porque no hay consumo ni inversión y la economía entra en un problemático y vicioso proceso de subconsumo; esto es, no se vende lo que se produce.

El rescate económico en curso vía inyecciones incontroladas al capital de los bancos, avales y garantías a la captación de pasivo financiero, la creación de un “banco malo” –nombre por otra parte hasta ridículo– con dinero público para sanear los activos inmobiliarios²⁶, además de ser antidemocrático porque sólo atiende exclusivamente a las necesidades del capital financiero, es sólo un intento desesperado de salvar al capital, y que no puede tener ninguna consecuencia positiva inmediata en la recuperación de la economía que beneficie al conjunto de la sociedad.

Incluso la ruptura con la Unión Europea por parte de un partido de la derecha española (filofascista) no llevaría a una ruptura con el capital financiero: en todo caso (y es lo que se está intentando hacer), como mucho, a renegociar las condiciones del rescate (del capital y de las fracciones de burguesía local afectadas). En el caso más “extremo” de esa renegociación aplicarían el ajuste rápido de la devaluación, siempre con el objetivo de la recomposición económica del estado burgués. Es cierto que puede significar un problema financiero para la banca acreedora (alemana y francesa), pero la salida del euro el gobierno español la plantearía con garantías para el capital financiero atrapado en la depreciación de los activos, como por ejemplo un canje de bonos, probablemente con cláusulas de indexación a la inflación local o cosa parecida y con intereses pagaderos en

divisas fuertes para que no impacten en los balances de los bancos y/o fondos propietarios de la deuda (algo parecido al canje del kirchnerismo en Argentina).

No es cierto que no existan medidas concretas que puedan frenar la catástrofe económica: la moratoria inmediata de la deuda, ni siquiera el desconocimiento de la misma, y la renegociación de los plazos y tipos de interés con la colaboración del Banco Central Europeo ayudando a la renovación de la deuda en los mercados primarios y secundarios a precios más bajo, cortaría en seco la sangría de los costes crecientes de la deuda que justifican las políticas de austeridad, ajustes y recortes. La moratoria acompañada de un análisis de la misma con control democrático permitiría al mismo tiempo conocer la legitimidad de la deuda para concluir si corresponde pagarla o repudiarla por su carácter ilegítimo.

La banca nacionalizada, y casi podríamos afirmar que actualmente el 50% lo es, puede ser recompuesta como un nuevo sistema nacional de cajas de ahorro, que entre otras cosas, podría actuar como agente principal del “rescate” financiero de familias y pequeñas empresas que ahogadas por los ajustes, el paro y la recesión no pueden atender el pago de la deudas.²⁷ De esa manera se ejecutaría un rescate al revés: se inyectaría el dinero a los perjudicados por la crisis que podrían cumplir con sus compromisos financieros pendientes²⁸ y al mismo tiempo ser liberados de la presión de la deuda. Una política así generaría un estímulo al consumo productivo y un freno a caída de la actividad económica.

Pero además, tampoco es necesario ajustar el gasto público de la forma en que se está haciendo: con sólo mejorar la recaudación fiscal, se puede alcanzar el equilibrio presupuestario del estado. Los propios inspectores de la agencia tributaria española, encargada del cobro de impuestos en España, calculan que se puede eliminar casi en su totalidad el déficit público combatiendo el fraude fiscal que las grandes empresas realizan a través de las desgravaciones y maniobras contables.²⁹

Aunque no hay estudios serios, entre otras cosas porque lo que se hace es amnistiar al defraudador más que perseguirlo, se calcula que la economía negra está en torno del 20 al 25% del PIB. La presión fiscal media en España media es del 35%, -las grandes empresas pagan un tipo medio del 19%- es decir que no se ingresan entre 70 y 87 mil millones de euros al año. Cifra que se aproxima a los ajustes que comprometió el gobierno con Bruselas y que fueron el argumento para proceder a los recortes del gasto público.

Aún sin afectar los grandes pilares de la economía capitalista, la propiedad privada y el mercado, que es lo que está en el origen de la crisis, es claro que existen alternativas inmediatas de política económica menos dramáticas para la clase trabajadora y sectores medios y pobres para afrontar la presenta debacle de la economía española.

Quinto acto: los mercados financieros dictan la política económica

La recesión y el equilibrio presupuestario es el órdago de los mercados financieros a la crisis. Estos, ni elegidos ni votados por nadie, sólo sometidos a sus propias leyes internas de rentabilidad capitalista y lucro financiero parasitario, imponen alternativas de

política económica que castigan severamente a los sectores más débiles e indefensos de la sociedad. España y la Unión Europea han asumido el envite de los mercados. Mientras que los recortes hunden en la miseria a amplios sectores sociales cuya subsistencia es dependiente de esas rentas o gastos sociales³⁰, fracciones del capital, especialmente financiero y otros sectores de altos niveles de renta se ven favorecidos por ayudas financieras de todo tipo: fondos de rescate, avales, garantías, amnistías fiscales, etc. La suma de éstos triplica la de los recortes y ajustes económicos. En el ámbito de lo que eufemísticamente el PP ha llamado reformas estructurales, todo lo que se ha hecho es liquidar conquistas históricas de los trabajadores y de la población de menores recursos, incluidos los emigrantes, en materia derechos laborales, de acceso a las pensiones, a la sanidad, a la educación y a la cultura.

Aun cuando parte de la soberanía de los estados ha sido transferida o cedida a la Unión Europea, no hay impedimentos institucionales insalvables como para implementar ya políticas que reviertan la destrucción del estado del bienestar en curso. Tampoco hay argumentos insalvables en contra de una gestión inmediata y democrática de las políticas económicas, en particular de las de gasto social y servicios públicos. Incluso la formulación de las políticas y la regulación de los mercados monetarios. No sólo porque una parte importante de instituciones financieras, de España y de Europa, ya están nacionalizadas y/o sostenidas, garantizadas y avaladas con dinero del contribuyente, sino por la sencilla y comprensible idea de que el dinero de curso legal es una suerte de bien público, cuya emisión es monopolio natural del estado. En cualquier caso, ese conjunto de medidas económicas de carácter democrático, para beneficiar a los más débiles,³¹ incluso la salida de la Unión Europea y de la moneda única, sólo tienen sentido si se inscriben en un cuestionamiento del carácter capitalista de la economía española y del régimen social que lo sustenta.

La bancarrota de España es el paradigma de la catástrofe del capitalismo mundial, en particular en los llamados países desarrollados. La Unión Europea, el más completo proceso de integración capitalista de la economía moderna (libre circulación de productos, de personas, de servicios y con moneda única) saltó por los aires ante el empuje de la crisis internacional desatada en el 2007 en Estados Unidos. Se pensaba que la unificación de mercados y una moneda común alcanzaban para mantener la tasa de rentabilidad de la economía capitalista en un mundo altamente globalizado. Y se ha revelado como insuficiente para preservar las leyes del capital. El capital se expresa a través de los mercados castigando la “prima” de riesgo de los países más débiles del euro. El correctivo de los mercados plantea la posible salida de Grecia y de España del euro (incluso de Italia). Esto rompería la unión monetaria y tendría un efecto dominó sobre el resto de acuerdos de integración europea llevando al colapso definitivo de la Unión Europea y a continuación de la economía mundial. Hay miedo a que esto suceda y los gobiernos de la burguesía europea aceptan el reto de los mercados respondiendo con la urgencia de la austeridad presupuestaria y los recortes de derechos sociales y más cesión de soberanía al centro capitalista pensando que la federalización definitiva de Europa –unión fiscal y bancaria– puede salvarla.

Glosario

Troika: Comisión Europea, Fondo Monetario Internacional y Banco Central Europeo.

Rescate Bancario: Fondos por 100.000 millones de la Unión Europea para rescatar económicamente a la banca española quebrada y/o en riesgo de estarlo.

Gran recesión: Nombre con que se conoce a la crisis de la economía mundial iniciada a partir de los impagos de las hipotecas subprime en EEUU.

Hipotecas subprime: Hipotecas concedidas a titulares con riesgo de reintegro.

Unión monetaria: Países con una moneda común.

Unión fiscal: Países que acuerdan una política común de gasto público. Es una propuesta sin definir aún para que las políticas presupuestarias de los estados miembros de la Unión Europea pasen a estar dictadas y controladas.

Deuda pública: Son activos financieros que emite el estado para financiar el déficit en el que incurre. Son de renta fija; esto es dan un interés fijo que se puede pagar por anticipado, en períodos fijos o al vencimiento y se emiten a distintos plazos de amortización (corto, mediano y largo) y, según sea éste, reciben distintos nombres: letras, bonos, obligaciones.

Mercados: espacio económico dónde se verifican precios de lo que se oferta y demanda.

Mercado primario de deuda: espacio económico en el que se subastan a un precio determinado (tipo de interés) las emisiones de deuda (bonos públicos de renta fija) que realizan los gobiernos.

Mercado secundario de deuda: espacio económico en el que se compra y vende deuda ya emitida y no amortizada. Como la deuda ya está emitida a un tipo de interés determinado y con un valor nominal, las variaciones de precio que se verifican en este mercado sobre ese valor nominal hacen variar el tipo de interés de manera inversa al precio. Cuando en esos mercado se venden bonos a precios más bajo, sube el tipo de interés de los bonos; esto es, aumenta la prima de riesgo.

Prima de riesgo: diferencia entre los tipos de interés de la deuda a diez años de un bono de deuda de cualquier país con el bono más seguro y que más bajo interés paga. Es decir, indicaría qué precio (tipo de interés) se debe pagar por comprar bonos de países con más riesgo de pago.

Gran deuda: La deuda pública generada para contrarrestar los efectos de la crisis económica a partir de la gran recesión.

Crédito promotor: Los préstamos que se otorgan a los promotores inmobiliarios para comprar los terrenos. Estos créditos no los amortiza el promotor sino que se los subrogan a los compradores de pisos.

Activos tóxicos: Los créditos impagos que están en poder de los bancos y no dados de baja del balance. En España son fundamentalmente los de origen inmobiliario. Muchos de esos créditos impagados se han ejecutado y son terrenos, edificios o viviendas embargados y en poder de los bancos.

Banco malo: Institución o Entidad creada con dinero público para comprar los activos tóxicos y/o terrenos y viviendas en poder de los bancos.

FROB: Fondo de Rescate y Ordenación Bancaria. Fondo español de carácter público encargado de inyectar recursos a los bancos en dificultades (fundamentalmente en forma de capitalización). Si las ayudas del FROB superan el 50% del capital; esto es se hace con la mayoría del mismo, el banco o caja en cuestión está nacionalizado.

Monetización de la deuda: Cuando un banco central compra la deuda pública emitida por el gobierno. Si ese banco central no tiene recursos para hacerlo, puede emitir dinero de curso legal y ese sentido se dice que se monetiza la deuda.

Memorando de Entendimiento (MoU): Obligaciones, compromisos a los que se comprometen las partes firmantes de un acuerdo. El MoU del rescate financiero de España establece las condicionalidades directas (bancarias) e indirectas (de política económica) a las que se obliga el gobierno español por recibir la ayuda financiera.

Mecanismo Europeo de Estabilidad (MEDE) y Facilidad Europea de Estabilidad Financiera (FEEF): Son entidades o Instituciones económicas de carácter multilateral de la Unión Europea encargadas de facilitar ayuda financiera a los países rescatados. A través de éstos mecanismos la Unión Europea busca evitar la intervención directa del BCE en la solución de la crisis de la deuda.

Unión bancaria: es una propuesta sin definir aún para que el control de la banca de la Unión Europea lo realice bien el BCE, bien una nueva autoridad regulatoria de ámbito europeo.

Notas

1 La incorporación al euro supuso cumplir con los criterios -de convergencia- establecidos para cuatro variables: tipo de interés, inflación, déficit público (3% PIB) y deuda (65% del PIB)

2 Los mercados tienen nombre y apellido. No todos los que operan en los mismos tienen la misma capacidad operativa. Hay grandes “traders” que son capaces de imponer precios (o tipos de interés) a partir del volumen de deuda y operaciones que controlan.

3 PIGS, además de ser un acrónimo formado por las iniciales de los países, significa “cerdos” en inglés. El término ha sido divulgado desde la prensa financiera “seria” de las economías desarrolladas.

4 La construcción en zonas turísticas de la costa española es la que más ha crecido entre 1993 y 2007.

5 Al entrar en la Comunidad Europea, España se hizo acreedora de Fondos Estructurales y el Fondo de Cohesión, que son instrumentos financieros dirigidos a reducir diferencias de desarrollo entre los Estados miembros y las regiones

6 La banca minorista es la tradicional, con un “mostrador” que capta depósitos de ahorro y otorga créditos a clientes particulares: familias y empresas para inversión en consumo y/o proyectos. La mayorista o de inversión es la que desarrolla y estructura productos financieros complejos y tiene como clientes a inversores institucionales y/o grandes patrimonios que invierten más en rentabilizar la liquidez patrimonial que en proyectos de la economía real.

7 La morosidad bancaria ha crecido hasta casi el 9% en 2012. La más alta de los últimos 18 años.

8 Las cajas de ahorro financiaron gran parte de la construcción de segundas residencias en las zonas costeras y turísticas de España.

9 La mayoría de las personas que compraron obligaciones preferentes (muchos jubilados y ahorradores minoristas de escasos recursos) no sabían que lo que suscribían eran acciones; esto es, capital permanente sin derecho a devolución. Es decir, los engañaron: pensaban que constituían depósitos a plazo fijo y se encontraron entregando sus ahorros a los bancos sin obligación de devolvérselos. En total se han colocado unos 4.500 millones a 130.000 ahorristas.

10 Los 100 mil millones para el rescate o se obtienen de “agentes” privados o se financian con el concurso de un banco central que compra la deuda. España pertenece al euro, el Banco Central es el Banco Central Europeo y Alemania no acepta que éste compre deuda directamente a los estados miembros.

11 El MoU firmado en julio somete la ayuda financiera a un estricto cumplimiento de medidas en el ámbito bancario, de supervisión financiera, de objetivos macro de déficit y de reformas, principalmente tributarias y laborales.

12 Por dilatar el compromiso de llegar al 3% de déficit público en un año, al 2014, el gobierno “ofreció” a Bruselas más recortes.

13 En agosto de 2011 se reformó la constitución introduciendo el principio de estabilidad presupuestaria, déficit cero, y en abril de 2012 se actualiza la Ley de Estabilidad Presupuestaria a ese principio obligando no sólo a la Administración Central sino también a la Autonómica a topes de déficit y deuda.

14 En el Reino Unido, Francia es de casi el 90% y en Italia superior al 100%.

15 Entre los años 2000 y 2004 el déficit público no superó el 1% del PIB y entre ese año y el 2007, año de inicio de la crisis subprime, hubo superávit en las cuentas públicas. En el 2009 se alcanza un record del 11,2% y en el 2011 con recorte ya en marcha no se baja del 8,5%.

16 Parte sustancial del ajuste lo tienen que hacer las Comunidades Autónomas porque tienen transferido las competencias en materia de atención sanitaria y educación.

17 Los recortes del Gobierno del PSOE en el año 2010 fueron del orden de los 15.000 millones de euros. Los principales fueron en salarios a los empleados públicos (en media un 5%), no revalorización de las pensiones, supresión de la prestación por nacimiento, y de ayudas a la dependencia. Es decir eliminó en la misma cuantía los estímulos que había propuesto un año antes.

18 El IRPF es el impuesto a la renta y el IBI a los bienes inmuebles. También, y supuestamente para mejorar los ingresos, el PP aprobó una amplia amnistía fiscal para los defraudadores hasta finales de 2012.

19 Los empleados públicos en dos años han perdido capacidad adquisitiva por bajada de salarios: un 11,7% y por

aumento del impuestos (a la renta y del IVA) –para un salario medio de 20.000 euros es un 2% más. Además, la inflación de entre un 2% a un 3% anual reduce aún mas la renta real.

20 Además de las subidas de impuestos y recortes de gastos el gobierno aprobó una serie de reformas de carácter neoliberal, siendo la laboral la más importante porque facilita aún más el despido en términos administrativos y económicos (reduce drásticamente las cuantías indemnizatorias)

21 La desocupación llega al 25% de la población activa y afecta al 50% de los jóvenes menores de 25 años. Los aumentos del IVA deberían repercutir en los precios, pero probablemente, ante la debilidad del consumo, las empresas buscarán compensarlo con una reducción de los costes laborales facilitados por la reforma laboral y la reducción de las cotizaciones a la seguridad social. Y el consumo quizá se debilite menos de los que debería al repercutirse en productos de consumos básicos y necesarios cuya demanda es relativamente inelástica.

22 En una crisis de deuda, sin acceso al crédito y desvalorización de la riqueza patrimonial, las familias y las empresas llevan el consumo y la inversión al mínimo a efectos de reducir el recurso al “apalancamiento”.

23 Monetizar deuda es que el Banco Central Europeo o bien compre deuda emitida en los llamados mercados secundarios a precios no especulativos (que afectan a la prima de riesgo) o que directamente suscriba las emisiones de deuda en los mercados primarios. Para ello sería necesario superar reticencias políticas más que impedimentos normativos de los tratados de la Unión Europea. La solución que se propone es que un Fondo Europeo (Mecanismo Europeo de Estabilidad – ex Fondo de Estabilidad Financiera) financiado por todos los países de la Unión Europea sea el que compre stocks de deuda

24 España, con deuda en proporción al PIB relativamente baja, refinancia vencimientos de deuda a largo plazo con un diferencial (prima de riesgo) de casi 6 % con Alemania. Lo que en el largo plazo se hace insoportable porque ahoga el concepto de estabilidad presupuestaria y condena al país al recorte presupuestario permanente si la economía continúa en recesión.

25 Si se emiten eurobonos, los especuladores no podrían diferenciar el origen del emisor y no habría lugar para primas de riesgo de castigo. Quizá el coste de la financiación de los eurobonos sería un poco mayor para Alemania y los países que hoy se benefician tipos de intereses negativos.

26 El “banco malo” se plantea comprar/rescatar activos por 90 mil millones de euros. Fundamentalmente se trata de la compra de promociones inmobiliarias (el límite bajo de compra es de 250 mil euros) de los bancos y grandes empresarios del sector – en ningún caso hipotecas impagadas y adeudadas a su valor de compra por trabajadores y familias de escasos recursos. La compra se financiará con bonos avalados por el estado y que lo bancos podrán usar como colateral, esto es descontarlos en el Banco Central Europeo, para obtener liquidez.

27 Se podría utilizar para ello una parte de los 100 mil millones de euros que la Unión Europea otorgó en julio de 2012 con la firma del MoU – Memorandum de Entendimiento. Aplicar la ayuda financiera para paliar las deudas financieras es un derecho adquirido por los más necesitados de la sociedad, familias pobres y pequeños empresarios, al tiempo que una obligación ineludible del gobierno, ya que son los trabajadores y pensionados con los recortes salariales, de jubilaciones y de prestaciones económicas, los que están garantizando financieramente la ayuda.

28 En particular se podrían paralizar los desahucios de familias pobres, trabajadores y pensionados que como consecuencia de los recortes en general (despidos, bajas de salarios y rentas, congelamiento de jubilaciones, etc.) o han perdido ya su casa por embargos o han dejado de pagar la hipoteca.

29 En España no existe un estudio oficial sobre el fraude fiscal, los propios inspectores de hacienda han informado que la mayor bolsa de fraude fiscal están en el fraude que realizan las grandes empresas al eludir el pago del impuesto de sociedades a través de las maniobras contables de desgravación de préstamos por inversiones y de contabilidad acelerada de amortizaciones. Mientras el tipo fijo del impuesto de sociedades es del 30% las empresas no pagan más allá del 19%.

30 Los ajustes en Sanidad son especialmente sangrantes para pensionados, jubilados y emigrantes porque se quitan subvenciones a los medicamentos, a la dependencia y se niega asistencia sanitaria a emigrantes que no tengan regularizados sus papeles.

31 “ ... basta con fijarse y reflexionar, por poco que sea , para convencerse de que existen los medios necesarios de combatir la catástrofe y el hambre; de que las medidas a adoptar son perfectamente claras y sencillas, completamente realizables plenamente asequibles a las fuerzas del pueblo...” Lenin en *La Catástrofe que nos amenaza y como combatirla* (1917).

Sebastiano Timpanaro y la reivindicación del materialismo en la obra de Marx y Engels

Diego Bruno

IIGG - UBA

brudieg@gmail.com

Resumen

Haciendo incapié en el materialismo filosófico subyacente en las elaboraciones científicas de Marx y Engels, el filólogo italiano Sabastiano Timpanaro desenvuelve una crítica incisiva sobre las principales interpretaciones de Marx y Engels que se desarrollaron durante el siglo XX, en particular la de la escuela de Frankfurt y la de Althusser. El presente trabajo tiene por objeto rescatar, y mostrar la actualidad filosófica y política de estas conceptualizaciones y críticas nodales, que develan el carácter idealista y ajeno al marxismo que primó en aspectos centrales del corpus teórico del llamado “marxismo occidental”.

Hacia la segunda mitad de la década de 1960 una serie de acontecimientos históricos clave como la crisis de los partidos comunistas oficiales, la revolución cultural china y el surgimiento de nuevas corrientes revolucionarias en occidente avivaron el debate político en la izquierda revolucionaria mundial, provocando a su vez un incremento del interés por la teoría dentro del campo del marxismo. En este contexto el filólogo marxista italiano Sabastiano Timpanaro desarrolla una serie de escritos¹ que polemizan desde una perspectiva marxista revolucionaria, es decir, oponiéndose tanto al reformismo como a la “ortodoxia” del marxismo-leninismo que imperaba en los estados obreros burocratizados, con dos de las principales interpretaciones de Marx y Engels que en esos años habían prosperado en el seno de la izquierda radical de occidente: la de la escuela de Frankfurt con sus diversas derivaciones y la de Althusser. Escuelas que para nuestro autor “dejan sobrevivir muy poco de marxismo, y en muchos casos representan un paso atrás” (Timpanaro, 1973: 10). La primera porque ignora la exigencia de establecer un socialismo científico, y sólo ve en la ciencia la falsa objetividad burguesa. La otra porque aunque reivindica con mucho énfasis el carácter científico del marxismo hereda de la epistemología del novecientos un concepto platonizante de ciencia, lo que imposibilita un planteamiento correcto de la relación entre teoría y práctica. De todos modos, sugiere Timpanaro, sería equivocado comprender tales orientaciones como simples errores intelectuales (entenderlo así sería poco marxista), dado que en realidad reflejan las dificultades objetivas en que el movimiento obrero se ha encontrado en los países capitalistas avanzados a lo largo del último siglo. El camino para evitar estos errores no sería entonces el de la simple y pura discusión filosófica sino el del estudio de la sociedad capitalista actual, ligado a la acción política revolucionaria y constantemente verificado por ella. En este sentido el presente trabajo tiene por objeto rescatar ciertas conceptualizaciones y críticas nodales que el autor señala a estas corrientes, mostrar su actualidad filosófica y política, dado que muchos de sus elementos más idealistas y ajenos al marxismo aún son tema de disputa y sobreviven en gran parte de las elaboraciones teóricas de la izquierda revolucionaria mundial. Cuestión que, a nuestro entender, es también una manifestación de la profunda crisis y desorientación política que reina en sus filas frente a nuevos acontecimientos de carácter histórico. La inédita crisis económica mundial y su contracara, las rebeliones populares que se extienden a lo largo y a lo ancho de todo el globo, ponen a prueba el conjunto de programas que guían la intervención política de las organizaciones revolucionarias provocando nuevamente un fervoroso debate sobre el legado, el método y los pronósticos de la teoría marxista.

El problema del materialismo

Una de las características que Timpanaro identifica como común al conjunto del llamado marxismo occidental, por lo menos desde mediados de los sesenta, es la férrea necesidad de defenderse de la acusación de materialismo. A pesar de las múltiples diferencias que les separan (marxistas gramscianos, hegeliano-existencialistas, neopositivistas, estructuralistas y freudianos), coinciden en alejar cualquier sospecha de acuerdo con el materialismo “vulgar o mecanicista”. Esto, sin embargo, ha llevado a que junto con la vulgaridad y el mecanicismo se deseche el materialismo filosófico sin más. Timpanaro señala también que esta especie de autodepuración materialista del marxismo se simboliza en una depreciación de Engels, quien recibe los ataques tanto de las corrientes marxistas hegelianas como de la empirio-pragmatista. Esto debido a que Engels por un lado

sintió, más que Marx, la necesidad de tener en cuenta las ciencias de la naturaleza, de enlazar el materialismo histórico (de las ciencias humanas) con el materialismo físico-biológico, especialmente en el momento en que Darwin abrió el camino para considerar históricamente a la naturaleza. Por otro lado, el mismo esfuerzo por no disolver al marxismo en un positivismo evolucionista y ecléctico, llevó a Engels a aplicar la dialéctica a las ciencias y a traducir fenómenos físicos y biológicos en términos de negación de la negación. La consecuencia fue que se le acusó alternativamente de hegelianismo arcaico como de positivista (más adelante desarrollaremos la cuestión del “anti-engelsismo”).

Ahora bien ¿qué entendemos por materialismo? Ante todo, nos dice Timpanaro, “el reconocimiento de la prioridad de la naturaleza sobre el “espíritu”, es decir, del nivel físico sobre el biológico y del biológico sobre el económico social y cultural, ya sea en un sentido cronológico, como en el sentido del condicionamiento que sigue ejerciendo la naturaleza sobre el hombre y que seguirá ejerciendo por lo menos en un futuro previsible” (1973: 24-25). En cuanto al conocimiento, “el materialismo sostiene que la experiencia no se puede reducir a producción de la realidad por el sujeto, ni a una recíproca implicación de sujeto objeto” (*Ibidem*: 25). Es decir, es clave para nuestro autor no eludir el elemento de pasividad que hay en la experiencia: la situación externa que nosotros no imponemos sino que se nos impone. Por lo tanto, hay que señalar que una filosofía que se reivindique materialista no puede trasladar su atención de los resultados y del objeto de investigación, del fenómeno, a la investigación en cuanto tal. Es decir, no se puede reducir el conocimiento a la mera interpretación o a la metodología de la actividad del científico. Esto es recaer en el idealismo porque se hace aparecer como única realidad no a la naturaleza sino al hombre investigador de la naturaleza y constructor de su propia ciencia. Por el contrario, para el materialismo histórico la particular interpretación que puede dar un hombre particular sobre la realidad social está subordinada a la realidad histórico social objetiva en la que está inserto; ni que hablar si tenemos en cuenta el lugar marginal que el hombre ocupa respecto del universo en general; durante muchísimo tiempo no hubo vida en la tierra y ésta dependió de condiciones particularísimas que condicionaron su surgimiento. Entonces, una filosofía que se reduzca a la metodología del actuar humano tiene siempre el peligro de subvalorar lo que hay de pasividad en la condición humana, es decir, de condicionamiento externo.

Timpanaro nos muestra también el antimaterialismo en el que caen muchos de los críticos del neopositivismo, en este sentido metodologista, dado que direccionan sus críticas desde una formación cultural hostil a la ciencia. Generalmente se trata de hegelianos que reivindican la dialéctica frente a las filosofías negadoras de la historicidad o que interpretan a ésta como gradualismo antirrevolucionario, y en este sentido es correcto, pero el error está en que a partir de ahí “no proporcionan ninguna profundización positiva de las formas reales a través de las cuales se explica la historicidad de la naturaleza y del hombre” (*Ibidem*: 28). Esto lleva a un desprecio no sólo de todo lo nuevo que el marxismo representa frente a Hegel sino incluso de lo que en la cultura prehegeliana, sobre todo en el Iluminismo, era más avanzado que Hegel. De esta manera marxistas hegelianos como neopositivistas eluden la exigencia de una filosofía como visión del mundo (*Weltanschauung*) basada en los resultados de las ciencias: los primeros por identificar el mundo y la historia con el mundo humano y con la historia humana (idealismo objetivo), los segundos porque consideran a la ciencia sólo formalísticamente, ya que atribuirle realidad ontológica a la naturaleza sería para ellos hacer metafísica. Entonces,

o reducimos la realidad a meras interpretaciones subjetivas, con lo cual la existencia o no de ésta es indistinta, o la entendemos científicamente, es decir, como existente independientemente de nuestras interpretaciones o pensamientos, la ciencia es una interpretación que tiene en cuenta la objetividad de la realidad. Timpanaro advierte que

... el rechazo a la ciencia lleva siempre al subjetivismo y al voluntarismo, lo cual –en un plano político– puede constituir un estimulante revolucionario momentáneo, pero no puede fundamentar una doctrina revolucionaria sólida. No se trata aquí de subvalorar el rol indispensable del elemento subjetivo en la lucha contra el capitalismo, sino de comprender que la formación de las condiciones subjetivas son el resultado de procesos objetivos, no de un acto milagroso de voluntad (1973: 11).

Ahora bien, nuestro autor se pregunta también si esta polémica materialista dirigida contra las “desviaciones” idealistas del marxismo, en realidad, no cuestiona algunos aspectos del mismo marxismo, especialmente en lo que concierne a la relación hombre-naturaleza. Más precisamente, si la facilidad con que se impusieron estas interpretaciones que atenuaban o negaban el carácter materialista del mismo se debe a que “han encontrado un terreno favorable en una falta de claridad que se remonta al origen de la propia doctrina” (*Ibidem*: 33). Esta afirmación de Timpanaro se apoya en que, especialmente en su primera fase (hasta *La Ideología alemana* inclusive), la naturaleza biológica y física, si bien no es negada por Marx, constituye más bien un hecho prehistórico respecto de la historia humana, más que una realidad que sigue condicionando y limitando al hombre. “La relación con la naturaleza (señala Timpanaro según un famoso pasaje de *La Ideología Alemana*) aparece sólo a través del trabajo. Así se recae en la concepción pragmatista de la relación hombre-naturaleza que anula ilegítimamente el “lado pasivo” de tal relación” (*Ibidem*: 34). Es decir, la relación con la naturaleza no puede limitarse a la actividad del trabajo ya que se da también a través de la herencia, a través de los otros innumerables flujos del ambiente natural sobre su cuerpo y, por lo tanto, sobre su personalidad intelectual, moral y psicológica. No obstante, el Marx de madurez que admiró a Darwin declaró en el prefacio de *El Capital* que “concebía el desarrollo de la formación económica de la sociedad como proceso de historia natural”. Con lo cual acá es ciertamente más materialista que en las *Tesis sobre Feuerbach*, aunque el gigantesco trabajo que tuvo que desarrollar en el campo de la economía política no le permitió profundizar en una nueva concepción de la relación hombre-naturaleza distinta a la de los escritos juveniles. Por eso, se torna ahora más comprensible que, en una especie de división del trabajo, la exigencia de la construcción de un materialismo no puramente económico social sino también natural fuese sentida por Engels. Influenciado no sólo por el clima filosófico científico de la segunda mitad del siglo XIX, sino más específicamente por el giro que el darwinismo le imprimió a las ciencias naturales, demostrando la historicidad de éstas. El problema no era ya contraponer la historicidad de la sociedad humana a la ahistoricidad de la naturaleza sino encontrar la fusión y a la vez la diferenciación de ambas historicidades (1973: 35).

Sin embargo, para no caer en posiciones superficialmente contradictorias entre un Marx más idealista y otro más materialista, o de un Engels más determinista, Timpanaro nos muestra que cuando el marxismo afirma que la base de la cultura humana está en el condicionamiento económico social, y no en el nivel biológico subyacente, lo hace en relación con las grandes transformaciones y diferenciaciones de la sociedad, que se producen fundamentalmente como mutaciones de la estructura económica y no por cambios del ambiente geográfico o de la constitución física del hombre. En comparación con el

ritmo evolutivo de la estructura económico social (y de los hechos superestructurales determinados por ella), la naturaleza, también cambia (evolución) pero con un ritmo inmensamente más lento. Por ejemplo, si analizamos un período de la historia humana, aunque sea muy largo, prestando atención a las transformaciones de la sociedad puede ser legítimo no tener en cuenta el nivel físico-biológico ya que éste constituye una constante en lo que respecta a tal período. En el mismo sentido se puede hacer historia solamente de los acontecimientos superestructurales, los cuales pueden gozar de cierta independencia respecto de una constante económico-social. “Ya Engels, y posteriormente Gramsci, advertían que sería ingenuo pensar que cada hecho superestructural fuese la repercusión de un cambio de estructura” (1973: 37). Pero sostener que como lo biológico se nos presenta siempre mediatizado por lo social, lo biológico es nada y lo social es todo, cosa que Marx y Engels nunca han afirmado, sería, una vez más, un sofisma idealista. Lo mismo vale para los que sostienen que ninguna realidad económico social es concebible más que a través del lenguaje y por lo tanto el lenguaje es la única realidad.

Timpanaro insiste en el condicionamiento que imponen estos aspectos constantes (naturales) de la condición humana (hasta ahora escasamente modificados y tal vez escasamente modificables en el futuro), que si bien no son eternos, en relación a la existencia humana están dotados de una estabilidad mucho mayor que las características histórico sociales. Producto de esto afirma, respecto de cierta continuidad cultural y permanencia de ciertos valores a través de diversas formas de sociedad (gracias a la cual como observaba Marx sentimos tan próxima a nosotros la poesía homérica), que no hay que “olvidar que tal continuidad cultural es facilitada por el hecho de que el hombre como ser biológico ha permanecido incambiado desde los inicios de la civilización y poco han cambiado ciertos sentimientos y representaciones que se refieren mas inmediatamente a los datos biológicos de la existencia humana” (1973: 48). Como, por ejemplo, el instinto sexual, el debilitamiento que produce la vejez y sus consecuentes repercusiones psicológicas o el miedo a la muerte propia y el dolor por la ajena. En este sentido, Timpanaro reconoce al psicoanálisis y estructuralismo marxistas el mérito de rechazar toda reducción del marxismo a “historicismo”. Lo cual no quita, por supuesto, que estos estén profundamente penetrados por la ideología antimaterialista. No hay que olvidar que el psicoanálisis surgió en polémica con la psicología materialista y ha tratado de hacer autónomos los hechos psíquicos respecto de los hechos anatómico-fisiológicos. El estructuralismo a su vez cae con sus sistemas cerrados y perfectamente coherentes en la ahistoricidad (no sólo en el antihistoricismo) y el desprecio a las investigaciones diacrónicas. Frente ambas orientaciones Timpanaro plantea necesario un trabajo de discernimiento entre sus adquisiciones científicas y todo lo que en ellas se contiene de ideológico e inverificable. Una confrontación ideológica no solo por el hecho de su escaso interés por los hechos económico-sociales y por la relación entre teoría y práctica, sino principalmente por su antimaterialismo. Mientras tanto el marxismo puede enriquecerse culturalmente con ellos pero siempre de una manera subalterna. Aquí es importante comprender que la cultura burguesa no sigue una línea de absoluto progreso sino de progreso-involución-progreso en el refinamiento metodológico pero involución en la ideología lo cual lleva a una parcial falsificación o forzamiento interpretativo de los resultados científicos. Es decir, puede ocurrir que Pavlov tenga más que decir que Freud en algunos aspectos, pero estas opciones dependerán de la opción por o contra el materialismo (1973: 50).

Sobre la filosofía de la praxis y el materialismo

Respecto a su concepción del conocimiento Timpanaro reconoce el carácter polémico de su afirmación: “hay que reconocer el elemento de pasividad que hay en la experiencia”. Señala que se ha creído ver en ella “el inicio de una teoría general de la impotencia humana, de la resignación a la situación de hecho, etc.”. Sin embargo, hay que comprender que esta afirmación se hace en el sentido de que en el conocimiento –ya en su forma más elemental, la sensibilidad– hay un elemento de pasividad irreducible a la actividad del sujeto, es decir, un estímulo proveniente del exterior, lo “dado”. “Ciertamente –aclara Timpanaro– el proceso cognitivo no es una mera recepción pasiva de lo dado: como todos sabemos, es elaboración de lo dado y búsqueda de determinados objetos de experiencia, bajo el impulso de las necesidades e intereses del sujeto” (1973: 52). La actividad del hombre le pone en contacto con ciertas partes de la naturaleza diversas en los diversos momentos históricos. A esto hay que agregar que el conocimiento sólo se desarrolla como conocimiento de lo que corresponde a una necesidad o a un interés del hombre, pero también como conocimiento de lo que estorba, perjudica, oprime al hombre. “Interés” entendido como todo lo que afecta favorable o desfavorablemente al hombre.

Pero la necesidad de Timpanaro de insistir en el elemento de pasividad es porque gran parte de la filosofía moderna ha hecho un uso ideológico de la gnoseología y, vaciando la realidad externa, tiende a fundamentar una libertad humana ilusoria y mistificada, con lo cual elude el problema de la libertad efectiva del hombre. “El “lado activo” de la experiencia –afirma– es solo un lado y no el proceso entero” (*Ibidem*). Además el lado activo no es un principio incondicionado, sino que está condicionado históricamente. Por eso para Timpanaro la fórmula: “la praxis como fundamento de la actividad cognoscitiva” es inadecuada y tendenciosa. Particularmente en el marxismo el recurso a la praxis se ha utilizado con frecuencia para no hablar o hablar poco de materialismo.

Es importante entonces clarificar qué queremos decir con praxis ya que la referencia a ella tiene significados muy diversos según se denuncie, por un lado, que el puro pensamiento es insuficiente para hacer libre y feliz al hombre, o se declare, por el otro, que el conocimiento mismo es sin más praxis. En este segundo caso, como conocer la realidad es ya transformarla se retrocede del marxismo al idealismo, a una filosofía del pensamiento como praxis, apareciendo la acción como superflua. En cambio en el primer caso, sin trazar ninguna distinción absoluta entre conocer y hacer, se admite que el conocimiento por sí mismo no proporciona un dominio pleno de la realidad y una auténtica liberación del hombre. Esta se logra con la transformación práctica de la realidad. Correctamente señala aquí Timpanaro que el conocimiento no es pura y simplemente praxis, la identificación inmediata del conocer con el hacer es totalmente ajena al marxismo. En todo caso es una filosofía igualmente abierta a un activismo irracionalista como a un misticismo del puro pensamiento.

Entonces, una vez liberado de sus extrapolaciones ideológicas, el problema del conocimiento para nuestro autor pasa a ser un problema científico que atañe en primer lugar a la neurofisiología y a las ciencias relacionadas con la misma. La clave está en no entender a éstas como neutrales política y socialmente. Hay que estudiar cada vez más a fondo “el influjo del ambiente sobre el desarrollo y sobre la patología del sistema nervioso, poniendo de relieve la grandísima importancia que tienen las relaciones de clase en la determinación del ambiente” (1973: 55). El reconocimiento de tal realidad, sin

embargo, “no quita que la explicación del proceso cognoscitivo en cuanto tal pertenezca a la neurofisiología, porque el que siente y piensa, el que toma conocimiento de la realidad externa y reacciona ante la misma, no es un espíritu mítico ni siquiera un ser social no más preciso, sino el cerebro” (*Ibidem*). Hay que comprender, entonces, que no se puede reducir sin más lo natural a lo económico social. La mediación económica social no tiene en todos los puntos el mismo grado de influencia.

El antiengelsismo como consecuencia del antimaterialismo

Otro rasgo común en las corrientes del marxismo occidental que subestiman el condicionamiento natural, señala Timpanaro, será su antiengelsismo: “mientras el reformismo de nuestro tiempo verá en el materialismo y en el determinismo engelsiano una negación del “humanismo” y de la “libertad de espíritu”, el revolucionario verá en él la negación del voluntarismo, la ilusión del hundimiento espontáneo o de la reforma gradual del sistema capitalista” (1973: 73). Para Timpanaro un representante de este segundo tipo de antiengelsismo es Colletti. Fundamentando esta posición en su obra *El marxismo y Hegel*, en donde se opone a la dialéctica hegeliana, denunciando el carácter intrínsecamente idealista de ésta y la imposibilidad de transformarla en un instrumento materialista “dándole vuelta”. El problema que ve aquí Timpanaro es que para Colletti la idea del “materialismo dialéctico” sería un burdo equívoco exclusivo de Engels y que habría sido absolutamente extraño al pensamiento de Marx. Según Colletti, en la ilusión de establecer una forma superior de materialismo, Engels habría repetido, y de manera banalizada, la dialéctica de la materia que ya estaba enteramente contenida en Hegel, sin tener en cuenta la función antimaterialista que Hegel le había asignado (*Ibidem*: 74).

Timpanaro nos muestra también que mientras en *El marxismo y Hegel*, Colletti destaca esta asunción acrítica de la dialéctica hegeliana como el aspecto más negativo del pensamiento de Engels, en otro texto, *Introducción a Bernstein*, destaca más la otra acusación tradicional contra Engels, su materialismo vulgar, darwinismo y “fatalismo”. Para Timpanaro esta acusación que oscila entre el materialismo vulgar y hegelianismo arcaico en realidad lo que demuestra es la incomprensión del pensamiento de Engels (*Ibidem*: 75). Sin embargo, en relación a una supuesta diferencia sustancial con Marx hay que señalar que las cartas entre ambos demuestran que Marx siguió de cerca la génesis de la *Dialéctica de la naturaleza*, leyó entero el *AntiDühring* antes de que fuese publicado y hasta escribió un capítulo. Por otro lado, otro rasgo común a todos los que empiezan imaginando un Engels vulgarizador y desnaturalizador del pensamiento de Marx es que terminan inevitablemente encontrando demasiado engelsianas muchas afirmaciones del mismo Marx. Con lo cual o emprenden un proceso de regresión del Marx maduro al Marx “humanista” de los *Manuscritos de 1844* y las *Tesis sobre Feuerbach*, o bien intentan nuclear la autentica filosofía de Marx a partir de la estructura lógico-epistemológica de *El capital*, olvidando los asertos explícitamente filosóficos que hay en el Marx maduro (Althusser).

Continuando con la polémica, Timpanaro ataca la idea de Colletti que, frente a un Engels hegeliano de la peor especie, intenta develarnos un Marx kantiano inconsciente. Su kantismo consistiría en que para Marx lo “dado” es irreductible a la actividad del

sujeto pensante y que la “existencia real” comporta un “plus” respecto de todo lo que está contenido en el concepto. Pero si bien esta idea demuestra cierto materialismo en el pensamiento kantiano, pensar la realidad como irreductible al pensamiento es un rasgo común a todos los no idealistas, por lo cual no se entiende, se pregunta Timpanaro: “¿porqué considerarla por sí sola como un rasgo de kantismo?”. Para Colletti la limitación de Kant es la misma que el joven Marx critica al materialismo tradicional, la falta de reconocimiento del trabajo como actividad práctico-cognoscitiva, por lo cual el objeto no es solamente un “en sí”, sino “objetivación del sujeto”. Es decir, haber olvidado el “lado activo”. Pero más adelante Timpanaro señala que la influencia de este “rasgo materialista” en Kant no puede igualarse al que ejerce la tradición filosófica materialista, con las críticas antes señaladas, en Marx. Porque el materialismo no consiste sólo en el reconocimiento de una realidad externa al sujeto, de lo contrario serían también materialistas Platón, Santo Tomás y todos sus seguidores. El materialismo no es sólo “realismo” ya que es también el reconocimiento de la fisicidad del sujeto y de sus actividades tradicionalmente consideradas “espirituales”. El pensamiento de Kant, en cambio, está profundamente orientado en un sentido antimaterialista, ya que incluso el reconocimiento de una realidad externa al sujeto se reduce a algo extremadamente larvario, siempre a punto de ser absorbido por la actividad del sujeto, por una parte, y por otra de convertirse en una realidad trascendente, accesible a través de una experiencia privilegiada y sobrenatural (1973: 79).

De esta manera Timpanaro revela que la actitud de Colletti ante el presunto kantismo de Marx indica en realidad los límites de su materialismo: un materialismo casi exclusivamente metodológico, de cuño empiriocriticista. Esto explica, por una parte, su rechazo a la herencia hegeliana en Engels, y por otra parte su incompreensión para con el materialismo de Engels, que como todo auténtico materialismo, no es meramente metodológico, sino también una *Weltanschauung*, abierta a todas las correcciones que el progreso de la ciencia y de la práctica social haga necesarias, pero no tan abierta como para desvanecerse en el agnosticismo.

Otra cuestión relevante que se le endilga a Engels desde la perspectiva de Colletti es que en su intento de aplicar el materialismo histórico al ámbito de las ciencias naturales no hace más que retroceder a una filosofía de la “naturaleza en sí”, cuando ya Marx había señalado que no hay conocimiento de la naturaleza si no es en función de la transformación de ésta por el hombre. Pero aquí, insiste Timpanaro, si bien no hay que olvidar el lado activo como señaló Marx al materialismo tradicional, esta idea todavía es insuficiente y demasiado genérica. Se trata también de explicar científicamente, y acá es donde entra Engels, cómo funciona ese lado activo, lo biológico como conjunto de procesos materiales regido por leyes. El positivismo ha tomado esto pero lo ha desarrollado de un modo simplista y burdo:

- 1) reduciendo el comportamiento político, moral y cultural del hombre a una actividad inmediatamente biológica, sin tener en cuenta la segunda naturaleza que el trabajo confiere al hombre dentro del reino animal, al que sin embargo el hombre no deja de pertenecer; 2) considerar las desigualdades e injusticias sociales como enfermedades, la cura de las cuales pertenecía a la ciencia, olvidando así la lucha de clases, eludiendo la situación de clase de los mismos científicos (1973: 81).

Es fundamental entonces para nuestro autor dar una respuesta a esto pero desde dentro del materialismo, no con una simple reivindicación del elemento subjetivo, concebi-

do todavía de manera espiritualista, como praxis incondicionada que sólo encontraría sus límites en las condiciones “objetivas” (externas) y no también en su mismo fundamento físico-biológico (natural).

Es verdad que con el descubrimiento de Darwin, que ya no permitía considerar la historicidad como característica peculiar de la humanidad, también aparecía el peligro de reducir inmediatamente la historia humana a historia de la naturaleza. Por eso aquí también era preciso dar una respuesta desde el materialismo y esta tarea la asumió Engels, a quien habitualmente correspondían las tareas de contacto polémico con la cultura contemporánea mientras Marx concentraba sus fuerzas exclusivamente en la gran obra *El capital*. Es decir, había una división del trabajo y un aspecto fundamental de esos escritos de Engels fue justamente la polémica contra el lado negativo del positivismo.

Estos escritos se orientan a combatir por una parte “aquel empirismo que se impide a sí mismo el pensamiento” y que por ello deja abierta la puerta a evasiones en la religión y en la superstición, y por otra parte la pretensión del materialismo vulgar alemán “de aplicar la teoría de la naturaleza a la sociedad y reformar el socialismo”, entre ellos Duhring y los apresurados elaboradores filosóficos de las grandes conquistas científicas. Pero también contra muchos científicos y su incapacidad para hacer corresponder a los grandes progresos de las ciencias naturales un desarrollo de las ciencias de la sociedad humana igualmente revolucionario. De ahí que Engels diga que los científicos que más insultan a la filosofía son esclavos de los peores residuos vulgarizados de la peor filosofía. También hay que decir que aunque Marx y Engels compartieron con igual admiración el darwinismo, al punto de considerarlo como algo que en historia natural era correspondiente a lo que Marx mismo estaba realizando en la economía política. Se van a diferenciar del darwinismo social porque si bien la lucha por la supervivencia como la ley fundamental de la vida animal y vegetal es comparable con lo que pasa en la sociedad capitalista (Marx en una carta de 1869 a Laura y Paul Lafargue señala que la constatación de la lucha por la existencia en la sociedad inglesa llevó a Darwin a pensar esto para el mundo animal y vegetal) no pueden aplicarse estas leyes para la sociedad humana en general. Porque implicaría que la sociedad humana no pueda emanciparse nunca de su estado bestial. Marx ya había señalado que la sociedad burguesa era una sociedad bestial por excelencia. Inclusive Engels señala, en *Dialéctica de la naturaleza*, que tampoco se puede reducir la especificidad de la lucha de clases a una genérica lucha por la vida (Timpanaro, 1973: 85-87). Para Engels no se trata de presentar las instituciones humanas como simple prolongación de las “instituciones” animales, aunque sí le interesa mostrar la conexión entre ambas historicidades.

La polémica en torno a la dialéctica materialista

En relación al desarrollo histórico, tanto social como natural, el recurso a la dialéctica hegeliana aún “puesta cabeza abajo” resulta inadecuado para Timpanaro y en esto coincide con Colletti, aunque aclara que “es totalmente erróneo presentar ese rechazo en forma de contraposición entre un Marx que hubiese elaborado una dialéctica totalmente diversa a la de Hegel y un Engels que hubiese repetido a Hegel vulgarizándolo ...o un Marx que hubiese tenido el derecho de usarla en las ciencias humanas y un Engels que hubiese cometido la estupidez de querer aplicarla a las ciencias naturales. Un aná-

lisis sin prejuicios de las posiciones de Marx y de Engels ante Hegel nos revela que son acordes” (1973: 89). Tanto Marx como Engels consideran que para tener una dialéctica materialista es necesario: 1) Considerarla como una ley o conjunto de leyes objetivamente existentes (y no como leyes del pensamiento, cuya realidad objetiva constituyese sólo una proyección fenoménica); 2) descubrir esas leyes en la realidad por vía empírica, sin forzar a la realidad para que sea conforme a reglas a priori.

Para Timpanaro la dificultad de la empresa radica en la realización detallada de esta segunda tarea. En realidad para él la dialéctica tiene un carácter intrínsecamente idealista. Añade que la discusión marxismo-dialéctica no puede limitarse al aspecto estrictamente lógico, sino que debe abarcar conceptos como superación, racionalidad de la historia, progreso, ritmo del devenir histórico. Como también es importante subrayar, como lo hace Colletti, que la “contradicción” concebida como ley general, lógica y ontológica a la vez, dificulta la comprensión de las “oposiciones reales”.

Pero el problema para nuestro autor se presenta también de otra forma. Si se entiende el ritmo de desarrollo dialéctico en un sentido estricto, como desarrollo de sucesivas superaciones (negación-superación), concluye que hay que reconocer que ese es uno de los ritmos posibles. Dado que hay procesos reformistas, de tránsito gradual, por otra parte hay negaciones adialécticas, destructivas. El revolucionario, dice, deberá optar por el ritmo de desarrollo dialéctico y trabajar por su realización; y tendrá que admitir que en muchísimos casos no se ha realizado porque requiere condiciones óptimas. En cambio, prosigue Timpanaro, si se sostiene que cualquier proceso histórico es dialéctico, en cuanto síntesis de ser y no ser, es decir, si se entiende por dialéctica la no estaticidad, el devenir (y correlativamente el modo de pensar que rechaza esquemas rígidos, hipostatizaciones, conceptos supuestamente eternos y metahistóricos), entonces con la dialéctica se abarca toda la realidad, pero nos quedamos en un plano extremadamente genérico que no da cuenta de la especificidad del marxismo respecto de cualquier otra teoría que no niegue la historicidad de lo real (*Ibidem*: 91-92).

En síntesis, hablar de dialéctica para Timpanaro permite efectivamente reivindicar la historicidad de todo lo real, y dentro de esa reivindicación, optar por un cierto tipo de historicidad sin distinguir nunca bien ambos planos. Permite, de cuando en cuando, contraponerse o a concepciones estáticas y metafísicas o al evolucionismo gradualista. También a la fe en lo absoluto de ciertas clasificaciones o al empirismo que conduce al escepticismo. Permite también, y en esto habrá que detenerse señala Timpanaro, una especie de optimismo elástico, más resistente, respecto de las luchas del proletariado contra su enemigo de clase: cuanto más se desarrolla la burguesía, más se desarrolla y refuerza la clase que oprime. Cualquier victoria de la burguesía no hace sino poner las premisas de una derrota mayor. El riesgo que ve Timpanaro acá es que la dialéctica venga a transformarse en una forma de consolación y de fe. Sería preferible entonces para él abandonar un concepto demasiado fugitivo y lleno de peligrosas cargas especulativas, pero siempre distinguiendo lo que hay de justo en las polémicas en nombre de la dialéctica sostenida por los fundadores del marxismo y sus seguidores. No hay que olvidar en ella la exigencia de una lógica de las ciencias históricas –aparecidas en la economía política con Marx y en las ciencias naturales con Darwin– y que a pesar de esto la epistemología del siglo XX ha vuelto en gran parte a concepciones subjetivistas o bien platonizantes de la ciencia. Por otra parte el marxismo hegeliano (Frankfurt) evita la dialéctica de la naturaleza solamente porque se refugia en un ámbito puramente humano e

incluso adopta una actitud moralístico-oscurantista ante las ciencias (*Ibidem*: 93-94).

Otro aspecto que Timpanaro rescata del pensamiento de Engels es que este contacto más estrecho con las ciencias de la naturaleza le permitió ver los límites del concepto de progreso que el materialismo histórico había heredado de Hegel y de toda una tradición precedente. En sus apuntes sobre el darwinismo subraya que la evolución de la especie no puede ser considerada incondicionalmente como progreso: “una adaptación puede ser considerada tanto un progreso como una regresión (por ejemplo la adaptación a la vida parasitaria como regresión). Además todo progreso en la evolución orgánica es al mismo tiempo una regresión, en cuanto fija una evolución unilateral, cierra la posibilidad de evoluciones en muchas otras direcciones” (*Dialéctica de la naturaleza*). En la historia humana el recurso a la violencia también implica una regresión aunque esta sea necesaria para parir una organización social superior. Pero el trasfondo cósmico al que proyectaba Engels su visión de la historia humana ponía otros límites al concepto de progreso: la idea del final de la especie humana, a pesar de la perspectiva final del comunismo. La idea del fin entraba en el marco de la dialéctica en sentido hegeliano de izquierda, es decir, acentuando el momento crítico-negativo, para el cual “todo lo que existe es digno de perecer”. Aquí Timpanaro se pregunta si se podría calificar como dialéctica una destrucción en donde todo el patrimonio de conocimiento y de civilización humano lejos de ser heredado y potenciado, fuese dispersado. ¿Sería el fin también del universo? Engels aquí responde que no. Porque la materia siempre se transforma y no puede perderse, siempre permanece. Y así como finalmente el hombre va a desaparecer, tiene que crearlo de nuevo en otro tiempo y en otro lugar. Se trata pues, señala Timpanaro, de una perspectiva de “ciclo eterno”, de sucesivas destrucciones y reformaciones cósmicas, sin transmisión de herencia cultural de una a otra: una perspectiva mucho más parecida a la de algunas filosofías antiguas que al concepto moderno de progreso en cualquiera de sus formas diversas (incluyendo la forma rousseauniana de retorno a la naturaleza). Sin embargo el tema queda abierto para Engels. En otros textos como el Ludwig Feuerbach (contrariamente a lo señalado en el *Antidühring*) ya no se tiene en cuenta la previsión del fin de la historia humana como ejemplo de dialéctica revolucionaria, sino como objeción probablemente válida a tal concepción (Timpanaro, 1973: 100-103).

La estructura y la superestructura

Finalmente otra característica que Timpanaro señala como común a todos los marxistas antiengelsianos es sentir el más vivo hastío ante la única exposición general, aunque demasiado breve, que nos dejó de su propia filosofía Marx: el famoso prefacio de *Contribución a la crítica de la economía política* de 1859, en el cual la distinción entre estructura y superestructura no sería más que una “tosquedad” que habría que eliminar del marxismo. Todos ellos reivindican en cambio como genuinamente marxista la *Introducción* de 1857. Sin embargo, hace notar Timpanaro, algo debe significar “el hecho de que Marx escribiese el prefacio de 1859 más tarde que la introducción de 1857, y que, a diferencia de ésta, diese aquél a la imprenta” (1973: 77).

Según Colletti, la distinción entre estructura y superestructura sería mucho más engelsiana que marxista. Para él esta distinción llevaría a configurar la estructura como una

formación meramente técnico-económica que no incluiría las relaciones sociales. Colletti propone entonces superar este “déficit” reabsorbiendo ambos términos en el concepto de “relaciones sociales de producción”. El problema de esto, señala Timpanaro, es que no habría ninguna jerarquía de prioridad y de poder condicionante entre la esfera económico-social propiamente dicha y las formas jurídico-políticas y culturales. En consecuencia no habría ninguna preferencia de explicar unos hechos por los otros, ni siquiera por aquella que plantea un condicionamiento recíproco. Esto en realidad no se resuelve apelando a una afirmación genérica de la dialecticidad de ambos términos o reciprocidad de la relación mutua, sino, más bien precisando, con una serie de observaciones empíricas, qué hay que entender por autonomía relativa de la superestructura. Esto comenzó a hacerlo el propio Engels en sus conocidas cartas a J. Bloch y a Conrad Schmidt (ver Timpanaro, 1973: 119-120). Aquí Engels deja en claro, además de la cuestión vinculada a la relación entre los diversos niveles superestructurales (político-jurídico, filosófico, etc.), que la cultura es determinada no sólo por la estructura de la sociedad en la que se desarrolla, sino también por la cultura anterior y, podemos añadir, por la cultura contemporánea de países de diversa estructura social. La afirmación de que las ideas no nacen de otras ideas sigue siendo justa en el sentido de que nunca es esa la génesis fundamental de las ideas auténticamente significativas de una época, y que por tanto, no es posible una historia de las ideas (o de la expresión artística o de otras manifestaciones llamadas espirituales) concebible como un continuum independiente de los hechos sociales. Esto no quita que desde que existe la tradición las ideas también son influidas por otras ideas. Remontándonos al origen de las ideas siempre encontramos un móvil material; solo que hay desfases entre la estructura de una sociedad dada y sus manifestaciones culturales, precisamente porque la cultura es trasmisible incluso mucho más allá de la situación social que la ha generado (1973: 120-121).

En suma, el binomio estructura-superestructura sigue siendo fundamental porque indica la parte preponderante que tiene la estructura económica en la determinación de los grandes cambios de las instituciones político-jurídicas, del ambiente cultural y de la psicología colectiva. Es un descubrimiento de alcance enorme para explicar la realidad social y para transformarla. En cambio, viene a ser insuficiente si lo asumimos como una clasificación exhaustiva de la realidad, como si no existiese nada que no fuese estructura o superestructura.

En la *Introducción a Bernstein*, Colletti quiere subrayar el nexo entre el engelsismo o materialismo vulgar con ascendencia hegeliana y el revisionismo socialdemócrata de la Segunda Internacional. Sin embargo, señala Timpanaro, el auténtico límite de la Segunda Internacional no consiste en una carencia de voluntarismo sino en una “filosofía de la historia” esquemática y tenazmente eurocéntrica (1973: 125-126). Aunque lo que fundamentalmente se pierde la crítica de Colletti es el significado del giro realizado por la cultura burguesa entre fines del siglo XIX y principios del XX: el paso del positivismo al idealismo. Para Timpanaro si no hacemos una valoración (político-cultural y no sólo filosófica) de ese giro nos quedamos prendidos en el antimaterialismo que invade toda la cultura occidental actual. Evidentemente no se trató de un giro producido por la llegada de una nueva clase al poder, sin embargo, un cambio de clima cultural tan profundo y efectos tan duraderos, no puede ser considerado como una mutación “puramente superestructural” cuyo origen político-social resultase ocioso rastrear. Ni se lo puede explicar como indica Colletti con la teoría del exceso que provoca el exceso opuesto porque sigue pendiente la explicación de por qué ambos excesos se han sucedido en ese

orden y a qué necesidades de la burguesía y parte del proletariado hegemonizada por la burguesía, correspondían.

El aspecto más llamativo de tal giro fue el radical antiobjetivismo. Generalmente se arranca de problemas serios y reales de gnoseología de las ciencias, y esta crisis es utilizada para relanzar una absoluta y mitológica creatividad y libertad del hombre. Durante la fase positivista estaba ampliamente difundida la convicción de que el mito, lo irracional, el oscurantismo, eran armas que no servían a la burguesía en sus formas más avanzadas, sino a las viejas fuerzas absolutista-feudales contra las que la burguesía había librado luchas recientes, y que la difusión de la verdad científica coincidía, a más o menos largo plazo, con intereses generales de la burguesía. La burguesía del diecinueve todavía tenía enemigos a la derecha y no sólo a la izquierda, por lo cual subsistía todavía un margen de coincidencia real entre los intereses de la burguesía y la verdad científica. Cuando se sintió suficientemente tranquila por la izquierda se permitió ese ramalazo iluminista, con todos sus límites, que fue el positivismo. Ni siquiera la experiencia de la Comuna de París sofocó los aspectos laicos y universalizantes de la cultura burguesa. Sólo con el desarrollo del imperialismo la vocación reaccionaria de la burguesía, presente desde un principio, vino a ser absolutamente predominante (Timpanaro, 1973: 129-130). Se comenzó a pensar que la aspiración a la verdad objetiva era una ingenuidad (la Primera Guerra Mundial llevó al escepticismo respecto de la idea de ciencia y progreso). Entonces la polémica contra la mediocridad y el quietismo positivista llevó a un relanzamiento del voluntarismo y el irracionalismo en un sentido básico. En el mismo marxismo hubo quienes se hicieron ilusiones (Korsch, el joven Lukacs y el primer Gramsci) de que el “renacimiento idealista” podía actuar como tónico revolucionario contra el gradualismo y parlamentarismo de la Segunda Internacional. El mérito de Lenin es no haberlo compartido.

* * *

Hacia el final de estos escritos y a modo de conclusión Timpanaro advierte que al alejarse del materialismo el peligro que corre el marxismo es el de dividirse entre una posición de negativa al fetichismo tecnológico, negación solo moralista que desemboca en una absurda negación de la ciencia, y una apresurada conciliación del marxismo con las orientaciones filosófico-científicas más recientes (como sucedió con el psicoanálisis, el neopositivismo o el estructuralismo) sin separar lo que hay de científico y de ideológico en tales orientaciones. No basta con mostrar su escaso interés por lo social sino mostrar los aspectos idealistas que tales tendencias comportan en su raíz, precisamente por derivar de la reacción antimaterialista de fines del siglo XIX. Sin embargo, para Timpanaro, la batalla contra las interpretaciones historicistas y humanistas del marxismo si bien es correcta, en realidad es una batalla de retaguardia. Hoy no se trata de combatir el idealismo que niega la ciencia sino fundamentalmente de combatir al idealismo dentro de la ciencia moderna: de reivindicar una epistemología materialista contra las concepciones platonizante y teoristas, o empirístico-agnoticas. De volver a poner en el centro de la discusión las ciencias históricas de la naturaleza y su engarce con las ciencias humanas.

Notas

1 Para el presente trabajo utilizamos la obra de Timpanaro *Praxis, materialismo, estructuralismo* (1973) editada originalmente en Italia bajo el nombre *Sul materialismo* (1970), la cual es una recopilación de tres artículos, aunque con retoques y añadidos, y a los que se agrega un cuarto inédito, publicado a finales de la década del sesenta en la revista político-cultural de izquierda *Quaderni Piacentini*.

Referencias

- Colletti, Lucio (1977) *El marxismo y Hegel*, México D. F. : Grijalbo.
- Engels, Federico (1975) *Anti-Duhring*, Buenos Aires: Cartago.
- Engels, Federico (1961) *Dialéctica de la naturaleza*, Mexico D. F.: Grijalbo.
- Gramsci, Antonio (1958) *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*, Bs. As. : Ed. Lautaro.
- Marx y Engels (1955) *Obras escogidas*. Tomo II, Moscú: Editorial Progreso.
- Marx y Engels (1981), *Obras escogidas*. Tomo I, Moscú: Editorial Progreso.
- Marx, Karl (2004) *El Capital*. Libro primero, Tomo I, Buenos Aires: Siglo XXI editores, Vol. 1: El proceso de producción del capital.
- Marx, Karl (2004) *Introducción general a la crítica de la economía política* (1857), Buenos Aires: Siglo XXI editores.
- Timpanaro, Sebastiano (1973) *Praxis, Materialismo, Estructuralismo*, Barcelona: Editorial Fontanella.

Trotsky y la lucha por la IV Internacional

Pablo Rieznik

Universidad de Buenos Aires - Instituto de Investigaciones Gino Germani

rieznik2002@yahoo.com.ar

Resumen

El propio León Trotsky consideraba que la tarea más importante en su extensa vida política había consistido en poner en pie la IV Internacional. Fue en una época marcada por la contrarrevolución, cuya marca distintiva eran el nazismo y el stalinismo, y cuando la burocracia soviética había emprendido entonces la liquidación física de lo que restaba del viejo partido bolchevique. El presente artículo repasa el papel jugado por Trotsky en esa decisiva década de 1930, cuando asumió con plena conciencia el lugar que ocupaba como sobreviviente de una generación de revolucionarios única en la historia.

La tarea en la que estoy empeñado ahora [la oposición a Stalin y la fundación de la IV Internacional], pese a su extrema insuficiencia y su naturaleza fragmentaria, es la tarea más importante de mi vida, más importante que el período de la guerra civil o cualquier otro [...] no puedo hablar de “indispensabilidad” de mi tarea, ni siquiera en el período de 1917 a 1921. Pero ahora mi tarea es “indispensable” en el cabal sentido del término. En esta aseveración no hay arrogancia alguna. El colapso de las dos Internacionales ha planteado un problema que ninguno de los jefes de esas Internacionales es capaz de resolver. Las vicisitudes de mi destino personal me han enfrentado a este problema y me han armado con experiencias importantes para alcanzar su solución. Actualmente no queda nadie, excepto yo, para cumplir la misión de armar a una nueva generación con el método revolucionario [...] Necesito cuando menos unos cinco años más de trabajo interrumpido para asegurar la sucesión.

León Trotsky, *Diario en el exilio*, 1935.

Algún tiempo antes de ser asesinado, hace ya setenta y dos años, Trotsky consideró que la tarea más importante en su extensa vida política consistía en poner en pie la IV Internacional. Es decir, más importante que su papel protagónico en la Revolución de Octubre y del que tuvo al poner en pie al Ejército Rojo. Más importante también que el rol que desempeñó cuando encabezó esa novedad histórica que fue el Soviet de Petrogrado en 1905, en el curso de la llamada primera revolución rusa, manifestación decisiva del ingreso de la clase obrera en la revolución moderna y de la cual Trotsky concluyó, antes que ningún otro dirigente de la época, que se trataba del signo de un nuevo momento histórico. La era de la democracia burguesa había cumplido su función. Para aquellos países que no la habían conocido, como era el caso de Rusia, los beneficios de la revolución que liquidara al viejo régimen aristocrático-feudal ya no se repetirían, siguiendo la saga que encontró su forma más acabada en la Francia de 1789. La lucha por la democracia, en cambio, debía conducir en el atrasado imperio de los zares al proletariado al poder, apoyado en la rebelión campesina y como primer acto de la revolución mundial de la nueva época. El pronóstico temprano de Trotsky, expuesto en su trabajo titulado *Resultados y Perspectivas* (escrito poco después de 1905, que según Isaac Deutscher sólo puede ser comparado por su hechura y audacia con el *Manifiesto Comunista*), se transformó en historia material y concreta con la participación en primer plano de su propio autor, lo que constituye de por sí un caso excepcional.

Fue treinta años después del ya entonces lejano 1905, con el bagaje de una experiencia política sin igual, que Trotsky formuló el juicio sobre “la tarea más importante de su vida”. Probablemente la más incomprendida, inclusive entre sus propios compañeros — entre ellos el propio Deutscher —, formulada en una época marcada por la contrarrevolución, cuya marca distintiva eran el nazismo y el stalinismo. La burocracia soviética había emprendido entonces la liquidación física de lo que restaba del viejo partido bolchevique y Trotsky asumía con plena conciencia el lugar que ocupaba como sobreviviente de una generación de revolucionarios única en la historia. “Cinco años más de trabajo ininterrumpido” se planteó Trotsky para desenvolver lo que consideró el mayor desafío a su labor como militante durante cuatro décadas: dejar en pie la IV Internacional. “Asegurar así la sucesión...” dijo, como última profecía para el plazo

exacto que se extendió por un lustro hasta que el crimen organizado por Stalin acabara con su vida en 1940; un 20 de agosto, hace ahora 72 años. El registro de aspectos fundamentales de esa lucha tiene un enorme valor metodológico para adentrarse en los problemas que debe abordar la táctica y la estrategia que corresponde a una época que, históricamente hablando, sigue siendo la nuestra.

* * * * *

Fue en noviembre de 1931 cuando, en un artículo titulado “La clave de la situación internacional está en Alemania”, León Trotsky planteó la posibilidad concreta de una bancarrota de la III Internacional, comparable al derrumbe de la II que se había hundido de un modo irreversible en el debut de la Primera Guerra Mundial en el momento en que sus principales partidos pasaron a apoyar a sus respectivas burguesías en la lucha por el reparto del mundo y a costa de una carnicería humana sin precedentes. El “socialpatriotismo” había, entonces, enterrado al internacionalismo proletario.

En 1931, la orientación de la III Internacional, es decir de la burocracia de Stalin que había usurpado el poder en la antigua Unión Soviética, amenazaba con provocar una situación de consecuencias igualmente devastadoras a la causa del proletariado mundial, desafiada por el ascenso del nazismo. El centro de la situación internacional era Alemania porque estaba en juego el destino del mayor partido comunista fuera de la URSS y la suerte como un todo de un proletariado que, por su peso social, sus poderosas organizaciones y su larga tradición y experiencia política, ocupaba un lugar decisivo en el proceso de la revolución europea y mundial.

En Alemania se reunían, entonces, las características propias de una situación prerrevolucionaria, con una crisis vertebral del régimen político y en el cuadro de una descomposición de la economía capitalista de alcance mundial. La emergencia del nazismo y su cometido de arrasar hasta la raíz con la existencia del movimiento obrero planteaba una confrontación decisiva entre la revolución y la contrarrevolución, lo que planteaba al proletariado alemán la tarea prioritaria de quebrar el ascenso de Hitler mediante la acción directa de sus organizaciones y partidos en un frente común. El Partido Comunista alemán (KPD), sin embargo, orientado por los capitostes del Kremlin y la III Internacional consideraba que la llegada del nazismo al poder debía ser caracterizada como el “mal menor”, porque el enemigo principal a vencer debía ser la socialdemocracia. El acceso de Hitler al gobierno era considerado como un resultado secundario del combate fundamental y hasta una trampa para los propios nazis que no podrían sostenerse sin la complicidad de los socialistas. “Después de Hitler vendremos nosotros”; tal era la línea del KPD. Algo que llegó a justificar la formación de piquetes comunes con la tropa de choque del nazismo para romper los actos de la socialdemocracia germana. Si esta política criminal no se modifica —advertía Trotsky— implicará,

...una traición de la Internacional Comunista de un alcance histórico al menos igual a la de la socialdemocracia alemana el 4 de agosto de 1914 [cuando votó a favor de los créditos de guerra para el gobierno imperialista]. Sólo que las consecuencias serían hoy mucho más espantosas.

Con los nazis en el poder,

...estaría planteada la exterminación de la elite del proletariado alemán, la destrucción de sus orga-

nizaciones, la pérdida de confianza en sus propias fuerzas y en su propio futuro [...] sus consecuencias se extenderían en el tiempo por diez o veinte años, [estableciendo] una ruptura con la herencia revolucionaria, el naufragio de la Internacional Comunista, el triunfo del imperialismo en su forma más odiosa y sanguinaria [...] una guerra contra la URSS [...] un aislamiento terrible y una lucha a muerte en las condiciones más lamentables y peligrosas. (Trotsky, 1931)

La Oposición de Izquierda y la reforma de la III Internacional

Trotsky se encontraba en ese momento en el exilio, en la isla turca de Prinkipo. El líder, junto a Lenin, de la Revolución de Octubre, había constituido en 1923 la Oposición de Izquierda en la URSS para enfrentar la degeneración creciente del partido bolchevique, ya entonces bajo la dirección de Stalin. La Oposición tomó una forma definida en la Carta al Comité Central del Partido Comunista de la Unión Soviética (PCUS) de ese año, que denunciaba el sofocamiento del derecho a criticar al partido por parte de sus miembros. Según Jean Van Heijenoort, secretario de Trotsky desde 1929 a 1940, era “el primer documento de nuestro movimiento” (se refiere a la IV Internacional) y podía ser comparado a lo que fue para los bolcheviques la famosa votación de los estatutos del partido en 1902, que dio origen a la división entre bolcheviques y mencheviques (Van Heijenoort, 1988).

Si en 1923 el debate comenzó con la cuestión del régimen interno del partido, la lucha creció progresivamente hasta incluir todos los problemas de táctica y estrategia revolucionaria en la URSS: el carácter de la transformación socialista, el papel del proletariado y el campesinado, la política económica en curso, etcétera. El PCUS se planteaba entonces un viraje general en la política soviética, con el pretexto de construir el “socialismo en un solo país”, una fórmula que encubría una orientación de colaboración con la burguesía mundial en función de preservar los privilegios de la casta burocrática que se afirmaba en el poder. Por eso mismo las posiciones divergentes se extendieron al plano de la política internacional cuando el stalinismo apoyó a la burocracia sindical inglesa que abortó la huelga general de 1926 y cuando desde Moscú se obligó a los comunistas chinos a disolverse en el movimiento nacionalista, cuyo líder Chiang Kai Shek acabó por masacrarlos en ocasión del levantamiento revolucionario de 1927. En ese mismo año Trotsky fue expulsado del PCUS y confinado en Alma Ata, en una lejana región de Asia Central, en el dilatado territorio de la ex URSS.

La Oposición se transformó en una organización internacional a partir de 1930, poco después de la expulsión de Trotsky de la URSS. Quedó formalmente constituida como fracción “bolchevique leninista” cuando se reunió en París una Conferencia con representantes de las oposiciones de Francia, Estados Unidos, Alemania, Bélgica, España, Italia, Checoslovaquia y Hungría, que sumaron la adhesión de agrupamientos opositores al stalinismo de Rusia, China, Austria, México, Argentina y Grecia. La Oposición de Izquierda Internacional se definía como fracción bolchevique leninista para reconstruir la III Internacional sobre la base de una política internacionalista y revolucionaria. Repudiaba la estrechez nacionalista de la orientación que pretendía sacrificar la revolución mundial a la inviable construcción del “socialismo en un solo país” y se trazaba un programa para combatir la política de la dirección de la III Internacional, sometida a los dictados de Moscú. Una política que reforzaba el aislamiento de la URSS y al aparato

que como árbitro y gendarme en el poder había llevado a la burocratización y degeneración del Estado obrero.

Tal era la política que, en el inicio de los años 30 del siglo pasado, llevaba al movimiento obrero internacional a la catástrofe, en función de las consecuencias que tendría el ascenso del nazismo al poder. En las difícilísimas condiciones de su destierro, con medios muy precarios, con un acoso creciente del stalinismo, con sus partidarios perseguidos en todo el mundo por la GPU (la poderosa policía secreta de la burocracia) Trotsky libraba una batalla excepcional. Todos sus esfuerzos se dirigieron a alertar a la vanguardia obrera sobre el desastre que se avecinaba si el rumbo de la política oficial de los comunistas no se alteraba.

Obreros comunistas [de Alemania] —proclamaba entonces un Boletín de la Oposición— son ustedes centenas de miles, millones, que no tendrán adonde ir [...] Si el fascismo llega al poder, pasara por vuestras cabezas y quebrará vuestros espinazos como un tanque horroroso. La salida no es encontrar sino en un combate sin piedad. Solamente la aproximación en la lucha con los obreros socialdemócratas puede ayudar a la victoria. Hay que apurarse, obreros comunistas porque no queda mucho tiempo. (Trotsky, 1933a)

Trotsky llamaba a los comunistas alemanes a distinguir dos cuestiones clave; por un lado, la responsabilidad y complicidad política de la socialdemocracia en lo que se refiere al crecimiento del nazismo; por el otro, la incompatibilidad absoluta que existe entre el fascismo y las organizaciones obreras en las que se apoya la socialdemocracia. Explicaba que la socialdemocracia no podía desenvolver su influencia sin una organización obrera de masas y que, al mismo tiempo, el fascismo no podía instaurar su poder sino por medio de la destrucción de las organizaciones obreras. Si para la burguesía los regímenes parlamentario y fascista respectivamente constituyen diferentes instrumentos de dominación a los que puede apelar según las condiciones históricas, debía comprenderse que para la socialdemocracia y para el fascismo, la alternativa entre una y otra cosa tenía un significado independiente; más aún, es para ambos una cuestión de vida o muerte política.

Por una nueva Internacional

“No queda mucho tiempo”, advertía Trotsky; y el tiempo que escaseaba fue dilapidado por la política del KPD. El 30 de enero de 1933 Hitler fue nombrado como jefe del gobierno alemán. La clase obrera, traicionada por sus jefes, no había presentado batalla. La socialdemocracia se mostró corroída hasta los huesos, enfeudada al salvataje del capitalismo; la cúpula del KPD, a su vez, empeñada en un curso político que llevaba a su propia autodestrucción. En el curso de dos meses la represión y la caza de brujas se descargaron con toda la furia sobre las organizaciones obreras. Las bandas de Hitler asaltaron sus locales, el KPD fue proscrito, miles de sus dirigentes fueron detenidos. El jefe del KPD fue entregado a los nazis por sus propios guardaespaldas. La bota del nazismo aplastaba a una organización desmoralizada y en quiebra.

El 12 de marzo Trotsky formuló un balance totalmente lapidario en una carta dirigida al Secretariado Internacional de la Oposición:

El stalinismo alemán está a punto de hundirse, más como consecuencia de su propia descomposición que por los golpes del fascismo [...] nuestro deber era tratar de regenerarlo en cuanto subsistiera la menor esperanza... pero sería criminal quedar pegados a un cadáver y el PCA no es ya sino un cadáver”.

Era necesario un viraje y...

“...por supuesto el viraje no consiste en ‘proclamarnos’ a nosotros mismos el nuevo partido [...] Planteamos que el partido alemán está oficialmente liquidado, no podrá resucitar; nosotros no queremos heredar sus crímenes. La vanguardia de los obreros alemanes debe constituir un nuevo partido. Nosotros los bolcheviques leninistas les proponemos nuestra colaboración”.

La sección alemana de la Oposición no aprobó el cambio de orientación hasta julio. Pero dos días después, el 14 de marzo Trotsky, volvía a la carga en un artículo para la “disolución” entre sus propios compañeros:

“el stalinismo en Alemania —sentenciaba— tuvo su 4 de agosto [...] los obreros alemanes de vanguardia sólo podrán hablar del período de la dominación stalinista con un amargo sentimiento de vergüenza, con palabras de odio y maldición. El partido comunista alemán esta condenado [...] El proletariado alemán se levantará, el stalinismo jamás” (Trotsky, 1933a).

En el mismo artículo planteaba que solo el futuro mostraría “en qué medida la experiencia trágica de Alemania podrá impulsar el renacimiento de otras secciones de la Internacional comunista”. Esperaba observar si se detectaba alguna señal de vida, alguna reacción en el apoltronado cuerpo de la Internacional y de sus secciones.

No la habría. Por eso cuatro meses después —cuando faltaban dos días para que dejase Prinkipo y partiera a Francia, donde había obtenido un precario permiso de residencia—, una nueva carta, firmada bajo el pseudónimo de G. Gourov el 15 de julio de 1933, planteaba que el viraje debía ser completado y se debía dar por definitivamente perdida a la III Internacional. Sus secciones habían seguido la orden de Moscú de evitar discutir las razones de la victoria de Hitler, que ponía en juego el porvenir de la civilización humana. Nadie había desafiado el ultimátum, nadie había reclamado un congreso para debatir la cuestión. “Una organización que no ha despertado del trueno del fascismo”, decía Trotsky entonces, “y que soporta humildemente tales ultrajes de la burocracia, demuestra por esto mismo que está muerta y que nada la resucitará” (Trotsky, 1933b). Había que dar vuelta una página de la historia: “Hay que construir nuevos partidos comunistas y una nueva Internacional [...] La Oposición de Izquierda ya no se considera como tal y deja de actuar en ese sentido. Se transforma en una organización independiente que debe labrar su propio camino”. Como lo había planteado en marzo para el caso de Alemania, Trotsky reiteraba que “no se trata en todo caso de proclamar inmediatamente nuevos partidos y una Internacional independiente sino de prepararlos”. Los problemas y desafíos de la nueva tarea eran enormes, pero no existía alternativa: “tenemos que avanzar por una ruta llena de obstáculos y escombros del pasado; el que tema, que se haga a un lado” (*idem*).

La propuesta de construir una nueva Internacional (que en algún momento Trotsky planteó llamar “bolchevique leninista” aunque se inclinó finalmente por la denominación de IV Internacional para subrayar, más directamente, su lugar histórico luego de la

bancarrota de la III) no fue planteada solo como respuesta a los dramáticos acontecimientos de la época, concentrados en la situación alemana y sus consecuencias más allá de sus fronteras. Tomaba en cuenta además la forma en que las organizaciones obreras asimilaban tales acontecimientos. Por eso la espera de algunos meses entre el ascenso de Hitler y la proclamación de la lucha por la nueva Internacional. Es decir, era una política dirigida a intervenir en ese proceso, sus contradicciones, sus avances y retrocesos y las oportunidades novedosas de su propio desarrollo tanto en el plano “objetivo” como “subjetivo”. Trotsky tomó también en cuenta los resultados prácticamente nulos del trabajo por la regeneración de la III Internacional en el período previo. La monstruosa persecución stalinista, las expulsiones, las calumnias, la violencia sin fin que enfrentaban los militantes trotskistas en la URSS, convertida prácticamente en una campaña de exterminio, se había levantado como un muro infranqueable. Aunque la persecución feroz contra la Oposición revelaba que se había transformado en un factor real de la lucha por el porvenir de la URSS y la revolución mundial, su fracaso en la tentativa de quebrar la línea impuesta por Stalin había derivado en la más completa descomposición de la III Internacional. Al mismo tiempo, procurando una vía práctica de desarrollo, Trotsky había comenzado a interesarse por las repercusiones políticas de la hecatombe en Alemania en algunas organizaciones socialistas de izquierda, desprendidas de la vieja socialdemocracia o que se habían mantenido al margen tanto de la II como de la III Internacional.

Entre ellas se destacaba el Partido Obrero alemán (SAP), un partido de veinticinco a treinta mil miembros, originado en una ruptura del partido socialdemócrata en 1931 y reforzado en 1932 por el ingreso de casi un millar de viejos militantes comunistas que, además, habían entrado en contacto con militantes de la Oposición de Izquierda. Trotsky abordó entonces la posibilidad de un reagrupamiento internacional con las organizaciones que rompían con la II y la III, aun sabiendo que no existía homogeneidad entre ellas y que en sus propias filas enfrentaban tendencias diversas. Consideraba, sin embargo, que un acercamiento sobre una base principista significaría un nuevo capítulo para el desarrollo de la lucha por una nueva internacional, abriendo una posibilidad “en un cierto sentido imprevisto” de actividad y progreso para los “bolcheviques leninistas”. El SAP integraba, además, una llamada “comunidad de trabajo internacional” que sumaba al Partido Obrero noruego (DNA), excluido en 1923 de la Internacional Comunista, el Partido Socialista Independiente de Holanda (RSP) y el Partido Laborista Internacional de Inglaterra (ILP). Este último, fundado en 1898, militaba al interior del Partido Laborista, del cual se separó en 1932 en repudio a la política de “unión nacional” planteada por su dirección. En las filas del ILP se libraba una lucha entre los partidarios de acercarse a la Internacional stalinista y quienes se inclinaban por mantener un curso propio junto a los grupos socialistas de izquierda antes mencionados.

En junio de 1933, la “comunidad de trabajo internacional” planteó formalmente la constitución de una “nueva internacional”, constatando la bancarrota de la II y la III, y llamando a la “recreación del movimiento obrero internacional”, para lo cual convocó a una conferencia internacional a todas las organizaciones que se encontraban al margen de ambas internacionales. Trotsky, que ya entonces se encontraba en Francia, temía que la heterogeneidad de las organizaciones que se reunían en París a fines de agosto acabara por bloquear el desplazamiento a la izquierda de los agrupamientos más progresivos. Convocó a sus partidarios a intervenir en el debate lanzado, se entrevistó con dirigentes de las organizaciones presentes y finalmente promovió la declaración que sería conoci-

da como la “Declaración de los Cuatro” (el SAP, el RSP, la OSP y la propia Oposición de Izquierda). La declaración proclamaba la necesidad imperiosa de reagrupar a la vanguardia proletaria en una nueva internacional sobre la base de una política de principios, de lucha por la dictadura del proletariado y sin concesiones al reformismo y al stalinismo. Reafirmaba la necesidad de defender a la URSS —“estado obrero”— contra el imperialismo y la contrarrevolución interior. Finalmente planteaba la necesidad de la democracia en el partido, la libertad de crítica, la elección de los responsables en todos los niveles y una vida interna que reposara en el centralismo democrático.

La lucha por la IVª Internacional

Era apenas un punto de partida. En los meses siguientes, todo el segundo semestre del año 1933, los vínculos entre la Oposición y el resto de las organizaciones se vieron lastimados por numerosos debates sobre el trabajo en común y la naturaleza de la política a seguir, frecuentemente presentados bajo la forma de divergencias sobre el pasado: los problemas de la revolución alemana en la década del 20, las características de la oposición de derecha al stalinismo (y sus tendencias restauracionistas), la proclamación de la construcción de la IV Internacional por parte de la Oposición, el carácter del liderazgo del propio Trotsky en los trabajos, etcétera.

En el seno de la propia Oposición de Izquierda también surgían obstáculos para una labor común en los diversos países, con organizaciones de orígenes muy distintos e inclusive con respecto al lanzamiento formal de la IV Internacional que algunos miembros consideraban prematuro porque se enfrentaba una situación de retroceso del proletariado mundial y porque la inexistencia de fuertes partidos nacionales la privaban de todo desarrollo posible. Se objetaba también el hecho de que la crisis de la III Internacional no podía ser comparada con la de la II y su pasaje al “social patriotismo”. En este caso los socialistas habían pasado a compartir el poder con la burguesía mientras que los comunistas como consecuencia de una orientación desastrosa habían terminado perseguidos, presos y asesinados. Pero para Trotsky la cuestión clave era que la cúpula socialdemócrata en 1914, como la stalinista en 1933, se habían movido no en función de los intereses de clase del proletariado sino del aparato que integraban y usufructuaban en provecho propio, liquidando las posiciones históricas de la clase obrera. En un caso habían sacrificado el internacionalismo en función del seguidismo a sus capitalistas “nacionales”, en el otro en función de la política de un aparato “nacional” de la burocracia que había reemplazado al gobierno obrero en el país de los soviets. La crisis de dirección del proletariado mundial llegaba a la raíz y planteaba un viraje imprescindible para salvar el hilo de continuidad de una lucha histórica que debía plasmarse en un programa y una organización, es decir un partido como herramienta indispensable de la vanguardia del movimiento obrero. Esa era la tarea que debía asumir la IV Internacional.

No era cierto, por otra parte, que la II y la III Internacional se hubieran fundado en condiciones de un ascenso revolucionario. Emergieron para enfrentar crisis de dirección del movimiento obrero, que librado a sus propias fuerzas elementales no puede elevarse a las condiciones de una política socialista, orientada por la comprensión de sus intereses históricos: la expropiación del capital y la dictadura del proletariado como transición a

una nueva sociedad. El partido es insustituible en esta función y debe desenvolverse mediante su intervención en la lucha del movimiento obrero y sus vicisitudes concretas.

Otro viraje

En 1934 el panorama emergente de la victoria de Hitler se modificó. Cuando en Francia, en febrero, los fascistas intentaron dar un golpe contra el Parlamento, la clase obrera reaccionó y se movilizó. Quebrando la modorra y pasividad en la cual medraban la socialdemocracia y el Partido Comunista (PCF), impusieron un curso de acción común: en la manifestación del 12 de febrero, en medio de un paro general, los manifestantes socialistas y comunistas, convocados por separado y en lugares diferentes, impusieron una concentración común hacia la cual convergen al grito de “unidad, unidad”.

Pero no es sólo en Francia que el proletariado se movilizaba. En Estados Unidos tres grandes huelgas de los camioneros, en cuyas filas un grupo de trotskistas desempeña un papel significativo, marcaban el inicio de un ascenso obrero más general. En agosto y septiembre una huelga general congregó a más de 400 mil trabajadores textiles que se afiliaron en masa al sindicato. La represión fue muy violenta pero de ese movimiento surgiría al año siguiente una nueva central sindical, el Congress of Industrial Organizations (CIO), que quebró el monopolio de la burocracia reaccionaria de la American Federation of Labor (AFL). En octubre, también de 1934, en el noroeste de España, una insurrección minera estalló en Asturias, que sería aplastada a sangre y fuego pero marcaría el comienzo de la revolución española. La situación ya no era la de Alemania. España y Francia se aproximaban a una crisis revolucionaria y frente al problema de su supervivencia, los partidos socialdemócratas se radicalizaban y millares de obreros y jóvenes se adherían a ellos. Era una novedad.

En junio de 1934 Trotsky planteó, en consecuencia, un nuevo viraje para los pequeños agrupamientos de los bolcheviques leninistas, llamándolos a ingresar como fracción en la socialdemocracia que se desplaza a la izquierda:

...no renegamos de nada —afirmaba— sólo constatamos con honestidad que nuestra organización es demasiado débil para aspirar en la práctica a un papel independiente en los combates que se anuncian. Al ingresar a los partidos socialistas tendremos un constante contacto con decenas de miles de obreros, el derecho a participar en la lucha y la discusión y [...] la posibilidad de verificar nuestras ideas y consignas en la acción de las masas.

Trotsky percibía que la única manera de influir sobre la base obrera de los partidos comunistas era actuar en la base obrera socialdemócrata. Ante la resistencia de sus propios partidarios, criticó el sectarismo de quienes oponían principios generales a cualquier tentativa de insertarse en el movimiento obrero. Denunciaba a los que sostenían que la nueva táctica suponía una disolución de los bolcheviques leninistas que se empeñaban en construir una nueva internacional porque era en la condición de tales que ingresaban a partidos que se abrían a nuevas camadas de obreros, sacudidos por la presión de las circunstancias. Insistió sobre su planteo particular de “entrismo” como opuesto precisamente a toda disolución política:

... en una reunión de trabajadores monárquicos y católicos, yo hablaría con prudencia del trono y del altar. Pero en el programa de mi partido y en toda su política, es necesario que mi actitud ante la religión y la monarquía se plantee con rigurosa exactitud. En una reunión de un sindicato reformista, en mi carácter de agremiado, estaría sin duda obligado a no decirlo todo, pero el partido como tal, en su conjunto, en su prensa, sus reuniones públicas, sus folletos y llamamientos, está forzado a decirlo todo.

En agosto de 1934, luego de muchos debates y manifestaciones de resistencia, la organización de los bolcheviques leninistas en Francia (Liga Comunista) ingresó como tendencia al Partido Socialista, manteniendo su propia prensa —La Verité—. En España los compañeros de Trotsky, nucleados en Izquierda Comunista, rechazaron la propuesta y se negaron a ingresar en el PSOE. Lo mismo se planteó en Bélgica, donde la sección respectiva se pronunció contra la entrada en el Partido Obrero belga, aunque más tarde revisarían la decisión. Trotsky también propuso a los trotskistas estadounidenses que ingresasen al Partido Socialista, al cual afluía una juventud radicalizada al compás de las grandes huelgas que se sucedían entonces en el país.

Menos de un año después del “viraje” planteado por Trotsky, sin embargo, la situación se volvió a modificar. En Francia se constituyó la Concentración Popular, que muy pronto pasó a llamarse Frente Popular y reunía casi un centenar de organizaciones y partidos, incluyendo a los comunistas y a los socialistas. También formaba parte del Frente el Partido Radical, algunos de cuyos dirigentes integraban el gabinete del gobierno imperialista francés. El programa de la “unidad” era un programa de defensa del orden existente y con fraseología democratizante, no cuestionaba la propiedad privada y defendía el imperio colonial de Francia. Trotsky entendía que luego de producido este reagrupamiento comenzaría la cacería de trotskistas en las filas de la socialdemocracia; algo que efectivamente se produjo cuando varios miembros de la juventud socialista fueron expulsados, acusados de pronunciarse a favor de la IV Internacional.

Las condiciones que favorecieron el “entrismo” se habían agotado. Trotsky insistió en que el grupo trotskista, que había triplicado sus filas desde su ingreso al Partido Socialista, se orientase a la creación de un partido independiente y se preparase para intervenir ante la crisis prerrevolucionaria que recorría el país. Nuevamente el planteo fue resistido por los militantes, que rechazaban ahora la salida de la organización socialdemócrata. Las disputas sobre la táctica política, la falta de disciplina, la escasa madurez y experiencia resentían el trabajo de la oposición y el avance de la lucha por la IV Internacional. Trotsky se irritó por las tendencias sectarias y la falta de iniciativa. Este es el momento en que escribía en su “diario” la nota sobre su rol insustituible en el trabajo por la IV.

El secretariado de la Oposición se reunía esporádicamente. Trotsky procuró relanzar el trabajo en la Conferencia Internacional, llamada de Ginebra para sortear la eventual represión pero que se reunió en realidad en París en julio de 1936, y decidió lanzar formalmente el “movimiento por la IV Internacional”, una concesión a quienes al interior de la Oposición consideraban que no era el momento oportuno para proclamar ya la existencia de una nueva Internacional. Ahora, sólo se habían hecho presentes partidos y agrupamientos de la fracción de los bolcheviques leninistas para debatir las condiciones de una nueva ola de luchas que asumiría características revolucionarias en Francia, con la huelga general, y en España, contra el golpe fascista de Franco, que desencadenó un

levantamiento obrero y popular en todo el país.

Pero las dificultades no cesaban: la Conferencia eligió una suerte de dirección ampliada que nunca pudo reunirse y varios de cuyos miembros pronto abandonaron la Internacional. Sólo tuvo funcionamiento el Secretariado Internacional de cuatro miembros: Pierre Naville, Jean Rous, Erwin Wolf y Rudolf Klement, pero poco después la GPU stalinista asesinó a estos dos últimos. Desde la primavera de 1935, por otra parte, los servicios stalinistas habían colocado a uno de sus agentes, Marc Zborowsky, alias Etienne, junto al hijo y colaborador clave de Trotsky, León Sedov. Moscú, por lo tanto, conocía todo lo que hacen y planteaban los cuartainternacionalistas, mientras presionaba al gobierno de Francia, adonde Trotsky había llegado desde Prinkipo, y luego al de Noruega, hacia donde partió cuando la situación en Francia se hizo insostenible. También fue expulsado de Noruega, de donde partió a México. La IV Internacional y su máximo dirigente eran sometidos a la condición de parias, cercados por la policía secreta del stalinismo, mientras al interior de la URSS los trotskistas eran masacrados sin piedad en una represión que no conocía límites.

Frente Popular y revolución traicionada

Después de la constitución del Frente Popular en Francia en 1934 y del VII congreso de la Internacional Comunista stalinista, la política ultraizquierdista, que había conducido al arribo sin resistencia de Hitler al poder, fue formalmente enterrada. Sin la más mínima consideración crítica, ahora la línea del Frente Popular tomó un carácter universal, planteando la unidad con la socialdemocracia y la burguesía “democrática”. El nuevo “mal mayor” era ahora la revolución socialista, que poco antes se proclamaba de palabra para enfrentar a los llamados peores enemigos, el “socialfascismo”. Ahora se planteaba en nombre de la defensa de la “democracia” contra el fascismo, en un giro formalmente copernicano. La insurgencia obrera, la lucha por su propio gobierno, la acción independiente del proletariado pasaban a ser considerados como una provocación. El elemento común era la hostilidad a una política revolucionaria que aproximase al proletariado como clase a la lucha por su propio poder.

Es con la nueva orientación frentepopulista que el stalinismo llamó a levantar la huelga general francesa en julio de 1936 y con la cual procedió, un año después, al aplastamiento literal de la vanguardia de los trabajadores españoles que había impuesto un gobierno propio para enfrentar el golpe del general fascista Francisco Franco. En Cataluña el ejército dirigido por el Partido Comunista español (PCE) abandonó el frente de guerra contra Franco y volvió a Barcelona para terminar con la revolución, restaurar la propiedad privada y asegurar “el orden”. Los militantes anarquistas y los simpatizantes del trotskismo fueron ferozmente reprimidos y sus líderes asesinados por los servicios del stalinismo. Trotsky denunció que, luego de haber quebrado el frente único obrero para enfrentar al nazismo, se tendía ahora la soga “democrática” en torno al cuello del movimiento obrero para ahogar la revolución proletaria en marcha:

La revolución española muestra otra vez que es imposible defender la democracia contra las masas revolucionarias con métodos que no sean los de la reacción fascista. Y, al revés, es imposible desarrollar una verdadera lucha contra el fascismo si no es con los métodos de la revolución proletaria (Trotsky, 1937).

Los verdugos de Moscú llevaban a un extremo al interior de la propia URSS la política de exterminio de cualquier tipo de oposición y disidencia. Los muertos se contabilizaban por millones cuando las “purgas” alcanzaron su apogeo en los años 1936 y 1938. Hay que incluir, entre ellos, el asesinato de dos de los hijos de Trotsky, que también responsabilizó a Stalin por el suicidio de su hija mayor. La historia de la persecución sin límites contra Trotsky no ahorra el testimonio de su tragedia personal, previa a su propio asesinato.

Es en estas circunstancias que Trotsky alumbró uno de sus trabajos más excepcionales —La Revolución Traicionada— para la comprensión del proceso histórico del llamado Terremoto soviético, en alusión al mismo mes del calendario impuesto por la Revolución Francesa en el cual se produce la liquidación de Robespierre y la dirección jacobina. Era la contrarrevolución que no alteraba las bases sociales del nuevo régimen pero abría un período de reacción política, que en el caso francés condujo de una república revolucionaria a la dictadura napoleónica y en la ex Rusia al imperio de la criminal burocracia liderada por “Caín” Stalin. Pero a diferencia de Francia, en donde quedó establecida una nueva clase propietaria, la fuerza y la debilidad de la burocracia soviética reposaban en la propiedad estatal de los medios de producción, resultante de la revolución proletaria de 1917. Por un lado disponía del manejo del aparato del Estado para asegurar sus privilegios sin el límite ni el control de una clase propietaria, lo que dio a su manejo de los recursos del poder un carácter brutal y despiadado. Por el otro lado la inexistencia de la propiedad privada y de derechos hereditarios impedía que su dominación tuviera un carácter más firme y perdurable.

Trotsky pronosticó que el dominio burocrático avanzaba a la restauración del capitalismo, a la cual debía oponérsele la lucha por una revolución política que desplazara del poder a la casta que lo había usurpado, para restituirlo a la clase obrera organizada, su deliberación y gestión colectiva de los medios de producción. No estaba planteado modificar la base social de la URSS —la expropiación del capital—. Al revés, la expropiación de la burguesía era la condición para darle al proletariado, su organización y su intervención conciente, los medios para liderar la transformación de la sociedad, el resorte decisivo de todo el proceso revolucionario. Por eso mismo Trotsky se planteó siempre la defensa de la URSS frente a cualquier ataque externo del imperialismo capitalista cuyo objetivo sería, en cambio, y cualquiera fuera la excusa, restituir la propiedad privada de los medios de producción.

La Revolución Traicionada describe con rigor y minuciosidad única el proceso histórico que condujo a la burocratización del Estado, a la degeneración del partido bolchevique y de la política revolucionaria como consecuencia del aislamiento de la revolución, la pobreza de recursos del país, la disipación de las energías revolucionarias luego de la lucha implacable que, en condiciones tremendamente hostiles, debió librar en su momento la joven república de los soviets.

Trotsky, historia y política

Con este trabajo sobre la URSS, a veinte años de la revolución que lo había encontrado como protagonista decisivo, Trotsky culminaba un trabajo verdaderamente excepcional

de caracterización de los principales fenómenos políticos de la historia de la primera parte del siglo XX. Un trabajo que comenzó en su exilio con la monumental Historia de la Revolución Rusa y que continuó con el análisis del fascismo y la degeneración del primer estado obrero como expresiones de una época de descomposición de la sociedad capitalista y, al mismo tiempo, de impotencia de la clase cuyo interés histórico la impulsaba a abrir el curso de la transición a una nueva sociedad. El atraso de la revolución proletaria y la supervivencia de un capitalismo decadente incubarán las tendencias a una nueva hecatombe de alcance planetario, de una nueva guerra mundial, como expresión de una época de barbarie que se extendía en el tiempo.

Trotsky se había formado teórica y políticamente, como toda la vanguardia bolchevique, en la comprensión de la naturaleza de esa época, del lugar histórico de la guerra mundial, del papel insustituible de una política revolucionaria para enfrentar las contradicciones del momento y su materialización en el programa y la organización de la vanguardia proletaria como partido. Por eso mismo había comenzado su “oposición” cuando muy tempranamente, en los primeros años de la década del 20, Stalin comenzó a vaciar al partido bolchevique de todo tipo de vida propia, es decir, del debate interno como terreno de elaboración de la experiencia práctica de la parte más conciente y desarrollada del proletariado.

No se saltó ninguna etapa de la evolución del movimiento obrero y cuando la III se transformó en una loza contrarrevolucionaria lanzó el planteo de la IV Internacional, como partido mundial de la revolución. No pudo convencer a sus primeros aliados y tuvo que luchar contra sus propios seguidores. En 1938 la Conferencia de fundación de la IV Internacional votó un programa que resumirá la experiencia del movimiento histórico que el propio Trotsky había desarrollado en su vastísimo trabajo previo y que se concentrará en el Programa de Transición.

Era necesario recomenzar y Trotsky tomó nota inclusive de su profundo aislamiento:

Ninguna idea progresista ha surgido de ‘una base de masa’, si no, no sería progresista. Sólo a la larga va la idea al encuentro de las masas, siempre y cuando, desde luego, responda a las exigencias del desarrollo social. Todos los grandes movimientos han comenzado como ‘escombros’ de movimientos anteriores. Al principio, el cristianismo fue un ‘escombros’ del judaísmo. El protestantismo un ‘escombros’ del catolicismo, es decir, de la cristiandad degenerada. El grupo Marx-Engels surgió como un ‘escombros’ de la izquierda hegeliana. La Internacional Comunista fue preparada en plena guerra por los ‘escombros’ de la socialdemocracia internacional. Si esos iniciadores fueron capaces de crearse una base de masa, fue sólo porque no temieron al aislamiento. Sabían de antemano que la calidad de sus ideas se transformaría en cantidad. Esos ‘escombros’ no sufrían de anemia; al contrario, contenían en ellos la quintaesencia de los grandes movimientos históricos del mañana (Trotsky, 1938).

Sin la proclamación de la IV Internacional la asimilación política de la historia del movimiento obrero hubiera sido liquidada por el asesinato de Trotsky y las vicisitudes de la Segunda Guerra Mundial. Sin su fundación, la causa del socialismo hubiera sufrido un retroceso histórico. La IV Internacional, la batalla final e imprescindible de Trotsky, tendrá para siempre el enorme mérito histórico de haber pronosticado la vigencia de la revolución cuando se aceptaba su definitiva liquidación en una de las situaciones más dramáticas y trágicas del siglo XX. Vale la pena recordarlo cuando el capitalismo en este umbral del siglo XIX manifiesta su inevitable tendencia al derrumbe en la crisis de mayor alcance de su historia.

Referencias

- Trotsky, León (1931). *La clave de la situación está en Alemania*, 26 de noviembre. Buenos Aires: CEIP, 2008.
- Trotsky, León [G. Gourov] (1933a). “¿Partido Comunista Alemán o partido nuevo?”, 12 de marzo. Publicado en el *Boletín Internacional de la Oposición de Izquierda Internacional*, N° 2/3, abril.
- Trotsky, León (1933b). “Es necesario construir un nuevo partido comunista y una Internacional”, 15 de julio. Buenos Aires: CEIP, 2008.
- Trotsky, León (1937). “La lección de España, la última advertencia”, 17 de diciembre. Buenos Aires: CEIP, 2008.
- Trotsky, León (1938) “Arte y política en nuestra época”, junio.
- Van Heijenoort, Jean (1988). “Cómo fue concebida la IVª Internacional”, en *Prensa Obrera*, N° 238, 24 de agosto. Buenos Aires: Rumbos.

Además de los textos citados, para este trabajo hemos hecho uso —y abuso— de una vasta bibliografía entre los que se destacan:

- Broué, Pierre (1988). *Trotsky*. Paris: Fayard.
- Coggiola, Osvaldo (1990). *Trotsky Ontem e Hoje*, Belo Horizonte: Nosso Tempo.
- Deutscher, Isaac (1969). *Trotsky, el profeta desterrado*. México: Ediciones Era.
- Frank, Pierre (1973). *Historia de la IVª Internacional*. Buenos Aires: Cuadernos Rojos.
- Mandel, Ernest (1995). *Trotsky como alternativa*. Sao Paulo: Xama Editora.
- Marie, Jean-Jacques (2009). *Trotsky: revolucionario sin fronteras*. México: FCE.

La IV^a Internacional después de Trotsky. Su vigencia como historia

Matías Villar

Facultad de Filosofía y Letras -Universidad de Buenos Aires

matvillar@gmail.com

Resumen

La pertinencia de la proclamación de la IV^a Internacional, concretada en septiembre de 1938, fue eje de un debate político entre los adherentes al movimiento liderado por León Trotsky desde su exilio mexicano. El movimiento trotskista aparecía “contra la corriente” de un proceso histórico reaccionario. Fue, al mismo tiempo, la conclusión de la última batalla política librada por el revolucionario ruso antes de su asesinato y a la que, según sus propias palabras, calificaba como la “tarea más importante” de su vida. En el presente artículo, el primero de una serie que abordará la historia de la IV^a Internacional, examinaremos las circunstancias que rodearon su fundación formal. Nos detendremos, en particular, en un análisis del Programa de Transición y en el debate en torno a la caracterización de la URSS en las postrimerías de la Segunda Guerra Mundial.

Introducción

La proclamación de la IVª Internacional en septiembre de 1938 fue el resultado de varios años de lucha política al interior del movimiento que acompañaba a León Trotsky. De acuerdo con su programa fundacional, la IVª Internacional era la respuesta a “las más grandes derrotas que el proletariado registra en su historia”. En septiembre de 1938 el mundo se encontraba en vísperas de la Segunda Guerra Mundial: la barbarie nazi-fascista se enseñoreaba en el centro de Europa, mientras que por otro lado, el stalinismo culminaba con la masacre en masa de disidentes y opositores (procesos de Moscú) luego de haber traicionado la revolución en Francia y España.

La IVª Internacional nacía “contra la corriente” de ese escenario, proponiéndose el objetivo de mantener la continuidad histórica del bolchevismo (apropiado –y traicionado– por el stalinismo) construyendo un partido internacional, un programa y una orientación política que le permitieran intervenir en un próximo período revolucionario. Desde su exilio en México, Trotsky afirmaba en su diario en 1935, que poner en pie esta organización era, junto a la lucha contra Stalin, probablemente la tarea “más importante de mi vida, más importante que el período de la guerra civil o cualquier otro” (Deutscher, 1969: 231). Era el único dirigente revolucionario del Octubre Ruso que había sobrevivido primero, a la traición de la socialdemocracia, y después a las purgas, asesinatos y degeneración del stalinismo. Cargaba consigo, y en soledad, la responsabilidad “indelegable” de la continuidad física, intelectual y espiritual de una generación revolucionaria.

Frente a semejante contexto, ¿era pertinente la fundación de una pequeña organización de revolucionarios que se enfrentara simultáneamente al imperialismo, al fascismo y al stalinismo? ¿Era posible semejante empresa para una serie de militantes revolucionarios perseguidos y exiliados? Ante la inminencia de una nueva guerra imperialista, ¿cuál debía ser la actitud a adoptar frente a la URSS? ¿Seguía siendo, a pesar de la “burocracia anticomunista” que asesinaba trotskistas y revolucionarios, que ocupaba territorios a fuerza de tanques y espadas, un “estado obrero”? Habiendo nacido débil y “contra la corriente”, ¿en qué fundaba Trotsky tanto “optimismo” respecto que la IVª Internacional pudiera jugar un papel en un futuro proceso revolucionario? ¿Cuál debía ser el programa adecuado para intervenir entre las masas en este escenario inédito de catástrofe social?

Estos interrogantes dominaron los debates de quienes, con Trotsky, fundaban la IVª Internacional. Muchos de ellos condujeron a rupturas y escisiones dentro del pequeño reagrupamiento, tanto en el período anterior como en el posterior a su fundación; la mayoría de ellos entre los miembros de su dirección internacional. Con el presente trabajo, que forma parte de una elaboración más importante dedicada a estudiar la historia de la IVª Internacional, nos proponemos analizar cómo, dentro de las circunstancias políticas e históricas que rodearon los primeros dos años de la organización, fueron abordados estos interrogantes y en definitiva demostrar los elementos que sostenían –y sostienen– no sólo la pertinencia de la fundación de la IVª Internacional sino también su vigencia histórica. Junto con ello explorar la producción teórica y metodológica expuesta que, en estos primeros años, correspondió fundamentalmente a Trotsky, frente a cada uno de estos debates que, de una manera u otra, tendrán su continuidad en las polémicas que con el correr de los años se desarrollarán en el interior del movimiento que se

reivindicó trotskista luego del asesinato del líder ruso.

El Congreso fundacional

La Conferencia que fundó la IVª Internacional se reunió el 3 de septiembre de 1938 en Périgny, una aldea de las afueras de París. De la misma participaron veintidós representantes de organizaciones de once países: Estados Unidos, Francia, Gran Bretaña, Alemania, Italia, Polonia, Bélgica, Holanda, Grecia, la URSS y un delegado brasilero que lo hacía en nombre de las secciones latinoamericanas.¹ No participaron, por diversas circunstancias, representantes de una veintena de países más en los que se registraban militantes o simpatizantes: México, Cuba, Argentina, Chile, China, Indochina, Sudáfrica, Australia, España, Austria, Checoslovaquia, Dinamarca, Canadá, Suiza, Yugoslavia, Palestina e India, entre otros. Tampoco pudo asistir León Trotsky, responsable de los principales documentos a discutir, debido a su reciente exilio en México. La conferencia lo votará como miembro honorario y secreto –bajo el seudónimo de Crux– del Comité Ejecutivo Internacional (CEI).

La Conferencia se reunió en condiciones de clandestinidad y por seguridad sesionó, en reunión plenaria, durante un solo día sin interrupción. Se buscaba evitar así al servicio secreto stalinista (NKVD) que había asesinado en los últimos años a importantes dirigentes y militantes que adherían a la IVª en todo el mundo. Tan solo un par de semanas antes había aparecido descuartizado, en París, el cadáver de Rudolf Klement, secretario administrativo del movimiento y uno de los principales organizadores del encuentro. Con él había desaparecido importante documentación destinada al mismo. A comienzos de año había sido asesinado también uno de los dirigentes más importantes del movimiento: León Sedov, el hijo de Trotsky. Previamente habían sido ejecutados, entre otros, Erwin Wolf e Ignace Reiss.

Durante toda la década del 30 habían sido perseguidos, asesinados y encarcelados miles de militantes y dirigentes que adherían a la Oposición de Izquierda tanto en la URSS como en otros países del mundo. La IVª Internacional, aún antes de nacer formalmente, era, probablemente, la organización política más perseguida del planeta. Los dispositivos de seguridad, sin embargo, no pudieron impedir la presencia, como infiltrado, del agente stalinista Mark Zborowski, alias Etienne, que intervino como representante de la sección rusa (Deutscher, 1969: 379).

En estas condiciones la Conferencia discutió documentos que habían sido preparados con varios meses de anticipación. El extenso temario iba desde la situación en España (en las postrimerías de la revolución y la guerra civil) a la URSS, pasando por la guerra mundial en ciernes, la situación en Francia y el extremo oriente (apoyando a China en su guerra contra el Japón), las colonias y América Latina. Junto con esto abordaba los problemas de las secciones y los estatutos.

Pero la Conferencia, como señalaba uno de los documentos redactados por Rudolf Klement, había sido convocada con un objetivo central:

Que aquellos que luchan a través del mundo por el programa bolchevique de la IVª Internacional

construyan, consoliden, amplíen su organización internacional, adopten reglas comunes de conducta sobre la base de su programa común, apliquen en el plano nacional e internacional el centralismo democrático (Klement, 1988 [1938]).

Su propósito fundamental era, entonces, proclamar la fundación efectiva, como partido centralizado mundial, de la IVª Internacional. Tres delegados votaron contra esta moción.² Los dos de la sección polaca –en la que militaba Isaac Deutscher, futuro biógrafo de Trotsky– planteaban que su fundación era inoportuna por la coyuntura histórica y su carácter “minoritario”. Sostenían que, de acuerdo con el informe introducido por Pierre Naville, si bien la futura Internacional tenía una actividad regular en veintisiete países, era muy pequeña, con poca influencia en el movimiento de masas y sumadas todas las secciones contaban con pocos miles de militantes en todo el globo.

Similares argumentos habían esgrimido previamente un pequeño número de militantes de los Países Bajos (dirigidos por George Vereecken y Henricus Sneevliet) y de franceses que no participaron de la Conferencia por no estar de acuerdo con una proclama que juzgaban “artificial” y “prematura” en relación a las organizaciones previas que, decían, estaban sostenidas por una base de masas. Una posición similar tenía el español Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM) que, pese a las diferencias políticas que arrastraban desde hacia un tiempo en torno a la caracterización de la Revolución Española y el Frente Popular, había sido invitado en carácter de observador pero tampoco participó.³

Mendel (Stockfish), uno de los delegados polacos, lo ponía en los siguientes términos:

El futuro de la humanidad depende de la IVª. No debemos crear una ficción. A pesar de la represión la crisis del capitalismo plantea la cuestión de la revolución proletaria. Es el proletariado el que debe crear la IVª Internacional. Debemos iluminar a los trabajadores y preparar el movimiento. Si nos quedamos como un grupo de propaganda, los trabajadores no pondrán expectativas en nosotros, pero si somos una organización, los trabajadores nos exigirán liderazgo y no seremos capaces de guiarlos y se sentirán decepcionados. La Iª Internacional se basó en las fuerzas del proletariado francés e inglés. La IIª en las fuerzas del proletariado alemán. La IIIª en el de las fuerzas rusas, balcánicas, polacas y alemanas. Mientras la IVª no cuente con partidos de masa no podrá ser proclamada (Bensaïd, 1988: 44).

La lucha contra esta postura y la defensa del objetivo convocante fue liderada fundamentalmente por dos dirigentes: el mencionado Naville y Max Shachtman, que fue el encargado de presidir el encuentro. El planteo de los polacos, argumentaban, no se sostenía en la realidad ya que también las anteriores organizaciones habían nacido en períodos de reacción política. El momento actual exigía una organización política internacional revolucionaria que agrupase y delimitase fueran cuales fuesen las fuerzas. De acuerdo a los registros del Congreso Naville planteó:

Estos argumentos son históricos, no políticos. En vez de presentar analogías de las sucesivas internacionales, es necesario ver la situación concreta en toda su originalidad. La Iª Internacional nació de la nada, el proletariado se afirmó como clase: eso fue todo. No dirigió ninguna lucha, se mezcló con movimientos pequeño burgueses. La IIª se ligó a los aparatos del Estado, no tenía competencia, no se consideraba continuidad de la Iª. La IIIª no consiguió acabar con la IIª y viró también en un apéndice de un Estado. Esta situación de hecho es única: es necesario analizarla como tal. Estamos

definidos a escala nacional, con partidos, secciones, ligas, etcétera. Debemos definirnos, también, a escala internacional, tener una organización delimitada y no un campo de maniobras para corrientes confusas. Serán miembros de la IVª los que acepten su programa, sus estatutos y sus decisiones. No es la Internacional “definitiva” porque ninguna es definitiva. No proclamamos la Internacional victoriosa: queremos una figura nítida para preparar las mejores condiciones para la lucha.

Las Internacionales no son cuadros fijos: son organizaciones de lucha. Su forma corresponde a su misión en un estadio determinado. La nuestra, en la actual situación mundial, consiste en acabar con las confusiones, facilitando así un agrupamiento a nuestro alrededor (Coggiola, 1990: 53).

La perspectiva de una dirección de masas y el cuadro político eran suficiente justificación para no postergar más una decisión que sólo podría conducir al diletantismo y a la adaptación frente a la adversidad. La decisión llevaba ya varios años y no podía seguir siendo postergada nuevamente. Como señala Frank, en la conferencia anterior, la de 1936 –también celebrada en Francia– la moción de Trotsky de proclamar la constitución de la IVª Internacional no fue aceptada y por ello se constituyó como “Movimiento por la IVª Internacional” (Frank, 1973: 48).

Aún así Trotsky remarcó en repetidas ocasiones contra la tendencia a hacer de la fundación de la IVª Internacional un fetiche: el programa fundacional advertía que ella ya “existe y lucha” desde hacía varios años. La Conferencia que la proclamaba no consideraba con ello la tarea cumplida: si una serie de circunstancias políticas había demorado la proclamación formal en el pasado, otras tantas la hacían en ese momento impostergable (Rieznik, 2010). Pero, por sobre todo, lo que guiaba la necesidad de la proclamación efectiva era una convicción arañada del cuño leninista clásico: la guerra conduciría a nuevas revoluciones. Así como la guerra de 1914 fue el anticipo de la revolución rusa de 1917, una guerra con las características y dimensiones de las que se avecinaba exigía que el proletariado tuviera una referencia política (como fueron Lenin y los bolcheviques), aunque esta sólo consistiera en un programa y contara con un esbozo de organización que actuaran como punto de partida. Este era el argumento que Trotsky había defendido en los debates previos a la conferencia y en el propio documento central puesto en debate.

La IVª Internacional se formaba en el período más agudo de la reacción y crisis de la vanguardia. Ése era su sentido histórico: superar la premisa de que “la crisis actual de la civilización humana es la crisis de la dirección proletaria”. Las viejas direcciones del movimiento obrero, la IIª y IIIª Internacionales, afirmaba Trotsky, habían sido las principales responsables de esas derrotas porque hacia muchos años que habían abandonado el barco de la revolución para pasar a defender intereses ajenos a la clase obrera: unos a la sombra de la burguesía, otros de la burocracia enquistada en el Kremlin.

Trotsky era conciente de la heterogeneidad política, juventud e inexperiencia del movimiento y consideraba que su mayor virtud –el nadar contracorriente en tiempos de chauvinismo y stalinismo– era su mayor defecto: muy pocas secciones tenían alguna implantación de masas en sus países y la mayoría de sus dirigentes provenían de la pequeña burguesía. Muchos de ellos, producto de exilios, eran extranjeros en sus países de residencia (Trotsky, 1939a).⁴ Justamente por eso, en su etapa previa, en España, Francia, Estados Unidos, por ejemplo, la IVª había estado empeñada en la conformación de partidos de combate que intervinieran en la lucha de clases. Esa tarea había traído,

hasta entonces pocos resultados, no estaba concluida y era parte de los objetivos de la organización.

Pero, como señala Broué, Trotsky estaba también convencido que la IVª estaba más preparada que los bolcheviques frente a la Primera Guerra Mundial:

La diferencia entre la primera y segunda guerra está, para él, tanto en la situación objetiva, el agravamiento del estancamiento del imperialismo, como en la experiencia mundial acumulada por la clase obrera. Junto a estos factores, los sufrimientos y las miserias de la guerra ponían a la orden del día la toma del poder por el proletariado (Broué, 2000).

Por otro lado llegaban a ella con un programa político que había asimilado teóricamente el significado de grandes derrotas y experiencias pasadas, y por lo tanto mucho más sólido que el de los revolucionarios en 1914. Este programa era el corazón del congreso fundacional.

El Programa de Transición

La tesis central del Congreso de fundación era un documento de Trotsky titulado “La agonía mortal del capitalismo y las tareas de la IVª Internacional”, mejor conocido como el *Programa de transición*. Era una síntesis, adaptada a la nueva situación mundial, de las elaboraciones revolucionarias previas, en especial de los primeros cuatro congresos de la IIIª Internacional, respecto de la bancarrota del capitalismo (Hansen, 1978). Recogía la experiencia de los años de lucha de la Oposición de Izquierda contra la burocracia y respecto a la naturaleza de la URSS (Rieznik, 2010) (Roldán, 1988).

El punto de partida era la caracterización de que esta internacional revolucionaria debía actuar en la época de un capitalismo en descomposición, incapaz de ofrecer reformas sociales sistemáticas o de elevar el nivel de vida de las masas. Cualquier reivindicación real del proletariado, o aún de las capas oprimidas, conduce inevitablemente a la movilización política contra el estado, que se erige en garante de la propiedad privada y de la subsistencia del régimen social a través de privaciones y sufrimientos cada vez mayores sobre las masas.

El eje del Programa de transición está en señalar la contradicción que existe entre las condiciones objetivas de la revolución y la falta de madurez del proletariado y su vanguardia. La madurez de unas se medía por el grado, cada vez mayor, de internacionalización de las fuerzas productivas y el refuerzo simultáneo de las fronteras nacionales, contradicción que tornaba obsoletos simultáneamente tanto al estado capitalista como a la utopía stalinista del “socialismo en un solo país”. La inmadurez de las otras, por la demora y las derrotas de la revolución mundial frente al imperialismo y la burocracia (Coggiola, 2008: 180).

Para superar este obstáculo se proponía un “sistema de reivindicaciones transitorias” que sirvieran de “puente” entre “las reivindicaciones y la conciencia actual de amplias capas de la clase obrera que conduzca invariablemente a una sola y misma dirección: la conquista del poder por el proletariado”. Superaba de este modo la oposición entre el

programa reformista “mínimo” y el socialista “máximo” formulado por las corrientes de la socialdemocracia y el stalinismo. Roldán advierte sobre la necesidad de tomar las reivindicaciones transitorias en torno a un puente hacia un objetivo estratégico:

Las reivindicaciones del Programa no constituyen un compendio de reclamos aislados para ejercer una ‘presión’ determinada sobre los gobiernos burgueses o sobre los gobiernos burgueses ‘progresistas’ [...] No cabe calificar al Programa como un programa de acción, bien que todo él es un llamado poderoso a la acción revolucionaria. Su carácter de ‘transición’ estaba determinado por su método político, que se propone elevar la conciencia de las masas, desarrollar al máximo nivel posible su independencia de clase y con esto prepararlas activamente para la toma del poder. De esto se desprende que las consignas del ‘sistema de reivindicaciones transitorias’ no pueden ser tomadas aisladamente del movimiento de lucha real de la clase obrera, de su condición real de ‘puente’ o ‘transición’ a la revolución socialista (Roldán, 1988: 10).

De acuerdo con Roldán, ése fue el error en el que cayeron algunas de las corrientes y dirigentes. Cita, por ejemplo, un trabajo del griego Michel Raptis (Pablo) que en su folleto “la IVª Internacional, historia de sus ideas y sus luchas” (1958) señalaba como una demostración del éxito del Programa de Transición que “algunas de sus consignas (formen) parte hoy del programa oficial de varios organismos como la AFL-CIO en Estados Unidos, la COB boliviana y la CUT chilena”. O al francés Pierre Frank, cuando señalaba que “el Programa de Transición verifica su validez, particularmente en el período posterior a la guerra, cuando las organizaciones tradicionales se vieron obligadas por las circunstancias a adoptar una parte de las consignas que en él figuraban” (1973: 52). Cuando las organizaciones tradicionales y sus direcciones burocráticas, dice Roldán, utilizan algunos de los reclamos extraídos del sistema de reivindicaciones transitorias, lo hacen “no para ayudar a las masas a independizarse de la burguesía, sino para estrangular su movilización en el cuadro de la defensa del Estado burgués”.

Es en este punto en el que se encuentra otro de los ejes del documento: la consigna de “gobierno obrero y campesino” como consigna de poder en el período de transición. Como veremos en próximos trabajos, se trató de una consigna que fue materia de polémicas importantes dentro del movimiento trotskista mundial, a la hora de apreciar la naturaleza de la consigna y la precisión –o no– en la caracterización de un conjunto de fenómenos políticos y revoluciones en distintas partes del globo en el período de posguerra (China, Cuba, Argelia, Vietnam).

Según el *Programa de transición* el “gobierno obrero y campesino” debía ser el norte político al que apuntarían todas las consignas y reivindicaciones: “los obreros deben romper con todos los partidos tradicionales de la burguesía para establecer en común con los campesinos su propio poder”. Dice:

La fórmula de ‘gobierno obrero y campesino’ aparecida por primera vez en 1917 en la agitación de los bolcheviques fue definitivamente admitida después de la insurrección de Octubre. No representaba, en este caso más que una denominación popular de la dictadura del proletariado, ya establecida [...] La consigna de ‘gobierno obrero y campesino’ es empleada por nosotros, únicamente, en el sentido que tenía en 1917 en boca de los bolcheviques, es decir, como una consigna antiburguesa y anticapitalista, pero en ningún modo en el sentido ‘democrático’ que posteriormente le han dado los epígonos, haciendo de ella, que era un puente hacia la revolución, la principal barrera en su camino (Trotsky, 1983 [1938]: 46-48).

La consigna era una consecuencia “inevitable de toda táctica de frente único”. El reclamo de que las viejas direcciones (sindicales y políticas) que se apoyan en los obreros y campesinos rompan políticamente con la burguesía y luchen por un gobierno obrero tenía, sobre todo, una función educativa: por un lado, se buscaba mostrar a las masas la incapacidad y la traición de su vieja dirección y por el otro, un llamado a los trabajadores que siguen a esas direcciones a luchar por el poder.

En línea con los planteos de los primeros congresos de la Internacional Comunista, el *Programa de transición* concibe a esta consigna como un puente hacia la dictadura del proletariado y no como una etapa intermedia entre ella y la dictadura de la burguesía. En su cuarto congreso de 1922 la IIIª Internacional había aprobado unas tesis en las que, refiriéndose específicamente al “gobierno obrero”, advertían “no perder de vista que si todo gobierno burgués es al mismo tiempo un gobierno capitalista, no es cierto que todo gobierno obrero sea un gobierno verdaderamente proletario, es decir un instrumento revolucionario de poder del proletariado” (“Resolución Sobre Táctica”). Para la IIIª Internacional, los comunistas debían denunciar, por ejemplo, a los gobiernos “socialdemócratas” u “obrero-liberales” como “falsos gobiernos obreros” puesto que en el “período de declinación del capitalismo [...] estos gobiernos, objetivamente, pueden contribuir a precipitar el proceso de descomposición del régimen burgués”. La política del Frente Popular impulsada por el stalinismo en España y Francia (y anteriormente en China) había sido una negación de plano a los propios principios del comunismo.

En las conversaciones que Trotsky sostuvo con dirigentes del SWP en el período de elaboración del programa, subrayó en repetidas ocasiones que en la perspectiva de la IVª Internacional la consigna del gobierno obrero y campesino debía ser entendida en un “sentido revolucionario” que conduzca a la dictadura del proletariado. Esta es la perspectiva que rescata Jorge Altamira al definir brevemente la naturaleza del método encarado por la IVª Internacional:

El Programa de Transición señala las reivindicaciones cotidianas (esto es lo fundamental) que permiten a la clase obrera oponerse a las exigencias de sacrificios del capital y oponer medidas de salida a la crisis a cada una de estas exigencias. Arma al proletariado, en primer lugar, para una lucha diaria, frente a conflictos parciales, para toda ocasión de enfrentamiento. Pero, a diferencia del reformismo vulgar, señala el camino a seguir ante la resistencia inevitable del capital ante cada una de las reivindicaciones obreras; o sea que al método para abordar la crisis desde el punto de vista de las masas, le suma, en íntima relación, el método para quebrar la resistencia del capital a los reclamos y movilizaciones de los explotados en cada circunstancia de la lucha. Es a partir del desarrollo de esta experiencia que hace emerger la necesidad de la lucha por el poder. Con el mismo procedimiento convoca a todas las organizaciones en lucha a pelear por el poder –a constituir un gobierno obrero y campesino, un gobierno de trabajadores, que realice las reivindicaciones que fueron desarrolladas en el curso de la lucha. Frente a estas organizaciones, el programa presenta a los partidos de la IV Internacional como los consecuentes en la comprensión del objetivo general: el establecimiento de la dictadura del proletariado (este es el sentido que para la IV Internacional tiene el gobierno de la clase obrera) para quebrar definitivamente a la dictadura del capital y al capitalismo (Altamira, 2010: 14).

El método político y la caracterización de la etapa daban el carácter de transición que la intervención política debía traducir en el desarrollo de la organización y en la perspectiva de la revolución. El documento hacía una caracterización amplia de toda una época histórica de la humanidad que se encontraba frente a una “crisis histórica”. Dependía

“del proletariado, es decir, en primer lugar, de su vanguardia revolucionaria” evitar que el conjunto de la civilización humana fuera arrastrada a la catástrofe. Ni la política del *new deal* de Roosevelt ni la del Frente Popular de Francia abrían una perspectiva al impasse económico, cuya crisis de la década del '30 era la manifestación de un período de agotamiento de un régimen social que había dado todo de sí. La guerra no era más que la manifestación de que “las condiciones objetivas de la revolución proletaria no solo están maduras sino que han empezado a descomponerse”. El documento concluía señalando que frente a la crisis de la dirección proletaria y la traición de sus direcciones tradicionales:

... los obreros revolucionarios agrupados en torno a la IVª Internacional señalan a su clase el camino para salir de la crisis. Le proponen un programa basado en la experiencia internacional del proletariado y de todos los oprimidos en general, le propone una bandera sin mácula (Trotsky, 1983 [1938]: 72).

La Conferencia votó, además, un Manifiesto de Fundación dirigido “A los trabajadores del mundo entero” en el que llamaba a luchar contra la guerra con las banderas del internacionalismo proletario, tomando como punto de partida la defensa de las conquistas de la URSS no sólo contra la agresión imperialista sino también de la propia “burocracia anticomunista”.

El Congreso, finalmente, votó un Comité Ejecutivo Internacional (CEI) compuesto, entre otros, por Max Shachtman, Mario Pedrosa, Cyril R. James, Jan Frankel, James P. Cannon, Sam Gordon, Albert Goldman, Oskar Fischer y León Trotsky. Los cuatro primeros serían responsables de un efímero Secretariado Internacional (SI) que se constituirá más adelante en una reunión celebrada en Nueva York en septiembre de 1939.

Hitler, Stalin y la URSS

Los análisis y orientaciones de Trotsky de este período están, como dice Tulio Vigevani, guiados por tres premisas fundamentales: la absoluta confianza en que la revolución y el proletariado serán la respuesta a la catástrofe de la guerra; la defensa incondicional de la URSS frente a los ataques de los imperialismos democráticos y fascistas (combinándola con una lucha contra la burocracia); y la caracterización (como en 1914) de que al ser todos los campos imperialistas igualmente reaccionarios, los revolucionarios de esos países debían intervenir con un programa independiente practicando el “derrotismo revolucionario” contra sus respectivos ejércitos y estados. (Vigevani, 1994)

Esta orientación ya se había definido, tempranamente, en las tesis “La guerra y la IVª Internacional” redactadas por Trotsky y adoptadas por el Secretariado Internacional en mayo de 1934 (Trotsky, 1934). La IVª Internacional se proponía ser “el partido mundial de la revolución socialista” con el objetivo de formar una vanguardia revolucionaria que atravesara la inminente guerra mundial armada de un programa que no sólo preparara a la clase obrera frente a la perspectiva revolucionaria mundial que iba a engendrar esa guerra, sino también para intervenir en un período posterior de guerras y revoluciones que necesariamente debía surgir como resultado del fin del retroceso del proletariado mundial y de la crisis y descomposición del capitalismo y sus estados. (Altamira, 1988)

Apenas veinticinco días después de la fundación de la IVª Internacional, fracasó en Francia una huelga general que convertirá en definitiva la derrota obrera. A partir de entonces comenzará un ciclo reaccionario que llevará al poder al fascista mariscal Petain, futuro colaborador de Hitler. La derrota del proletariado francés, sumada a la del español, abría definitivamente el curso de la guerra.

Por esas fechas se celebraba en Munich una conferencia en la que se firmará un acuerdo, como garantía de paz, entre los gobiernos de Alemania e Italia y los de Francia y Reino Unido. El acuerdo, luego de la invasión nazi a Checoslovaquia, autorizaba a Alemania la anexión de la región de los Sudetes. Los países capitalistas aceptaban -y utilizaban- el expansionismo fascista como fuerza de choque contra el estado obrero.

Trotsky señaló, entonces, un premonitorio pronóstico en un artículo titulado “Después del colapso de Checoslovaquia Stalin buscará un acuerdo con Hitler” (Trotsky, 1938a). Menos de un año después, el 23 de agosto de 1939, Alemania firmaba un pacto de no agresión con la URSS y días más tarde invadía Polonia dando comienzo, ahora definitivamente, a la Segunda Guerra Mundial. Poco después las tropas rusas ocuparían, por oriente, lo que quedaba de ese país.

El acuerdo produjo un rechazo inmediato de muchos militantes e intelectuales de izquierda que no entendían la maniobra y el viraje de Moscú. Trotsky, en cambio, no se mostró sorprendido y en un artículo de principios de septiembre reiteró que él venía hace años pronosticando ese acuerdo. Frente a las justificaciones que hacían otros, Trotsky explicaba que no negaba la necesidad, bajo determinadas circunstancias y coyunturas, de que la URSS realizara alianzas y acuerdos con una o varias potencias imperialistas siempre y cuando, aclaraba, no se embelleciera a estas potencias y se mantuviera una política proletaria independiente. Esa había sido la política que había guiado al gobierno bolchevique hasta 1923. Pero este pacto, como todos los anteriores firmados por Stalin, buscaba todo lo contrario. Para Trotsky:

[La burocracia soviética] sólo es capaz de llegar a acuerdos en función de los intereses de la camarilla gobernante del Kremlin y en detrimento de los intereses de la clase obrera internacional. Los acuerdos entre el Kremlin y las ‘democracias’ significaron para las respectivas secciones de la Internacional Comunista la renuncia a la lucha de clases, el estrangulamiento de las organizaciones revolucionarias, el apoyo al social-patriotismo y, en consecuencia, la destrucción de la revolución española y el sabotaje a la lucha de clases del proletariado francés” (Trotsky, 1939a).

La burocracia se movía empíricamente en pos de acomodarse y evitar a toda costa el conflicto bélico. Ahora era Hitler “quien necesitaba de la ‘neutralidad’ amistosa de la URSS, además de las materias primas soviéticas, para invadir Polonia y entablar la guerra con Inglaterra y Francia [...] El pacto germano-soviético es una capitulación de Stalin ante el imperialismo fascista con el fin de resguardar a la oligarquía soviética” (Trotsky, 1939b).

Para Trotsky el acuerdo no solo desarmaba políticamente a la URSS sino que provocaba confusión en las filas obreras del mundo. La URSS estaba ya desarmada militarmente desde 1937 cuando Stalin había fusilado, en el marco de los “Juicios de Moscú”, a la plana mayor del Ejército Rojo, acusada, precisamente, de “espionaje nazi”.v La sumisión a Hitler probaba que la burocracia ya no tenía capacidad de pensar en el futuro: el

cronograma hitlerista estaba dictado desde mucho tiempo antes y luego de Polonia continuaría en una ofensiva sobre la propia URSS (algo que finalmente se concretaría en junio de 1941).

Un año antes, en el *Programa de transición*, se había adelantado que ante la amenaza de la guerra cuál sería la política de las Internacionales Obreras:

...la IIª Internacional repite su política de traición de 1914 con tanta mayor convicción cuanto que la Internacional Comunista desempeña ahora el papel de primer violín del patrioterismo [...] La lucha revolucionaria contra la guerra recae así enteramente sobre los hombros de la IVª Internacional (Trotsky, 1983 [1938]: 39).

El Pacto Hitler-Stalin, también conocido como Ribbentrop-Molotov, causó un gran impacto a nivel mundial, en particular en sectores de la pequeña burguesía norteamericana, y abrió la primer gran crisis de la IVª Internacional. Una fracción del Socialist Workers Party norteamericano (SWP) y varios dirigentes del Comité Ejecutivo Internacional, encabezados por James Burnham y Max Shachtman, comenzaron a calificar, en una serie de documentos y artículos, a la conducta de la URSS como “imperialista” luego de la invasión a Polonia, primero, y Finlandia, después y a plantear que, por lo tanto, había que dejar de defenderla (una posición que se conocerá como “antidefensista”). Con esto, decían, la URSS dejaba de ser un “estado obrero degenerado” para convertirse en una nueva forma de opresión clasista de tipo burocrática. Estas posiciones estaban inspiradas en los argumentos teóricos de Bruno Rizzi, un italiano exiliado en Francia que se había acercado a los círculos trotskistas y que había hecho suya la categoría de “colectivismo burocrático” igualando los regímenes fascistas con la URSS.

Trotsky decidió intervenir en el debate porque percibía que, de expandirse, estas posiciones que calificaba como “pequeño burguesas” podían quebrar la organización. Algunos de estos artículos y cartas fueron, un tiempo después, recopilados en un libro bajo el título *En Defensa del Marxismo*. Allí volvió sobre la naturaleza histórica y contradictoria de la URSS que ya había expuesto con detenimiento en *La Revolución Traicionada* publicado pocos años antes.

La burocracia soviética, insistía Trotsky, no es una clase social: es una casta engendrada por circunstancias históricas particulares, que tiene intereses hostiles a los de la clase obrera pero que no llegó aún a destruir las bases económicas del estado obrero (nacionalización de la tierra y la industria, monopolio del comercio exterior, economía planificada). La contradicción entre las bases sociales obreras asentadas por la revolución y el carácter de la burocracia emergida de la degeneración de la revolución es un hecho histórico y, a su vez, una fuerza motriz. Terminar con esas bases sociales, y recuperar a la URSS para el circuito capitalista mundial, es un objetivo histórico del imperialismo, cualquiera sea su color. La lucha por la “defensa incondicional de la URSS” es contra cualquier ataque político o militar imperialista y contra la propia política de la burocracia. En la defensa de la URSS, agregaba, no sólo se defiende una conquista histórica vigente sino que se defiende a una revolución internacional encerrada, momentáneamente, en fronteras nacionales. (Trotsky, 1975 [1942])

Respecto a las invasiones a Polonia y Finlandia señalaba las diferentes opciones y sus consecuencias. En Polonia, por ejemplo, Trotsky planteaba la posibilidad de que la buro-

cracia se limitase a controlar el estado sin tocar a la burguesía. Pero creía que era mucho más probable que la burocracia la expropiase. No por una vocación programática ni socialista, sino por la “incapacidad” de compartir poder y privilegios. Estas expropiaciones tendrían un carácter contradictorio: si bien revolucionarias eran llevadas a cabo por métodos burocráticos militares. Frente a ello, afirmaba que:

Nuestro criterio político primordial no es el cambio de las relaciones de propiedad en tal o cual área, por muy importante que sea, sino el cambio en la conciencia y organización del proletariado mundial, el afianzamiento de su capacidad para defender sus conquistas y proponerse nuevas. Desde este punto de vista, los políticos de Moscú, en conjunto, constituyen el principal obstáculo para la revolución mundial (Trotsky, 1939c).

La invasión a Finlandia tenía un carácter similar. Para Trotsky se podría justificar en dos sólidos argumentos: por un lado, porque al ser el gobierno finlandés un agente del imperialismo norteamericano e inglés, la URSS se defendía de una posible agresión; por el otro, porque inmediatamente luego de la invasión, el Ejército Rojo expropiaba a la burguesía. El problema, agregaba, es que esta invasión se hacía, como con Polonia, con métodos bárbaros y burocráticos que despertaban el rechazo de los trabajadores. Por lo tanto, aunque trajera ventajas militares inmediatas, estratégicamente socavaba la defensa real de la URSS. La IVª se pronunciaba, entonces, por el derrotismo revolucionario en Finlandia, por la defensa de la URSS, al tiempo que reclamaba la independencia de la Finlandia soviética contra una anexión burocrático-militar.

En su debate, Trotsky buscaba aislar lo que llamaba las posiciones “pequeño burguesas” y “anti-marxistas” (que identificaba fundamentalmente con James Burnham y Martin Abern) del resto de la minoría del SWP para evitar que se fueran del partido (Broué, 1988). Sin embargo, la lucha faccional culminó, luego de un año de debate, con la ruptura de los mencionados junto a Max Shachtman y, aproximadamente, un cuarenta por ciento del SWP; la mayoría de la juventud de la sección francesa y la disolución de hecho del Comité Ejecutivo Internacional, ya que la mayoría de ellos integraban la fracción –además de Shachtman: Mario Pedrosa, Jan Frankel y Cyril LR James, entre otros-. Shachtman fundó un efímero Worker’s Party (WP) que se mantuvo durante algunos años en los márgenes de la IVª Internacional, y que en 1949 se transformó en Internacional Socialist League (ISL) para más adelante ingresar al Partido Socialista norteamericano.

Tras la escisión se resolvió convocar una Conferencia de Emergencia de la IVª Internacional para discutir la situación política, las tareas a seguir y elegir una nueva dirección política. A principios de mayo los nazis habían invadido, en una nueva escalada, Francia, Holanda y Bélgica, cambiando el cuadro político general. La Conferencia, que se reunió en Nueva York del 19 al 26 mayo de 1940, fue la última en vida de Trotsky. De su pluma salió el Manifiesto sobre la guerra imperialista y la revolución proletaria mundial, el principal de los documentos adoptados por la Conferencia. Escrito cuando ya la guerra tenía varios meses de desarrollo, puede ser considerado por la complejidad y cantidad de temas que aborda como una actualización del Programa de Transición frente al nuevo escenario. De un análisis del mismo, así como de de la actuación de las organizaciones y militantes de la IVª Internacional en la guerra nos ocuparemos en un próximo trabajo.

Notas

1 Los delegados presentes en la Conferencia fueron los norteamericanos Max Shatchman, James P. Cannon y Nathan Gould; los franceses Pierre Naville, Joannès Bardin, Yvan Craipeau, Marcel Hic, David Rousset y Jean Rous; los belgas León Leoil y Walter Dauge; los británicos Cyril RL James, Hilary Sumner Boyd y Denzil Harber; los alemanes Josef Weber y Otto Schüssler; los griegos Giorgios Vitsoris y Michel Raptis; los polacos Herschl Mendel y Stefan Lamed; el italiano Pietro Tresso; el brasilero Mario Pedrosa y el ruso Mark Zborowski. Los austríacos Georg Scheuer y Karl Fischer no fueron, finalmente, admitidos como delegados.

2 De acuerdo con un dirigente del POUM, Wilebaldo Solano, la no participación en el encuentro de París se debió a un boicot del infiltrado agente stalinista Zborowsky que era el encargado de “encontrarse” con Narcis Molins i Fàbrega, el delegado de este partido en París. Solano (1989) afirma que hubieran participado pese a que “el POUM, naturalmente, no pensaba incorporarse a la IVª Internacional porque tenía otra perspectiva y estimaba que era prematuro crear una nueva Internacional. Pero colaboraba con todas las fuerzas socialistas y comunistas independientes del Kremlin y, en aquel momento, tenía especial interés en contar con todos los concursos posibles para hacer frente a la represión estalinista en España y a sus lamentables consecuencias en la lucha militar contra el franquismo. De ahí que, pese a los ataques de que había sido objeto por Trotsky y ciertos militantes trotskistas, decidiera asistir como observador a la Conferencia de la IVª Internacional”.

3 De acuerdo con un dirigente del POUM, Wilebaldo Solano, la no participación en el encuentro de París se debió a un boicot del infiltrado agente stalinista Zborowsky que era el encargado de “encontrarse” con Narcis Molins i Fàbrega, el delegado de este partido en París. Solano (1989) afirma que hubieran participado pese a que “el POUM, naturalmente, no pensaba incorporarse a la IVª Internacional porque tenía otra perspectiva y estimaba que era prematuro crear una nueva Internacional. Pero colaboraba con todas las fuerzas socialistas y comunistas independientes del Kremlin y, en aquel momento, tenía especial interés en contar con todos los concursos posibles para hacer frente a la represión estalinista en España y a sus lamentables consecuencias en la lucha militar contra el franquismo. De ahí que, pese a los ataques de que había sido objeto por Trotsky y ciertos militantes trotskistas, decidiera asistir como observador a la Conferencia de la IVª Internacional”.

4 “Estamos en un pequeño bote en medio de una tremenda corriente. Hay cinco o diez botes. Si uno se hunde decimos que se debió a un mal timonel. Pero la razón no fue ésa sino que la corriente era demasiado fuerte [...] El que nada contra la corriente no está ligado a las masas. Asimismo, en sus comienzos, la composición social de todo movimiento revolucionario no es obrera. Son los intelectuales, los semiintelectuales o los trabajadores conectados con los intelectuales los que no se conforman con las organizaciones existentes. Encontramos en todos los países una cantidad de extranjeros que difícilmente estén insertos en el movimiento obrero de su propio país. Un checo en Norteamérica o en México se convertiría más fácilmente en miembro de la IVª Internacional que en la propia Checoslovaquia. Lo mismo ocurre con un francés en Norteamérica. La atmósfera nacional tiene un enorme poder sobre los individuos [...] Una nueva tendencia radical dirigida contra la corriente general de la historia cristaliza en este período en torno a los elementos más o menos separados de la vida nacional de un país dado y para ellos es más difícil penetrar en las masas. Todos nosotros tenemos una actitud muy crítica ante la composición social de nuestra organización, que debemos cambiar; pero tenemos que entender que esta composición social no cayó del cielo sino que fue determinada por la situación objetiva y por nuestra misión histórica en este período.” (Trotsky, 1939a).

5 En agosto de 1937 Stalin planteó una purga sobre los “enemigos del pueblo” en los medios militares. Así fueron ejecutados ocho generales, trece de los diecinueve comandantes del cuerpo del ejército, ciento diez de sus ciento treinta y ocho comandantes de división y brigada, la mitad de los comandantes de regimiento y la mayor parte de los comisarios políticos. Se calcula un total de treinta y cinco mil los oficiales ejecutados, incluido el mariscal Tujachevsky, vice ministro de Defensa. “El ejército rojo fue decapitado”, declaró Trotsky al enterarse de las ejecuciones. Informes secretos cuentan que al enterarse de la noticia Hitler proclamó: “Hemos neutralizado a Rusia por diez años” y a partir de esto preparó la conquista de Checoslovaquia y la apertura del frente oriental.

Referencias

Alexander, Robert Jackson (1991). *Internacional Trotskism 1929-1985: a documented analysis of the movement*. USA: Duke University Press.

Altamira, Jorge (1988). “El partido mundial de la revolución”, en *Prensa Obrera*, N° 237. Buenos Aires: Ed. Rumbos, 17 de agosto.

- Altamira, Jorge (2010). "Trotsky, un revolucionario de nuestra época", en *Prensa Obrera*, N° 1142. Buenos Aires: Ed. Rumbos, 19 de agosto.
- Bensaïd, Daniel (1988). *The formative years of the Fourth International (1933-1938)*, International Institute of Research and Education, Amsterdam.
- Broué, Pierre (2000). "Trotsky y los trotskistas frente a la segunda guerra mundial", en *Cuadernos CEIP "León Trotsky"* N° 1, Buenos Aires.
- Broué, Pierre (1988). *Trotsky*. Paris: Fayard.
- Coggiola, Osvaldo (1990). "A IV Internacional, historia de meio século", *Trotsky Ontem e Hoje*. Belo Horizonte: Nosso Tempo.
- Coggiola, Osvaldo (1996). "Para la reconstrucción de la IVª Internacional", en *En Defensa del Marxismo*, N° 14, Buenos Aires: Ed. Rumbos.
- Coggiola, Osvaldo (2008). "1938-2008. Setenta anos da fundação da IVª Internacional. En defesa da León Trotsky", en *Projeto História* N° 36, junio, São Paulo.
- Deutscher, Isaac. (1969) *Trotsky, el Profeta Desterrado*, México: Ed. Era.
- Documentos de la IIIª Internacional. "Cap. XI. El Gobierno Obrero". De la "Resolución Sobre Táctica" de la Internacional Comunista (aprobada en el IVº Congreso, noviembre de 1922). Buenos Aires: Ed. Política Obrera.
- Frank, Pierre. (1973) *Historia de la IVª Internacional*. Buenos Aires: Cuadernos Rojos.
- Hansen, Joseph (1978). "El programa de transición de Trotsky: sus orígenes y su importancia actual", en *Introducción al Programa de Transición*, Ed. Fontamara: Barcelona.
- Klement, Rudolf (1988) [1938]. "La segunda conferencia internacional, 1 de abril de 1938", en *Prensa Obrera*, N° 237. Buenos Aires: Ed. Rumbos, 14 de agosto.
- Prensa Obrera (1987) "Hace 50 años Stalin decapitó a la flor y nata del Ejército Rojo", N° 189, Buenos Aires: Ed. Rumbos, 8 de Julio.
- Rieznik, Pablo (2010). *Trotsky y la lucha por la IVª Internacional*. (Inédito)
- Roldán, Andrés (1988). "El Programa de Transición", en *Prensa Obrera*, N° 240. Buenos Aires: Ed. Rumbos, 7 de septiembre.
- Solano, Wildebald. (1989) "Andreu Nin y León Trotsky", intervención en jornadas "Trotsky Hoy", febrero. Disponible en <http://www.fundanin.org/solano10.htm>
- Trotsky, León. (1934) "La guerra y la IVª Internacional. 10 de junio". *Escritos (1929-1940)*, Libro 3, publicado en CD. Buenos Aires: CEIP "León Trotsky", 2000.
- Trotsky, León (1938a) "Después del colapso de Checoslovaquia Stalin buscará un acuerdo con Hitler" 22/9/38 en *Escritos (1929-1940)*, Libro 6 (1938-40) publicado en CD. Buenos Aires: CEIP "León Trotsky", 2000.
- Trotsky, León (1939a). "Luchando contra la corriente" *International Bulletin, SWP*, Vol. II, N° 4, abril. En *Escritos (1929-1940)*, Libro 6 (1938-40) publicado en CD. Buenos Aires: CEIP "León Trotsky", 2000.
- Trotsky, León. (1939b) "¿Qué hay detrás de la oferta de Stalin de llegar o un acuerdo con Hitler? 6 de marzo". En *Escritos (1929-1940)*, Libro 6 (1938-40) publicado en CD. Buenos Aires: CEIP "León Trotsky", 2000.
- Trotsky, León. (1939c) "La alianza germano-soviética. 2 de septiembre". *Escritos (1929-1940)*, Libro 6 (1938-40) publicado en CD. Buenos Aires: CEIP "León Trotsky", 2000.
- Trotsky, León (1939d) "La URSS en guerra", 25 de septiembre, *En Defensa del Marxismo* [1942] Disponible en: <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/1940s/dm/02.htm>
- Trotsky, León (1975) [1942] *En Defensa del Marxismo*. Buenos Aires: Ed. El Yunque.
- Trotsky, León (1983) [1938] *El Programa de Transición*. Buenos Aires: Ed. El Yunque.
- Trotsky, León (2008). *El Programa de Transición y la fundación de la IVª Internacional*, Buenos Aires: Ed. CEIP "León Trotsky".
- Van Heijenoort, Jean (1988) (1944) "Cómo fue concebida la IVª Internacional", en *Prensa Obrera*, N° 238, Buenos Aires: Ed. Rumbos, 24 de agosto.
- Vigevani, Tullo (1994). "Trotsky: sua análise da Segunda Guerra Mundial", en *Trotsky Hoje*, São Paulo: Ed. Ensaio.

Bajo el imperio del capital. Buenos Aires:
Ediciones Luxemburg, 2011.

Claudio Katz

Por Daniel Duarte
UBA-CONICET

Bajo el imperio del capital es el libro más reciente de Claudio Katz. Editado en Buenos Aires por Ediciones Luxemburg en diciembre de 2011, el libro presenta en sus 272 páginas el análisis de las posiciones de los autores clásicos acerca del imperialismo, así como un detallado estado del arte de los autores contemporáneos ocupados en el tema.

En sus 15 capítulos el libro recorre en forma alternada los posicionamientos y replanteos del marxismo; el rol de los Estados Unidos como potencia económica, pero sobre todo bélica; el análisis acerca de la posibilidad sobre una sucesión de la hegemonía norteamericana; así como un espacio de conclusiones que se pregunta sobre el rol que cumplirán los países que, en palabras del autor, generan resistencia a la hegemonía norteamericana. Se pregunta sobre el rol de los países del BRIC o de una “semiperiferia” que, sin desarrollarlo, abre el panorama a una continuidad en las investigaciones y, por lo tanto, a un nuevo libro.

Claudio Katz (1954) es economista, integrante del grupo EDI (Economistas de Izquierda), profesor de la Universidad de Buenos Aires y miembro del CONICET. En los capítulos del libro desglosa analítica y temáticamente las particularidades de los últimos 130 años del capitalismo. Marca puntualmente las diferencias suscitadas entre el periodo previo a la segunda guerra mundial y el posterior del cual derivará el periodo de neoliberalismo. Utiliza esta periodización para debatir con la visión clásica del leninismo que plantea al imperialismo como una etapa superior (y a su vez terminal) del modo de producción capitalista. En esta obra el autor rompe definitivamente con la visión clásica leninista y profundiza en el nuevo rol que juega Estados Unidos en el panorama mundial. La nueva etapa encuentra a los organismos multinacionales (FMI, ONU, OTAN, G8, G20) como espacios donde se dirimen las políticas de la “triada imperial colectiva” formada por Japón, Europa y Estados Unidos. Pero, en cierta manera, esta triada es dirigida por esta superpotencia con hegemonía (particularmente en el uso de la fuerza) frente al resto de las potencias. Como producto de esto, plantea Katz, se ha cerrado el periodo de enfrentamientos guerreros interimperialistas, marcándolo como una de las objeciones a las interpretaciones convencionales sobre imperialismo.

Imperialismo clásico vs. imperialismo contemporáneo

Aunque su planteo busca debatir con la visión de los neoconservadores, los liberales y con aquellos que plantean visiones más pragmáticas de necesidad imperial, nos resulta particularmente interesante analizar cómo el autor rompe también con su pasado leninista. En su afán por no rechazar explícitamente los postulados de Lenin, escritos en 1916 a la luz de la Gran Guerra, Katz afirma constantemente que debemos tener en cuenta el “contexto bélico que rodeó el surgimiento de esta interpretación”. Con lo cual se obliga a hablar de un “imperialismo contemporáneo” en contraposición a uno “clásico”. El imperialismo clásico comenzaría con la crisis de 1873, atraviesa el periodo del expansionismo territorial británico y el desarrollo del imperio alemán. Abarca por completo el periodo de la Segunda Internacional con la crisis de la socialdemocracia frente a la guerra, representada en las posiciones revolucionarias sostenidas por Lenin y las posiciones de Kautsky, quien “demostró una gran permeabilidad a las exigencias de los poderosos” (p. 22).

Lenin rechazó la teoría del “ultraimperialismo” de Kautsky y se opuso a la guerra como producto del conflicto capitalista por el control del mercado mundial. Sin embargo Katz resalta constantemente que ese análisis es correcto solo en la coyuntura y como crítica política a los pacifistas de la época. El tiempo le habría dado la razón a Kautsky, cuando, a la salida de la Segunda Guerra, Estados Unidos se convirtió en la única superpotencia y el gendarme del mundo:

Sin embargo, no hay que perder de vista lo esencial. La teoría marxista del imperialismo surgió en un periodo de grandes guerras por la apropiación del botín colonial y aportó un fundamento político al rechazo revolucionario de la guerra. Correspondió a una etapa de ausencia de entrelazamientos capitalistas multinacionales y preeminencia de disputas territoriales. El cambio de este escenario generó la necesidad de elaborar nuevas interpretaciones (p. 32).

La posguerra y el neoliberalismo

Katz plantea que al concluir la Segunda Guerra el “imperialismo clásico” sufre una transformación. La nueva etapa de crecimiento económico abría un marco de estabilidad en torno a nuevos equilibrios geopolíticos donde la superioridad económica y militar de los Estados Unidos era conseguida a través del plan Marshall. Según Katz, Alemania y Japón recuperaron terreno en la producción y el comercio, pero “no proyectaron estos avances en el terreno militar”. Estados Unidos se convertía en el protector del mundo, como producto de la ausencia de desarrollo militar de las demás potencias y frente a la amenaza de los intentos de influencia global de la URSS. El crecimiento económico, ligado en principio a la reconstrucción de posguerra, se habría desarrollado con alianzas multinacionales de grandes firmas asociando a capitalistas norteamericanos, europeos y japoneses. El capital financiero, por su parte, habría perdido la primacía obtenida durante el periodo previo.

La nueva etapa neoliberal, de mediados de los ochentas, se manifiesta con una ofensiva contra las conquistas populares (hace referencia específica a las privatizaciones) y la apertura a nuevos territorios (los ex países socialistas). Esta reorganización del capital incrementó sustancialmente la tasa de explotación. En el capítulo 2 se afirma que el modelo actual introduce un corte con la etapa precedente, un periodo muy singular “puesto que no repite la tónica depresiva de 1914-1945, ni la pujanza de 1945-1975”. La división en sub periodos rechaza una postura anterior sostenida por el mismo Katz cuando, rechazando la posición de los regulacionistas explicaba que

... la ‘Regulación’ fragmenta al capitalismo en normas y regímenes diversos, relativizando primero y omitiendo después, que el capitalismo constituye ante todo, una totalidad indivisible, es decir un modo de producción, históricamente transitorio y asentado en la explotación del trabajo asalariado (...) Después de disolver al capitalismo en incontables ‘categorías intermedias’ para captar la especificidad de los ‘regímenes de acumulación’, la ‘Regulación’ declara que en realidad serían los tipos de instituciones sociales y políticas las determinantes del modelo vigente en cada país. Desconocer este hecho ‘simplificaría’ cualquier interpretación y conduciría al odiado ‘determinismo marxista’. (Katz, 1992: 17)

Así, Katz analiza la dinámica del capitalismo del siglo XX desde una óptica contraria a la que planteaba años atrás. El neoliberalismo no sería entonces una etapa diferenciada en la acumulación capitalista, como Katz mismo planteaba en el texto antes citado.

El capital ficticio no es, por lo tanto, un hecho nuevo; lo que si distingue al periodo actual es su magnitud y su espectacular crecimiento. En la actualidad, se calcula que esos activos financieros representan 10 veces el PBI del planeta, es decir, una cifra cercana a los 500 billones de dólares (...) Son un capital para quienes lo poseen y administran pero no desde el punto de vista del movimiento de acumulación de capital. Enfrentamos, como nunca, la existencia de un exceso de capitales en relación a una fuente de extracción de plusvalía que crecientemente se estrecha. (Heller, 2011: 57)

El neoliberalismo no responde a un periodo novedoso particular, sino a un momento de acelerado corrimiento de capitales al sector financiero. Katz resalta esto para dos periodos en particular, el analizado por Lenin entre 1880 y 1916 y otro, tratado por centenas de autores, abierto en la década de 1980. Sin embargo la influencia de los bancos y la bolsa no dejó de ser relevante en todo el siglo XX. La importancia particular de estas

fechas se debe a la necesidad del capital productivo de aliarse con los grandes bancos en función de obtener una gran masa de capitales que le permita invertir rápidamente en aquellos territorios del planeta donde aun no existía un desenvolvimiento pleno de la economía capitalista. A fines del siglo XIX en los espacios coloniales recientemente conquistados. En la década del 80, para ingresar capitales a China y a los estados obreros que, rápidamente y perestroika mediante, se vinculaban al mercado mundial capitalista.

Del mismo modo, la ausencia de guerras interimperialistas fue alentada desde diversos sectores intelectuales para demostrar que el “imperialismo clásico” ya no es una realidad. Esta interpretación deja de lado el hecho de que, durante 46 años (del 45 al 91), el principal problema del imperialismo fue la emergencia de los estados obreros que, aunque burocratizados, se manifestaban como expresión de un desarrollo social alternativo al capitalismo. Con el imperialismo se abre la época de guerras y revoluciones. La guerra como salida negativa a un nuevo proceso de reorganización capitalista; la revolución, como salida positiva (en caso de completarse) a un nuevo proceso de reorganización social.

La guerra es un elemento clave. Las guerras estratégicas tan bien detalladas en el libro reseñado, continuaron durante la segunda posguerra (Corea y Vietnam como aquellas recordadas por su importancia geopolítica) así como en el periodo post 1991: Golfo, Balcanes, Somalia, Irak, Afganistán. Todas guerras que, sin desconocer el carácter de alianzas particulares, han llevado a la cabeza a la principal potencia imperialista en función del enriquecimiento de su burguesía.

La guerra también desentraña el problema del desarrollo de las fuerzas productivas. Es innegable el desarrollo técnico aplicado a la producción capitalista en los últimos decenios. Sin embargo, a la hora de comprender sus objetivos, no podemos desprenderlo de la creación para la destrucción. La radiofonía, la telefonía, la computación, los plásticos, las comidas enlatadas, la aeronáutica y hasta los viajes espaciales sufrieron un acelerado desarrollo a partir de su utilización en el área bélica. De hecho internet, el invento más revolucionario de los últimos años, no era más que una red de comunicación interna del Pentágono. Es decir que se produce capital que solo encuentra lugar en el mercado luego de ser utilizado para la destrucción de mercancías sobrantes, entre ellas la mercancía fuerza de trabajo.

¿Etapa final o temprana?

Katz titula el capítulo 9 con este título polémico. El autor intenta reinterpretar los postulados de Lenin reconociendo las “discontinuidades” que el capitalismo ha sufrido convirtiendo al imperialismo clásico en una mera etapa del capitalismo y no en su periodo final. La continuidad del modo de producción capitalista le hace ver al autor la capacidad con la que el capitalismo se reacomoda en función de su propia continuidad. Apoyándose en diversos autores citados en el libro dice que

... el periodo analizado por Lenin no fue la última etapa del capitalismo. Constituyó tan sólo una era clásica del imperialismo, que estuvo precedida por el colonialismo y fue sucedida por el imperio

contemporáneo del capital (...) No obstante, en ningún caso constituyó un estadio terminal del sistema. (p. 151)

A pesar de la practicidad de Lenin en su crítica al pacifismo y el reformismo de la socialdemocracia, su análisis no es meramente coyuntural. Lo sobresaliente de *El imperialismo, fase superior del capitalismo*, es justamente algo que Katz intenta negar: el carácter épocal del análisis. Lenin plantea refiriéndose a los distintos puntos de su análisis que “de todo lo que llevamos dicho más arriba sobre la esencia económica del imperialismo, se desprende que hay que calificarlo de capitalismo de transición o, más propiamente, agonizante” (Lenin, 2010: 164). No hay reinterpretación posible, se está de acuerdo o no. La concepción del imperialismo como etapa superior encierra el hecho de que el modo de producción capitalista ha alcanzado, ya para esos años, una etapa de desarrollo sin igual de las fuerzas productivas al punto que se tornaron regresivas para su propio desarrollo. El trabajo de Lenin no es solo un debate sobre si el monopolio sustituyó a la libre competencia, sobre la extinción de la ley del valor, sobre extensión territorial o el papel de las finanzas: es un trabajo que pone en cuestionamiento el carácter progresivo de un modo de producción que solo puede resolver sus crisis con la destrucción de capital excedente mediante la guerra. El imperialismo no es la negación de la ley del valor: es, sin embargo, la ley del valor envejecida.

El monopolio, el capital financiero, la guerra, incluso el desarrollo tecnológico y la reorganización del tiempo de trabajo son elementos propios de la crisis, y la crisis es un periodo de recomposición capitalista a partir de la destrucción y la concentración. Todos estos elementos, sintetizados bajo el concepto de imperialismo, aparecidos hacia fines del siglo XIX, no son más que manifestaciones de reacción frente a la caída tendencial de la tasa de ganancia, la ley que manifiesta la descomposición objetiva del modo de producción capitalista. El libro *Bajo el imperio del capital* no analiza este punto, sino que plantea más bien un recambio constante entre ciclos de intervención y liberalismo que permiten la subsistencia constante del capitalismo. Katz plantea que identificar el imperialismo con una época terminal impide captar los múltiples desequilibrios del sistema y reduce el análisis a una consecuencia fatal. En contraposición a esta idea plantea que

... es la acción política de los sujetos aquello que determina la caída o supervivencia de un sistema social (...) no es el agotamiento de los mercados o la insuficiencia de la plusvalía lo que erradicará a ese régimen, sino la maduración de un proyecto político socialista. (p. 153)

Así planteado parece suponer que, mientras no se desarrollen las condiciones subjetivas para derribar al capitalismo, éste seguirá funcionando eternamente. En realidad, el planteo es inverso: la acción política puede determinar la superación del modo de producción, el colapso se desarrolla por sus causas objetivas, y con él (frente a la ausencia del “proyecto político socialista”) la crisis de toda la humanidad.

¿China o no China? esa es (o parece ser) la cuestión. Conclusión.

Ya en los capítulos finales Claudio Katz se involucra en un debate actual sobre las posibilidades de una sucesión de la hegemonía norteamericana. El problema de la “sucesión” es claramente un problema capitalista. El quebranto de la principal superpotencia,

gendarme del mundo y corazón financiero, marca hoy el cuestionamiento sobre si el Estado norteamericano podrá continuar cumpliendo con ese rol. La crisis actual parece dejar de lado la posibilidad de una Europa tomando el cetro; tampoco se prevé en Alemania y Japón un traspaso que no obligue a nuevos ciclos convulsivos de concentración, crisis financieras y, llegado el caso, hasta guerras. Katz retoma a Arrighi, defensor de la idea de la sucesión China, y lo critica correcta pero moderadamente:

La supremacía norteamericana atraviesa actualmente una crisis, cuyo desemboque final es desconocido. No está escrito en ningún lado que concluirá con el ascenso de un contrincante o con el reciclaje del propio liderazgo en otro contexto de asociación imperial (p. 200).

La posibilidad planteada por Arrighi (1999) de una China ocupando un nuevo rol hegemónico en el mundo es una preocupación de aquellos que no se cuestionan la continuidad de un régimen de opresión. Es relativamente secundario si es China o cualquier otro país, si eso repercute en guerras asesinas, aumento del desempleo, hambre y enfermedades, es decir en la profundización de la opresión del hombre por el hombre. El escenario pacífico planteado por Arrighi para esta posibilidad es improbable y, en principio no parece ser cierta, al ver la violencia con la cual la burocracia del estado chino adoctrina el trabajo y ataca las manifestaciones y las huelgas, de las cuales Tiananmen fue tan solo una muestra.

Katz deja abierta para un futuro análisis la posibilidad de comprender más en profundidad el rol de los BRIC, Venezuela o Bolivia como emergentes del antiimperialismo. Las impresionantes movilizaciones en los países árabes, en las plazas de los indignados europeos, las tomas de fábrica y casas en los Estados Unidos, no son siquiera nombrados. El freno de estos gobiernos a la organización de los trabajadores no parece plantear la posibilidad de una salida revolucionaria que, por otro lado, no tiene lugar en el texto. Desgraciadamente Katz hace tiempo abandonó esta concepción y busca en los gobiernos de las "semiperiferias", y no en las masas trabajadoras organizadas contra el capital, el canal de salida frente a lo que él mismo reclama, un proyecto político socialista.

Referencias

Arrighi, Giovanni (1999) *El largo siglo XX*, Madrid: Akal.

Heller, Pablo (2011) “Tasa de ganancia y crisis mundial”, en *Hic Rhodus*, año 1, nro 1 (diciembre).

Katz, Claudio (1992) “Crítica a la teoría de la regulación”, en *En defensa del Marxismo*, año1, nro 3 (abril).

Katz, Claudio (2011) *Bajo el imperio del capital*, Buenos Aires: Luxemburg. Las citas que incluyen solamente el número de página refieren a esta obra.

Lenin, V. (2010) *El imperialismo, fase superior del capitalismo*, www.librodot.com.

***Masas y balas.* Buenos Aires: Ediciones Biblioteca Nacional. 2007. 208 pp.**

Liborio Justo

Por Walter Koppmann

*“La bala nunca se da por vencida,
si no mata hoy por lo menos deja una herida,
luego de su salida no habrá detenida
obedece a su patrono sólo una vez en su vida”*

René, Calle 13

Cuentos cortos, fragmentos de prosa de arrabal, memorias de lucha y organización de una clase por su emancipación: *Masas y balas*, de Liborio Justo, ilustra un cuadro de época histórica. Publicada originalmente en 1974 por Ediciones De la Flor y reeditada en 2007 dentro de la colección de la Biblioteca Nacional “Reediciones y antologías” con un prólogo de Daniel Campione, la obra que se presenta al lector ofrece un retrato vivo del período comprendido entre los años 1931-1935, a partir del racconto, en cinco historias, de distintos episodios históricos significativos: la llegada de los inmigrantes al puerto de Buenos Aires, el germen de lo que luego sería la Columna Prestes en Brasil, la sublevación de una escuadra de la armada chilena, la resistencia de los trabajadores estadounidenses contra la desocupación y el hambre, las rebeliones de los campesinos y los mineros en Bolivia.

Evidentemente, la crisis mundial de 1929 recorre los pasajes de cada una de las cinco historias que componen el volumen: miseria, desempleo y hambre son algunas de las dimensiones por donde transcurre la cotidianeidad de los personajes, trabajadores en su mayoría y, por lo tanto, los innumerables, los desconocidos... la masa que brega por su supervivencia en un momento de recesión y auge de la lucha de clases. La gran mayoría de los protagonistas de estas historias no tienen nombre, con suerte un oficio; son inmigrantes, marineros, campesinos, obreros de la carne y la construcción, prostitutas, mineros. Desde el levantamiento contra el standard en los frigoríficos del sur de la Ciudad de Buenos Aires de 1932 hasta las grandes huelgas de los trabajadores norteamericanos de los años 30 en el corazón del imperialismo yanqui, *Masas y balas* no se enmarca solamente en la Argentina en particular sino que narra episodios (la gran mayoría, verdaderos baños de sangre) sites en distintos lugares del continente americano: Chile, Brasil, Bolivia, EE. UU. y, claro está, Buenos Aires, ciudad testigo del arribo de millares de inmigrantes en busca de pan y trabajo cuya función será, invariablemente, la venta de su fuerza de trabajo por migajas en el marco de la consolidación de un ejército de reserva sin precedentes.

Masas y balas no es sencillamente categorizable en un género específico pues resulta tan ficción noire como estudio etnográfico o pieza de literatura política; se nutre del sufrimiento y los padecimientos de toda la clase obrera, de su lucha en los lugares de trabajo contra la superexplotación, de su lucha por construir sus organizaciones políticas y sindicales contra la represión del Estado y sus patrones, en fin, de su lucha permanente y sistemática por otra orientación para la sociedad. En este sentido, la obra de Justo es, en buena medida, una suerte de ejercicio de “realismo social”, por la forma en que se plasman los distintos elementos que integran el relato de los acontecimientos, lo cual, a su vez, refuerza el rol del autor como testigo in situ de todas estas situaciones. En otras palabras, Lobodón Garra (uno de los seudónimos del autor) saca a relucir todo un verdadero collage de fragmentos de periódicos, volantes, coplas del cancionero popular, diálogos, afiches, etc. que documentan vívidamente los procesos que se narran.

En cierto modo, Quebracho (otro de los seudónimos de Justo) acaba por escribir un relato de los hechos históricos que oscila entre lo literario y lo documental-periodístico. Tal como plantea primeramente en la “Advertencia”, su propia participación personal coloca la crítica en otro plano de análisis. En efecto, un comentario aparte merece la atención que pone Justo a cada uno de los detalles de los distintos procesos productivos mencionados en los relatos; no sólo en términos técnicos el libro aporta un bagaje sumamente rico sino que tampoco puede dejar de mencionarse el minucioso conocimiento que tiene el autor de las distintas regiones que describe, tanto de sus contornos geográficos como de los trasfondos sociales. Este último punto guarda relación, indudablemente, con la posibilidad que tuvo Justo, gracias a la holgura material de la cual disponía, de viajar por toda América (incluyendo los EE. UU.) y Europa.

En este sentido, queda por ver cuánto de su propia trayectoria personal hay volcada en estas páginas. De raigambre social oligárquica e hijo del presidente conservador Agustín P. Justo, Liborio fue uno de los primeros trotskistas de la Argentina y, prácticamente, el único que, en ese momento, caracterizó al país como una semicolonía oprimida por el imperialismo (parte entonces de la revolución latinoamericana), cuyas clases dominantes estaban a su servicio, a contramano tanto de la opinión de la Internacional Comunista estalinista como del resto de los trotskistas, que entendían que la Argentina

era un país “avanzado”.

Famoso por su interrupción en el Congreso Nacional, durante el discurso de visita del presidente Roosevelt, al grito de “¡Abajo el imperialismo yanqui!”, Justo no dejó de marcar, durante los años 30, la necesidad de construir una organización política revolucionaria sobre la base de una caracterización estratégica de las tareas planteadas en relación al carácter permanente de la revolución latinoamericana. En este sentido, la crítica de las posiciones tanto del Partido Socialista como del Partido Comunista, era plenamente consciente y acertada en términos de tradiciones político-programáticas. En gran medida, era la síntesis germinal de un debate que, dentro de la izquierda, tuvo (y tiene) un alcance histórico y político de décadas.

En líneas generales, el resultado de *Masas y balas* es eficaz y, quizás por ello, es uno de esos libros que no se puede dejar sin antes llegar de principio a fin “de una vez”, pues aquel narrador en tercera persona termina por absorber también al lector, haciéndolo partícipe de varias de las tantas heroicas luchas del proletariado mundial, insertándolo en el momento social más crudo de todos, aquel en el cual el esqueleto de la sociedad yace desnudo ante los ojos y las clases se enfrentan de modo irreconocible...

Sección “Informes breves y ensayos”

La “naturaleza” de los problemas ambientales

La cuestión ambiental en el contexto de la crisis actual del capitalismo

M. Laura Pérez Frattini

Facultad de Filosofía y Letras - Universidad de Buenos Aires

marialolaperez@gmail.com

Resumen

El presente artículo busca argumentar en qué medida los tan mentados “problemas ambientales” no son más que otra manifestación de la crisis del capitalismo contemporáneo, toda vez que lo que se rotula como problemática ambiental es producto de la lógica conductual de sujetos sociales concretos. De esta manera, las alternativas por una “economía verde” y por un “desarrollo sostenible” no pueden más que extremar las tensiones, en tanto proponen “salidas” dentro de los marcos propios del capitalismo y, por lo tanto, reproduciendo los métodos depredatorios que le son propios.

Y todo progreso de la agricultura capitalista no es solo un progreso en el arte de esquilmar al obrero, sino a la vez en el arte de esquilmar el suelo...

Karl Marx. *El Capital* (cap. XIII).

1. Introducción

En las últimas décadas, diversos problemas vinculados a la cuestión ambiental se han ido estableciendo cada vez más como “temas de agenda”; sea por la constatación del agotamiento de las posibilidades de explotación de los recursos naturales, por el incremento de los costos de la matriz energética actual o por el lugar que ocupa como caldo de cultivo para recurrentes conflictividades sociales. La “cuestión ambiental” no es, ni más ni menos, que otra evidencia de los límites del desarrollo capitalista.

En junio de 2012 se realizó en Río de Janeiro, Brasil, la “Conferencia Mundial para el Desarrollo Sostenible” conocida como Río+20, en ocasión de cumplirse veinte años del encuentro que, llevado a cabo en la misma ciudad, tomó el nombre de “Cumbre de la Tierra”. En el transcurso de las dos décadas que separan ambos eventos, los países miembros de las Naciones Unidas firmaron varios tratados orientados a la reducción de las emisiones de carbono, la protección de la biodiversidad, la lucha contra la desertificación, entre otros. Sin embargo, poca agua corrió bajo el puente, toda vez que “la protección de la biodiversidad no sólo se incumplió sino que se diezmó la flora y la fauna por el extractivismo y la expansión de cultivos transgénicos con agrotóxicos en los países del sur. El dominio de la biodiversidad permitió hegemonizar la biotecnología en poder de las corporaciones capitalistas de medicamentos, que también desarrollaron estrategias sobre las comunidades originarias y su entorno en pos del conocimiento de activos moleculares y del registro de sus patentes” (Rodríguez, *Prensa Obrera*, 06/2012).

Los objetivos de Río+20 (el compromiso en el desenvolvimiento de una “economía verde” en el marco del desarrollo sostenible así como la erradicación de la pobreza) resultan, igual que los de la mayor parte de su especie, impracticables. Impracticables, por supuesto, en un contexto en el que prima la continuidad del modo de producción capitalista; tan impracticables, que la Conferencia no culminó, como es habitual en estos casos, en acuerdos ambiciosos y grandes esperanzas sino que, por el contrario, redundó en un tibio documento lleno de generalidades, sin metas ni plazos concretos.

No obstante, Río+20 representa un hito, en tanto fue la mayor cumbre en la historia de las Naciones Unidas. Este hecho, sumado a lo presuntuoso de sus objetivos y al fracaso de los acuerdos alcanzados, se corresponde con la situación actual del sistema capitalista, que se encuentra atravesando la mayor crisis (en profundidad y extensión) de toda su historia.

En las páginas que siguen, me propongo indagar la “cuestión ambiental” considerándola una expresión más de la actual crisis mundial. A tal fin, comentaré en primer término el carácter histórico de la crisis contemporánea del capitalismo para, en segundo térmi-

no, referirme a las contradicciones que se plantean entre las relaciones sociales de producción y el desarrollo de las fuerzas productivas integrando aquí lo que atañe a la degradación de la naturaleza. Respecto a éste último punto, plantearé que la perspectiva dominante en relación con la cuestión ambiental parte de una falacia. Finalmente, consideraré los “rastros del apocalipsis” que *Ciro Mesa* (2004) halla en la obra de *Marx*, para concluir que lo que no es “sostenible” es una “salida capitalista” a las problemáticas ambientales.

2. El carácter histórico de la crisis actual

La crisis actual, como indica *Rieznik* (2010), no puede ser pensada como un episodio periódico, sino que debe apreciarse como parte de un proceso más amplio de disolución de todo el orden social. Tal aseveración es interesante si se considera que el discurso económico que orienta los distintos caminos que se consideran posibles para la “recuperación” perciben a la crisis como un evento cíclico, por tanto no hay lugar posible para pensarla en el marco de una disolución del sistema. En contraposición, el análisis marxista, al considerar al capital como una relación social, otorga al modo de producción capitalista el carácter de un sistema históricamente condicionado.

Ya *Lenin* (1916), había caracterizado al imperialismo como la fase superior (y terminal) del capitalismo toda vez que sus propiedades fundamentales habían comenzado a convertirse en su contrario; a la postre, se abriría un período de crisis, guerras y revoluciones. Y es justamente éste el devenir histórico abierto en el siglo XX.

Las alternativas ejecutadas para encontrar salida a la crisis contemporánea tienen los mismos objetivos que definen todas las salidas a todas las crisis que manifiesta el capitalismo: la reconstitución de la rentabilidad y la extensión de los negocios. Es que las causas de todas las crisis son las mismas: la sobreproducción de capitales y de mercaderías invendibles y, como consecuencia, el exceso de capacidad productiva, que expresa de un modo u otro la caída de la tasa media de ganancia¹. Las manifestaciones visibles de todas las crisis también son similares, al presentarse bajo el ropaje de crisis financiero-especulativas.

No obstante, la crisis contemporánea del capitalismo estrena una novedad: si en los colapsos acaecidos durante el siglo XX gran parte del globo (aquella correspondiente a los países que expropiaron al capital) había quedado sustraída a la crisis, en el presente, la misma involucra al mundo entero; y no sólo eso, sino que por la propia dinámica de reproducción ampliada del capital, la actual crisis implica un mayor involucramiento de recursos y la amenaza de una mayor destrucción de las fuerzas productivas.

3. Los límites de las fuerzas productivas

Un siglo de revoluciones aplastadas y traicionadas, de agresión imperialista a todas las conquistas de la clase obrera, de pauperización y deterioro de la calidad de vida de los trabajadores, de atentados a todos los medios de existencia de las masas, no pudieron

más que causar el reflujo del movimiento obrero. No obstante, dicho reflujo no puede leerse como pasividad. Aquí y allá, la conflictividad tiene un carácter creciente; desde protestas de trascendencia local a llamamientos para una acción internacional, las respuestas al agotamiento político y social del capital están a la orden del día.

Las luchas sociales de los últimos años, está claro, presentan tal heterogeneidad que diluyen, en el presente inmediato, toda posibilidad de construcción de tácticas y estrategias comunes; sin embargo, tienen un mismo hilo conductor: la oposición de las masas a continuar siendo las destinatarias del pago de la crisis contemporánea. Si bien carecen de consignas revolucionarias y centran las demandas en la necesidad de reformas de corte democrático, por esto mismo manifiestan la inminencia de una crisis política de gran envergadura y, dentro de sus límites, logran colocar frenos importantes al capital.

En el contexto descrito, los problemas ambientales se encaraman como un precipitante más de la conflictividad social, ya en tanto reclamos por el deterioro de la salud y la calidad de vida, ya por la pérdida de biodiversidad, ya por el marco de inseguridad que genera la posibilidad de una crisis alimentaria (Tortosa, 2012). Las masas comprenden (con razón) que sus propias vidas son, para la clase dominante, una variable de ajuste y que la expoliación de los llamados “bienes ambientales” es otra de las formas que toma la confiscación.²

Por motivos diferentes, la preocupación por la cuestión ambiental alcanza también a las propias burguesías imperialistas. En efecto, la inminente crisis energética ante el agotamiento de las reservas de petróleo, el impacto que el consumo de combustibles fósiles tiene en el calentamiento global, la pérdida de fertilidad de los suelos (demorada por los desarrollos de la biotecnología pero traccionada por la racionalidad depredatoria), la suba de los precios de las commodities, entre otros indicadores de alarma, colocan un límite certero a la reproducción del capital y, en última instancia, vuelven a poner en el tapete la tendencia a la caída de la tasa media de ganancia.

La restauración capitalista en los Estados Obreros burocratizados presenta al respecto, y en el marco de la crisis actual, una nueva contradicción: “después de siglos de implacable acumulación capitalista, el sistema ecológico global está al borde del colapso y el desarrollo de la crisis ecológica mundial amenaza con destruir la civilización humana del siglo XXI. Como el mayor consumidor mundial de energía y mayor emisor de dióxido de carbono, China se encuentra ahora en el centro de las contradicciones globales ecológicas” (Minqi Li, 2011).

La cuestión ambiental es, en la actualidad, un terreno fangoso para el capitalismo. En ella se ha puesto en evidencia lo vano de la planificación económica que diseña salidas paliativas sin poner jamás en cuestión el rol jugado por las clases poseedoras y mucho menos, la lógica misma del capital que busca acelerar rendimientos y acortar los ciclos orgánicos y los tiempos de circulación. Es cierto que se están llevando a cabo determinadas medidas de ralentización del desgaste y movimientos en pos de la conservación ecológica, pero incluso éstos forman parte de la valorización del capital (Mesa, 2004).

La forma de las nuevas luchas sociales y la degradación de la naturaleza muestran que las crisis actuales son, como marca Rieznik (2010), menos económicas que nunca, precisamente porque reflejan el límite histórico más general del sistema capitalista. Con todo,

el ahogo de las fuerzas productivas (la ecosfera y los trabajadores) es una tendencia intrínseca de la organización capitalista de la producción social, porque “la producción capitalista, pues, sólo desarrolla la técnica y combinación del proceso de producción social minando a la vez la fuente de toda riqueza: la tierra y los trabajadores” (Marx, citado en Mesa, 2004:144).

4. El nudo gordiano de los problemas ambientales: la falacia de la relación sociedad-naturaleza

La definición de los problemas ambientales y las soluciones que se plantean a los mismos desde la perspectiva económica hegemónica tienen como punto de partida una concepción particular de “recurso natural” que ha dado lugar a una madeja ideológica estructurada en torno a falacias.

La noción de “recurso” tomó cuerpo a partir del discurso marginalista de apropiación de la escasez pero su fundamentación como “natural” es decir, no producido, a-histórico, ha corrido por cuenta de las ciencias naturales y, en este trasvasamiento de la lógica referencial natural a la lógica referencial social, el “recurso” ha quedado fundamentado como objeto.

Que los recursos hayan pasado a ser “naturales” implica que se los defina por el objeto en sí mismo y no por las relaciones sociales de producción que definen la “necesidad social” de ese objeto “natural” (Natenzon, et al, 1988). Es decir, se omite del razonamiento al sujeto recurrente; se define a la “naturaleza” y a la “sociedad” como instancias diferentes y en muchos sentidos antagónicas, a los que se pone en “relación” a fin de satisfacer la conciencia metodológica³.

Es así como, la dicotomía “sociedad-naturaleza” afirma la existencia a-histórica de los dos términos de la relación, los define como objetos que son distintos (y ni son objetos, ni son distintos). Por una parte, la percepción de la naturaleza como cosa inalterada eterniza su aspecto actual cuando, en realidad, la naturaleza también se define en el cambio; así también, desde ésta perspectiva, el capitalismo es eterno y ha estado presente desde los orígenes del mundo. Por otra parte, la legalidad social “es la naturaleza que se vuelve sobre sí misma en la acción específicamente social del proceso de trabajo” (Natenzon, et al, 1988: pp. 189) y por lo tanto, no es posible efectuar una relación entre los elementos de un mismo conjunto histórico: la naturaleza (natural-social).

Que la falacia antedicha sea fortalecida por la perspectiva de la “economía” es comprensible, toda vez que “la ‘economía’ no es un concepto genérico, ahistórico, sinónimo de producción material, sino que se refiere al modo de explotación capitalista y, más general, a la regulación de la producción social, no de acuerdo con un plan social sino por medio del mercado” (Rieznik, 2009b).

Con base en tales razonamientos falaces, las “salidas capitalistas” a la cuestión ambiental se han nutrido principalmente de la perspectiva de la economía ambiental, con raíces en la escuela neoclásica u ortodoxa, entendiendo que los problemas ambientales son casos específicos de fallas del mercado, especialmente aquellas vinculadas a la existen-

cia de externalidades. Las soluciones a los problemas ambientales toman, dentro del marco teórico mencionado, dos caminos posibles; o bien el aumento de la propiedad privada es decir, la creación de más mercado, posibilitando así una negociación entre los agentes económicos afectados por un daño de tipo ambiental, o bien (en aquellos casos en que resulta impracticable privatizar el ambiente), la creación de mercados ficticios que posibiliten colocar precio a los bienes ambientales, ya sea asemejándolos a bienes privados, ya sea midiendo la disposición a pagar de los consumidores, para determinar, por ejemplo, niveles eficientes de contaminación (los tan mentados “bonos de carbono” están en ésta línea).

Por tanto, “el énfasis analítico de los problemas ambientales versa en este enfoque sobre aquello que puede producir o eliminar dichas fallas. Pero no en las lógicas específicas que modelan las diversas conductas de los agentes económicos que actúan en tales condiciones, porque se sostiene que habría en realidad una única racionalidad que, sin interferencias asociadas a las mencionadas fallas, se adecuarían a una legalidad natural, la del *homo economicus*” (Tsakoumagkos, 2006).

Los enfoques ecologistas que parten de la teoría marxista hacen hincapié en que los problemas ambientales son expresiones materiales de la lógica conductual de sujetos sociales concretos, por lo tanto, no existe una “relación sociedad-naturaleza” sino “una acción socialmente determinada en un momento histórico particular de recurrir” (Natenzon, et. al., 1988:200).

5. La cuestión ambiental en Marx. Hacia una “defensa del catastrofismo”

De la consideración de las diferentes formas de la división social del trabajo, se deduce en Marx una componente evolutiva, no en sentido cronológico ni estricto, sino en un sentido más general, en tanto pasaje gradual a diferentes formas de individualización del hombre. Esto implica el alejamiento progresivo de la unidad original del hombre con las condiciones objetivas de producción tal como existen naturalmente. Es decir, es el desarrollo de las fuerzas productivas el que crea las condiciones del desarrollo integral del hombre en tanto individuo.

De esta manera, para Marx, es la apropiación social de la naturaleza lo que posibilita el cambio, en tanto el dominio técnico del medio natural es la base material de la historia humana; sin embargo, dicho autor creía también que las fuentes naturales de la riqueza, la tierra y los trabajadores, no son ilimitadas y su agotamiento es una tendencia inherente a la organización capitalista de la producción social, debido a que toda su racionalización “habría que verla como una enorme maquinaria de irracionalización, incluso desde la perspectiva de su propia finalidad expoliadora” (Mesa, 2004).

Precisamente, Marx podía afirmar lo antedicho por comprender que no hay entre sociedad y naturaleza un vínculo dicotómico. Para el autor, es en el proceso de trabajo (con independencia de la forma social que asuma) donde el hombre media, regula y controla su propio metabolismo con la naturaleza, enfrentándose a ella como un poder natural; de esta manera, al transformar la naturaleza externa a él, transforma también su naturaleza interna es decir que, naturaleza y hombre son identidades parciales de un

mismo proceso, y es justamente la conciencia y el carácter teleológico de la praxis humana lo que da parcialidad a esa identidad.

En sus trabajos, Marx hizo hincapié en el hecho de que en el capitalismo, todas las fuentes de riqueza pasan a ser apropiables, acumulables, valorizables; un modo de producción depredatorio, anárquico, regido por la lógica de la apropiación privada e individual de los beneficios, que no planifica la producción ni la asignación de recursos y, por lo tanto, incluye altos niveles de derroche, necesariamente conduce, más tarde o más temprano, al colapso ecológico. Precisamente, lo que el análisis marxista permite comprender es que la degradación de la naturaleza no es condición sine qua non del desarrollo histórico material del hombre sino que los problemas ambientales van a la zaga de los problemas sociales y políticos, de la forma histórica que cobre la organización social de la producción.

Las referencias a la depredación destructiva del medio natural, permiten a Ciro Mesa (2004) encontrar en Marx un rasgo apocalíptico y con ello, otra vertiente que permitiría afirmar la filiación de éste autor respecto a una teoría del derrumbe.

En ocasión de la crisis actual del capitalismo, los debates acerca del catastrofismo se han visto revitalizados. Los autores que actualmente niegan que en la obra de Marx existan referencias al derrumbe del capitalismo es decir, referencias a "una teoría que quiere demostrar científicamente las razones por las cuales el sistema está ineluctablemente –vale decir, por causas bien determinadas y ciertas- destinado a terminar" (Colletti, 1978), evidencian una interpretación eclipsada de los escritos del fundador del socialismo científico.

En relación con las problemáticas ambientales cabe decir que, en primer lugar, expresiones presentes en la obra de Marx tales como "control de la naturaleza" o "dominio sobre la naturaleza" eran corrientes en los pensadores del siglo XIX; sin embargo, interpretar esas locuciones como opuestas a "equilibrio o armonía con la naturaleza" resulta propio de una subjetividad peculiar guiada más por el significado literal de las expresiones que por el contexto en que fueron empleadas (Foladori, 1996). En segundo lugar, la magnitud de la crisis ambiental no podría haber sido prevista por Marx, lo que no implica que no comprendiera que la sociedad capitalista es, de por sí, "una enorme empresa de consumo de dýnamis, de potencialidades humanas y naturales que son anticipadas y desgastadas" (Mesa, 2004).

Finalmente, Marx, al analizar el capitalismo, lo hace entrelazando dos perspectivas: la científica y la revolucionaria; desde ésta segunda mirada, confiaba en la "revolución a la vuelta de la esquina", en la paralización de la tendencia al colapso gracias a la voluntad de los hombres de someter el desarrollo de las fuerzas productivas a una regulación colectiva consciente (Mesa, 2004). "Al contrario de un dominio unilateral sobre la naturaleza, tanto Marx como Engels criticaron al capitalismo por su soberbia frente a ella; ya en los *Manuscritos económico-filosóficos de 1844* Marx reclamaba la necesidad de una reconciliación en una formación económica futura" (Foladori, 1996. El subrayado es mío).

Por su parte, aquellos autores que reivindican la filiación marxista del catastrofismo entienden que la propia comprensión del capitalismo como un modo de producción his-

tóricamente condicionado, es prueba suficientemente válida para hablar de la existencia de una ley del derrumbe en Marx. Esta aseveración cobra contundencia al contemplarse con detenimiento el papel que para dicho autor juegan las contradicciones intrínsecas del sistema, en especial aquellas que le permitieron formular la ley de tendencia decreciente de la tasa media de ganancia. El capitalismo coloca a la humanidad en tensión extrema, creando así las condiciones necesarias para su superación que, en caso de no producirse, entrañará “una destrucción abismal de las condiciones de existencia de la especie y de su medio ambiente como un todo” (Rieznik, 2009b).

5. Reflexiones finales

La crisis actual del capitalismo adquiere un carácter excepcional tanto por su profundidad como por su extensión, en tanto se trata de la primera crisis verdaderamente global. Hoy, la descomposición del capitalismo es más acentuada que nunca y también es más acentuado su parasitismo.

Quienes entienden que las actuales convulsiones son sólo un medio para la supervivencia del sistema, no comprenden que, aunque el capital pueda reproducirse sin cesar, ha dado ya todo lo que tenía que dar en cuanto fuerza histórica. Asimismo, tampoco contemplan que las luchas sociales actuales, si bien se producen en un contexto de reflujo del movimiento obrero, no dejan de ser potentes resistencias contra la explotación y, en este sentido, un germen de reacción y nuevas revoluciones. En definitiva, no perciben que las condiciones que dieron lugar al período abierto por el octubre ruso no han caducado y que la transición histórica no tiene un camino único.

De esta manera, las “salidas económicas” a la actual crisis mundial no pueden más que prolongar la agonía y extremar las tensiones, en tanto proponen alternativas dentro de los marcos propios del capitalismo y, por lo tanto, reproduciendo los métodos de la sociedad y el Estado que le corresponden. Por otra parte, la “salida bélica” optada en ocasiones de crisis anteriores, implicaría en la actualidad la puesta en riesgo de toda la vida en el planeta, de cara al desarrollo alcanzado por la industria armamentística de destrucción masiva.

La crisis ambiental resulta una faceta más de la crisis contemporánea porque lo que se rotula como problemática ambiental no es ni más ni menos que una manifestación más de la lógica capitalista. Que en la terminología de las Naciones Unidas y del Banco Mundial abunden hasta el exceso referencias al “cambio climático”, a la “sostenibilidad”, a la “sustentabilidad”, a la “economía verde”... es solamente el síntoma exhibido por las burguesías imperialistas en relación a la preocupación por su continuidad como clase en función de los límites que evidencia el desarrollo del capital; de ninguna manera responde a alternativas genuinas para una superación de las problemáticas ambientales. Es que “la erradicación de la pobreza y los mecanismos para detener el deterioro no tienen lugar en un sistema que, basado en la apropiación privada de la riqueza, hunde sus raíces en la explotación de las fuentes de riqueza (...) No es solo un sistema de explotación, es un sistema que destruye y mina lo que explota” (Mesa, 2004).

El fracaso de la “Conferencia Mundial para el Desarrollo Sostenible” (Río+20) es el típi-

co caso de “más claro, echale agua...”: si habitualmente en éste tipo de “cumbres” se llega a acuerdos que, a posteriori, resultan impracticables, en éste caso, en el marco de la profunda bancarrota actual... ¡ni siquiera hubo acuerdo! La opinión pública manifestó, al respecto, la sensación de que Río+20 fue una oportunidad perdida; en particular, creo que nos permite constatar, junto a Tortosa (2012) que “si la especie humana está en riesgo de crisis profunda es pronto para saberlo, pero sí es notable que gobiernos y ciudadanos están dispuestos (y las encuestas internacionales son explícitas al respecto) a sacrificar el medioambiente con tal de volver a tasas de crecimiento económico que permitan el retorno del empleo. Suicidas”.

Notas

1 Una de las leyes fundamentales que rigen la acumulación de capital es, precisamente, la ley de la tendencia decreciente de la tasa media de ganancia. Cada capitalista busca aumentar su producción y reducir el precio de sus mercancías como arma competitiva; para incrementar la productividad individual, incrementa capital constante en detrimento del capital variable, aumentando así la composición orgánica del capital; pero debido a que la tasa media de ganancia varía positivamente con la tasa de plusvalía pero negativamente con la composición orgánica del capital, se presentan dificultades crecientes para valorizar la masa también creciente del capital. La caída de la tasa de ganancia es una tendencia que si bien encuentra factores contrarrestantes, se perpetúa como amenaza en tanto responde a la lógica anárquica propia del capitalismo, caracterizada por la ausencia de planificación de la producción y de la asignación de recursos, y por el hecho de que la racionalidad individual de los capitalistas redunde en una irracionalidad de los capitalistas en tanto clase.

2 Cercana a nosotros, en tiempo y espacio, está la referencia al conflicto por la pastera Botnia. En 2011, los gobiernos de Argentina y Uruguay sellaron un pacto contaminador; en dicha ocasión, Mujica, el presidente uruguayo, concluyó con contundencia que “Si apretamos el clavo (en el tema del monitoreo ambiental) no queda ni una sola industria”. En simultáneo al cierre del acuerdo entre dichos gobiernos, diez asambleístas fueron citados a declarar querellados por el gobierno argentino por catorce delitos penales a raíz de las acciones de lucha en los últimos tres años y medio, echando mano al recurso de criminalización de la protesta como mecanismo de represión. Ver Rath, Christian “Las pasteras y un pacto inamovible”, *Prensa Obrera*, 18/11/2010.

3 Al respecto, Natenzon, Tsakoumagkos y Escolar (1988) indican que, “si el sujeto recae sobre la ‘sociedad’ se hablará en todo caso de un impacto ambiental (acción de producir modificaciones en la expresión material de la lógica referencial natural); si el sujeto recae sobre la ‘naturaleza’ se hablará de catástrofes naturales (es decir, sucesos no conscientes que producen efectos modificatorios imprevistos en la expresión material de la lógica referencial social”.

Referencias

- Altamira, Jorge (1998) “La Crisis Mundial”, en *Teoría Marxista y Estrategia Política*, Ediciones Rumbos, Buenos Aires.
- Colletti, Lucio (1978) *El Marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*, Siglo Veintiuno, México.
- Foladori, Guillermo (1996) “La cuestión ambiental en Marx”. *Ecología Política* 12, Barcelona, pp. 125-138.
- Hobsbawm, Eric (2011) *Cómo cambiar el mundo*, Ed. Crítica, Buenos Aires, cap.7 parte II.
- Lenin, V. (1916) *El imperialismo, etapa superior del capitalismo*, ediciones varias.
- Mandel, Ernest (1967) *Formación del pensamiento económico de Marx*, Editorial siglo XXI.
- Marx, Karl; *Contribución a la Crítica de la Economía Política*, Prólogo, ediciones varias.
- Marx, Karl (1983) “Proceso de trabajo y proceso de valorización” En: *El Capital*. México, Siglo XXI [c.1975].
- Mesa, Ciro (2004) *La emancipación frustrada*, La concepción de la historia en Marx. Biblioteca Nueva, Madrid, Cap 10.
- Minqi Li (2011) *El ascenso de la clase obrera y el futuro de la revolución de China*, en Rebelión. www.rebelion.org.
- Natenzon, C.; Tsakoumagkos, P y Escolar, M (1988) “Algunos límites ideológicos, económicos y conceptuales del discurso ecológico ambiental”. En: *Aportes para el Estudio del Espacio Socioeconómico II*, L. Yanes y A.M. Liberalli, compiladores. Buenos Aires, El Coloquio.
- Oviedo, Luis (1996) “Lecturas sobre la restauración del capitalismo en China”, en *En Defensa del Marxismo* N° 15.
- Poy, Lucas (2012) “La comuna de París asoma en China”, en *Prensa Obrera* 1208.

- Ramasco, Pablo “Indignados del mundo, únanse. La movilización internacional contra el capital”. *Prensa Obrera* N° 1199, 20/10/2011.
- Rath, Christian “Las pasteras y un pacto inamovible”. *Prensa Obrera*, 18/11/2010.
- Rieznik, Pablo (2003) *Las formas del trabajo y la historia, Una introducción al estudio de la economía política*, Biblos, Buenos Aires.
- Rieznik, Pablo (2009a) “Equilibrios, desequilibrios y catástrofe capitalista (malentendidos y actualidad)”, en *En Defensa del Marxismo* N° 36.
- Rieznik, Pablo (2009b) “Catastrofismo, forma y contenido”, en Rieznik, Pablo (ed.); *Un mundo maravilloso. Capitalismo y socialismo en el mundo contemporáneo*. Editorial Biblos, Buenos Aires.
- Rieznik, Pablo (2010) “Sobre el carácter histórico de la crisis actual”, en *En Defensa del Marxismo* N° 37.
- Rieznik, Pablo et al (2010) *1968. Un año revolucionario*, Editorial OPFyL, Buenos Aires.
- Rieznik, Pablo (2011) “Sobre la crisis mundial, Marx y Keynes. Algunos comentarios pertinentes”, *Hic Rhodus, Crisis capitalista, polémica y controversias* N° 1, diciembre.
- Rodríguez, Alicia “A 20 años de la Conferencia Mundial Ambiental de Río de Janeiro, la temperatura del planeta continúa en aumento”. *Prensa Obrera*, 14/06/2012.
- Rosdolsky, Roman (1989) *Génesis y estructura de El Capital de Marx* (estudios sobre los Grundrisse), Siglo XXI editores, México. Cap 28.
- Savas Michael-Matsas “La primavera árabe. La revolución a las puertas de Europa” *Prensa Obrera* N° 1164, 07/04/2011.
- Tortosa, José María (2012) “Sobre los movimientos alternativos en la actual coyuntura”, *Polis Revista Latinoamericana. Dimensión de lo público, Sociedad y Estado*, 30 | 2012. Puesto en línea el 4 de abril de 2012, <http://polis.revues.org/2306>.
- Tsakoumagkos, Pedro (2006) “Tres enfoques económicos de los problemas ambientales”, *Revista FAUBA*, Tomo 26, N° 3, Buenos Aires.